



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 69

IV Sessão Legislativa

Horta, Sexta-feira, 10 de Novembro de 1995

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados Gaspar da Rosa e Hélio Pombo*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início pelas 10.25 horas)

De acordo com o artigo 178.º, deu-se continuidade, no Período da Ordem do Dia, à apreciação do Programa do VI Governo Regional dos Açores.

Deste modo, usaram da palavra os Srs. Deputados Fernando Lopes (*PS*), Jorge Cabral (*PSD*), Rui Luís (*PSD*), António Almeida (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Fernando Meneses (*PS*), Silva Melo (*PS*), Rui Melo (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), Francisco Oliveira (*PS*), Álvaro Manito (*PSD*), Homem de Gouveia (*PSD*), José Humberto Chaves (*PS*), José Maria Bairos (*PSD*), Carlos César (*PS*), Gastão Barbosa Pacheco (*PSD*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), Eugénio Leal (*PSD*), Jorge Valadão (*PSD*), Victor Cruz (*PSD*), bem como, os Srs. Secretários Regionais das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*), Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Jaime Medeiros*), Turismo e Ambiente

(*Manuel Azevedo*), Saúde e Segurança Social (*António Menezes*), da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (*Gaspar da Silva*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, (*Madruga da Costa*).

(*Os trabalhos terminaram às 20.15 horas*)

Presidente: Bom dia Srs. Deputados. Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

(*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: PSD - Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Aurélio da Fonseca, Carlos Morais, Carlos Silva, Eugénio Leal, Gaspar da Rosa, Gastão Barbosa Pacheco, Homem de Gouveia, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Gonçalo Botelho, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Luís, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - António Gomes, António Silva Melo, Dionísio Sousa, Duarte Pires, Fernando Fonte, Fernando Lopes, Fernando Menezes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Manuel Serpa, Martins Goulart, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; PCP - Paulo Valadão; Dep. Indep.- Manuel António Martins*).

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com o Período da Ordem do Dia, com continuação da discussão do Programa do VI Governo.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras ao subir esta tribuna não podiam deixar de ser de saudação a V. Exa nesta sua presença na Assembleia como Presidente do Governo

Regional e de votos sinceros de bom e proficuo labor na defesa dos interesses da R.A.A.

Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados:

Em menos de três anos confirmaram-se as previsões que aqui apresentei, na discussão do programa do V Governo, sobre a inadequação da política orçamental então proposta. Dizia então e cito:

"... se ao défice orçamental de 6 a 7 milhões de contos verificados nos últimos 4 anos, se somar as receitas das bases militares, teremos a breve trecho uma duplicação do défice. A necessidade de financiar um défice de 12 milhões de contos é pura e simplesmente escamoteada com um ligeiro comentário sobre o controlo da dívida pública e do rácio dívida/PIB.

... Até ao final da legislatura este V Governo cometerá a proeza de conseguir a harmonização do rácio dívida/PIB com os níveis ditos europeus..."

A dívida que era em fins de 1992, segundo dados do Tribunal de Contas, de 55 milhões de contos representando 34% do PIB, atinge em 1995 70% do PIB. A última Conta da Região, referente a 1993, já situava a dívida directa em 63 milhões de contos e a dívida consolidada em 93 milhões de contos. As estimativas do PS, aqui confirmadas ontem pela Sr.^a Secretária das Finanças, apontam para que se ultrapasse os 150 milhões de contos da dívida consolidada, dos quais 100 milhões de dívida directa.

As operações da dívida pública, englobando amortizações e juros, atingiram no orçamento de 1995, 7.8% da despesa pública, quase tanto como o que se gastou na Agricultura e cinco vezes mais do que a despesa no sector do Turismo.

Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados:

No início desta década o IV e V Governos Regionais defendiam a tese de que o endividamento teria efeitos benéficos sobre a economia, permitir-nos-ia aproveitar os fundos comunitários e acelerar o desenvolvimento regional. Houve mesmo quem dentro do partido do Governo criticasse as excessivas cautelas do então secretário regional e defendesse mais endividamento. Defendíamos então, e com razão como os factos vieram a comprovar, que o endividamento e a despesa que alimentava, não tinham um efeito multiplicador sobre a economia e que pelo contrário esta estava

em rota divergente com a economia regional. O PIB per capita açoriano que em 1980 atingia os 68% do PIB continental, desceu para 57% no início desta legislatura e deverá ter diminuído para perto dos 55% em 1995. A análise da evolução da economia Açoriana nos últimos 16 anos revela uma perda progressiva de peso da economia regional na economia nacional, diminuindo de 1.8% em 1980 para 1.4% em 1995. Ao contrário das teses oficiais, o grande investimento pós-1986 não nos permitiu recuperar o atraso em relação ao país, antes pelo contrário. Entre 1980 e 1986 o PIB per capita açoriano cresceu de 68% para 71% do PIB nacional, poderíamos dizer para este período que estávamos em rota de convergência, contudo, após a entrada na Comunidade rapidamente se inverteu esta tendência.

Entre 1986-1995, esse mesmo rácio passou de 71% para 55%.

Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados:

O stock da dívida pública, aqui ontem quantificado com algum rigor, é um indicador da sucessiva falta de rigor orçamental sobretudo, nesta legislatura, mas os indicadores mais preocupantes são o rácio dívida/PIB e o rácio dos PIB per capita, porque ilustram claramente o falhanço da tese de que o "endividamento é uma necessidade para manter e acelerar o ritmo de desenvolvimento económico da Região", como declarou Mota Amaral na hora da despedida e como, infelizmente, a Sr.^a Secretária voltou afirmar ontem no seu discurso, em que, passo a citar: "a opção pelo endividamento foi a opção pelo desenvolvimento". Não foi, Sr.^a Secretária, a opção pelo desenvolvimento, porque os números provam exactamente o contrário. Se fosse a opção pelo desenvolvimento nós teríamos convergido com a economia nacional.

Houve, de facto, algum crescimento, mas não houve desenvolvimento, nem sequer houve convergência contrariamente a outras regiões do País, nós estamos em rota de divergência. A Região Autónoma da Madeira, como as Canárias estão em rota de convergência. Nós estamos claramente em rota de divergência, para os mesmos períodos.

É errado voltar afirmar como V. Exa. afirmou no seu discurso de ontem que a opção pelo endividamento foi a opção pelo desenvolvimento. Os factos reputam-no.

Não é sustentável uma política de endividamento a ritmos superiores ao do crescimento do produto, - esta é uma regra de ouro da economia - persistir nesse caminho é caminhar para o abismo e a bancarrota.

Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados:

No programa deste Governo não encontrei mais do que adesões da 25.^a hora às virtudes do "crescimento moderado da dívida pública" e do diálogo com o novo Governo da República para preparar um "quadro de relacionamento financeiro estável". Mas nuns parágrafos mais à frente continua a defender-se o endividamento como principal suporte da quota parte de financiamento regional a afectar aos projectos submetidos a financiamento comunitário.

Mas a incoerência continua, quando depois de proclamar a necessidade dum "permanente controlo das despesas de funcionamento", se defende o aumento das despesas de pessoal no âmbito da política de reestruturação e integração de pessoal nos quadros das diferentes secretarias regionais"

Ainda recentemente, uma secretaria regional que procedeu à publicação da sua lei orgânica, deu um exemplo que eu penso infeliz, de quais são os efeitos de uma reestruturação mal feita. Refiro-me à Secretaria da J.E.C.I.E que, como é conhecido, multiplicou o nível das suas chefias, contrariando os benefícios que eventualmente poderia ter havido da congregação de diversas áreas sobre a mesma direcção. Espero que essa experiência não justifique noutros departamentos regionais, porque estaremos claramente a contrariar o defendido controlo das despesas de funcionamento.

Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados:

Há uma necessidade urgente de romper com os velhos métodos de trabalho desta administração regional e criar uma administração profissional e estável que saudavelmente governe bem os Açores!

Incentivar uma carreira de um funcionalismo público com vencimentos dignos, é possível - como aliás é defendido no programa do Governo da República que defende a realização de concursos públicos para determinados cargos de chefia e defende a despartidarização e despolitização de determinadas nomeações. Penso que esse é um bom exemplo a seguir na Região.

Não é possível continuar a adiar questões essenciais da autonomia e recursarmo-nos a empreender uma reforma de métodos e políticas. É necessário em primeiro lugar, face à restrição financeira e ao desequilíbrio orçamental estrutural, uma solução estável que estabeleça, como previsto no programa de Governo do Eng.º Guterres, critérios de transferência financeira para a Região.

Critérios que tenham em atenção o diferencial entre o PIB per capita açoriano e nacional, a dimensão económica e demográfica da Região, a penalização imposta pela dispersão geográfica e pela distância.

Critérios que operacionalizem a solidariedade nacional prevista na Constituição e contribuam para viabilizar o desenvolvimento económico e social dos Açores.

Simultaneamente, essa solução estável pressupõe uma política orçamental que assegure através de mecanismos automáticos um orçamento disciplinado.

Defendemos a alteração do enquadramento legal do orçamento regional, compatibilizando-o com a legislação nacional, como é aliás recomendado em sucessivos pareceres do Tribunal de Contas.

Já tive a oportunidade de dizer isso ao anterior Secretário da tutela. O enquadramento legal do nosso orçamento é completamente diferente do que se verifica a nível nacional e mesmo na Região Autónoma da Madeira.

Verifica-se, inclusive, um facto muito "sui generis" de receitas fiscais de um imposto indirecto, que é o imposto sobre os produtos petrolíferos, ser contabilizado como receita de um fundo autónomo, quando deveria ser contabilizado, exactamente, no corpo do orçamento conjuntamente com os outros impostos indirectos.

É necessário essa compatibilização de legislação.

A harmonização do enquadramento legal do orçamento não impede que já no orçamento para 1996 se desenvolvam esforços para alterar procedimentos antigos.

É possível e necessário cumprir a recomendação do Tribunal de Contas discriminando a "relação dos encargos legal e contratualmente assumidos" que tenham reflexos em 1996, no fundo, o que vem do passado.

É possível e necessário incluir a informação que permita "uma visão global de todo o sector público regional" nomeadamente:

- a) um mapa que discrimine as transferências dos Fundos Comunitários e a sua articulação com os programas e projectos;
- b) um mapa de programas e projectos que impliquem encargos plurianuais;
- c) a situação financeira de todos os Fundos e Serviços Autónomos;
- d) as receitas e despesas previstas das Autarquias Locais e Empresas públicas.

Defendemos que uma melhor e mais transparente gestão da tesouraria com maior eficiência financeira, necessita que se eliminem as tesourarias paralelas e centralizem todos os fluxos de receitas e despesas numa tesouraria moderna.

Espero que a Sr.^a Secretária dê continuação ao projecto já em curso na sua secretaria neste domínio.

O rigor financeiro e o rigor da gestão da tesouraria não são compatíveis com actos, entretanto realizados com a realização de despesas de última hora nalguns sítios, somente para evitar a transferência de saldos para a tesouraria central.

É incompreensível que num período como este de graves dificuldades para a Região, haja quem na administração pública, ainda tenha a veleidade de cometer actos como este e não ser punido. É importante que isso se faça. Não se pode transigir com actos destes. Estes são actos de desperdício puro e de descontrolo que têm que ser punidos, porque tem de haver responsabilização.

A suficiência e o rigor financeiro num quadro de cooperação institucional para o desenvolvimento é possível e necessária. Mas o rigor financeiro não é compatível com uma política orçamental que só fala de aumentar as receitas fiscais, mas não fala no combate ao desperdício e em cortes nas despesas da máquina da administração pública.

Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados:

Os esclarecimentos prestados pela Sr.^a Secretária das Finanças abrangeram para além dum ponto da situação da dívida pública regional uma tentativa de interpretação da margem de manobra que este Governo tem na gestão das receitas e despesas públicas. Afirmava ontem a Sr.^a Secretária que " as regiões autónomas têm pouca influência na determinação da sua receita porque o sistema fiscal que se aplica nos Açores é o sistema fiscal fixado pelos órgãos de soberania e depende muito da evolução da economia nacional".

Em primeiro lugar, é preciso corrigir a imprecisão, pois o **sistema fiscal** não depende da economia nacional. O sistema fiscal, ou seja, o conjunto de impostos é igual para todo o território nacional e não varia de ano para ano consoante as flutuações da economia.

Em segundo lugar, a Região goza de alguns benefícios fiscais - esperamos que continue a gozar - nomeadamente de uma taxa do IVA mais reduzida, de taxas diferentes para o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e o Imposto sobre o Tabaco.

Em terceiro lugar, por via da aplicação da regra da capitação ao IVA, o nível de receita arrecadada pela Região em percentagem do PIB é superior ao que se verifica a nível nacional.

A Região tem ainda, estatutariamente, poderes para fixar os seus limites de endividamento, embora o Governo de Cavaco Silva, através do Decreto-Lei 336/90, de 30 de Outubro, violando o Estatuto da Autonomia, tenha cerceado esse direito sem oposição eficaz do anterior Governo Regional. O referido diploma prevê ainda que o orçamento de estado fixe anualmente o montante de endividamento, permitindo reduzindo a independência do orçamento regional.

Para além da necessidade de, com rigor, defender a capacidade de autonomamente definir as receitas a cobrar, receitas fiscais e nível de endividamento, não concordamos que o nível de despesa esteja previamente fixado como ontem a Sra. Secretária afirmou. A Região tem capacidade reconhecida estatutariamente para, no orçamento anual aprovado por esta Assembleia Regional, definir o nível e a composição da despesa.

Se ao pretender realçar a restrição orçamental se está a procurar desculpabilizar este Governo por actos e omissões futuras, pensamos que este é um caminho perigoso para a Região.

Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados:

É necessário que este Governo conheça melhor o dossier das finanças regionais e defina com mais exactidão as suas posições, porque algumas das incoerências e omissões aqui referidas são debilitadoras duma boa negociação que esperamos se realize com o Governo da República.

A legítima expectativa democrática criada com a mudança de governo e de secretário da tutela nesta área, sai de certa forma defraudada porque é visível que vai levar algum tempo a conhecer melhor os dossiers, porventura tempo demais...

Secretária Regional da Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*): Eu não tenho culpa!

O Orador: Não é por sua culpa Sra. Secretária. Não lhe estou a atirar as culpas.

... para a curta expectativa de vida até às próximas eleições legislativas.

Pensamos também que determinadas afirmações entretanto feitas fora desta Casa - referimo-nos a afirmações feitas sobre a privatização do BCA - contrariando o que é dito no programa do Governo, também não são bons indícios de alguma estabilidade que se desejaria em casos tão graves e tão sensíveis como é o da privatização do maior banco da Região.

Esperaríamos de alguns desses intervenientes um maior comprometimento, porque a saúde financeira dessas instituições e da Região não se compadece com lutas partidárias.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra motivado por uma declaração final do Sr. Deputado Fernando Lopes, proferida há instantes e que diz respeito a uma estranheza por parte de V. Exa., pelo facto de algumas personalidades exteriores a esta Assembleia terem referido a questão da privatização do Banco Comercial dos Açores.

Estranhei as suas palavras finais. Nelas está quase subjacentes uma forma de controlo - e não queria dizer a palavra **censura** - à livre expressão da opinião.

Deputado Fernando Lopes (*PS*): Eu sempre escrevi e disse o que penso, porque sou livre!

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Já acabaram de ruidar?!

V. Exa. tem todo o direito de discordar das minhas declarações ou das declarações de outras pessoas que, ao longo dos últimos tempos, têm alertado a opinião pública para os prós e contras dessa privatização.

V. Exa., melhor do que eu, como técnico abalizado da Universidade dos Açores, saberá que esta decisão do Governo Regional dos Açores não foi pacífica. Ela foi precedida de imensos debates públicos e privados, de imensas reuniões com especialistas na matéria e se o Governo depois de ouvir toda essa gente, decidiu avançar com a privatização, não poderá de maneira nenhuma, e V. Exa. muito menos, privar os cidadãos de se pronunciarem sobre essa matéria, dizerem a sua opinião pessoal, alertarem para alguns conflitos, etc..

Dar a entender que essas pessoas devem ser comedidas e devem evitar referir-se publicamente a esta matéria com o intuito de pacificar o sector bancário, parece-me Sr. Deputado que será um exagero da sua parte.

Da minha parte, vou dizer-lhe muito francamente, sempre que entender tomar posição nesta matéria quer convenha quer não convenha ao Governo dos Açores, eu estarei na primeira linha a dar a minha opinião, porque sou uma pessoa livre, vivo numa região e num país livre e para estar calado neste país Sr. Deputado, já bastaram 48 anos!

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Eu não queria entrar aqui na defesa da política orçamental passada, nem queria fazer comentários sobre isso, mas obviamente quero justificar parte da minha intervenção de ontem e dizer em que contexto é que aquelas afirmações foram feitas.

A defesa do endividamento como única solução para o desenvolvimento dos Açores, é dita no contexto de que é um mal menor. Ninguém, nesta Casa, julgo eu, defende o endividamento pelo endividamento. Defende-o quando não tem outra solução de

receita para manter a estabilidade macro-económica e esta estabilidade é manter o nível da despesa pública crescente, de modo a que o desenvolvimento se faça e mesmo assim, ele não foi feito aos ritmos que devia ter sido para manter essa estabilidade. Daí não ter havido convergência ao nível do PIB nacional.

Concordo com os valores que deu, posso-lhe inclusivamente dizer mais, ou seja, o PIB cresceu para 5,4% em 88, 5,4 em 89, 4,2 em 90, 2,2 em 91, 1,5 em 92 e - 1 em 93.

A recessão de 93 é explícita aqui. É por isso que eu digo que a receita fiscal tem a ver com desenvolvimento tem a ver com o crescimento económico. Se o crescimento económico desce, desce a receita. Basta ver a receita do ano de 93. A receita fiscal dos Açores é uma receita ditada em grande parte pelo IVA, é a maior parcela da receita regional que, felizmente para nós, é atribuída em per capita e portanto tem a ver com desenvolvimento com o país no seu todo incluindo os Açores.

Isto só para precisar esta questão do endividamento e do desenvolvimento. Se não tivéssemos feito, alguém aqui é capaz de dizer qual seriam os nossos indicadores hoje?

Quanto a uma outra questão que considero importantíssima, isto é, o rigor orçamental, está no programa do Governo a Reforma da Contabilidade Pública, a Reforma da Tesouraria, uma nova lei de enquadramento que já está proposta a esta Assembleia para seguir para a Assembleia da República.

Está no centro das nossas preocupações uniformizar, dar seguimento e eco às preocupações e às recomendações do Tribunal de Contas na Conta da Região.

Quanto às observações que foram feitas sobre o conhecimento ou não dos dossiers, Sr. Deputado, eu estou cá talvez há 20 dias. Julgo que se conseguir continuar a conhecer os dossiers ao ritmo que o fiz para estar aqui hoje, não temos dúvidas que estarei em condições para negociar a dívida regional, o quadro financeiro regional, a lei das finanças regionais, os protocolos intercalares que forem necessários e todos os outros diplomas que se considerarem necessários para resolver o problema financeiro da Região que, como eu disse ontem, é nosso, é regional, não é do Governo. Com certeza que eu e todos as pessoas que me puderem apoiar e conto com isso, vamos conseguir.

É óbvio que os problemas não ficarão resolvidos em 96. Eu própria disse isso ontem e tenho consciência de que o ano de 96 vai ser difícil, vai ser um ano que vai exigir de nós endividamento, espero que moderado, mas vai exigir. Agora, não podemos deixar de o fazer sobe pena de termos outra recessão e então a plataforma de saída e de salto será muito mais difícil, será muito mais baixa e o salto para o desenvolvimento será muito mais difícil.

A partir de 97, espero que possamos ter um quadro bem definido e é nesse sentido que eu vou trabalhar e vai ser decididamente a minha maior preocupação, porque num ano, tenho consciência que não se pode abrir as frentes todas.

Deputado Carlos César (PS): Sua preocupação não, **nossa preocupação!**

A Oradora: A **nossa** maior preocupação, não me custa nada alargar isso, até porque já o fiz anteriormente.

Não é possível abrir as frentes todas ao mesmo tempo.

A Secretaria das Finanças é uma Secretaria organizada que tem os seus dirigentes que conseguem conduzir os dossiers pelo caminho certo. A preocupação do Secretário Regional das Finanças - era nessa perspectiva que eu queria dizer - vai ser, de certeza absoluta e principal, o relacionamento com o Governo da República.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional das Finanças:

A Sr.^a, na sua intervenção, veio confirmar o que eu tinha dito, ou seja, a defesa do endividamento é um mal menor. Para manter a estabilidade macro-económica é necessário manter o crescimento da despesa pública, não havia alternativas.

Havia alternativas Sra. Secretária!

Os anteriores Governos é que não quiseram procurar essas alternativas!

Os anteriores Governos é que puseram a Região nesta situação. Havia alternativas e inclusive, no anterior Governo, isso foi dito pelo Secretário das Finanças. Foi apresentada a possibilidade de negociar uma lei das Finanças Regionais e essa oportunidade não foi levada para a frente. O protocolo financeiro foi aqui debatido e também na Comissão de Economia e Finanças.

Nós sabemos quais foram as posições do Governo Regional, estão relatadas nesta Assembleia.

Voltar a dizer que o endividamento é um mal menor, não é verdade Sr.^a Secretária! Não houve foi coragem de procurar soluções que fossem estáveis. A solução mais fácil foi, de facto, a do endividamento, porque se dizia que estávamos longe dos níveis europeus. Infelizmente, rapidamente nos aproximamos dos níveis europeus, mas pelo pior lado, pelo lado da fragilização desta economia e não pelo lado da convergência da economia. Portanto, não foi um mal menor.

Em segundo lugar, a estabilidade é manter o crescimento da despesa pública. Também aí duvido Sra. Secretária!

A estabilidade não se defende. A estabilidade macro-económica só é possível com o crescimento da dívida pública, por isso eu falei em contenção ao nível orçamental e defendi de uma forma pormenorizada propostas que são exequíveis dentro do limitado tempo de vida que este Governo vai ter.

Por vezes estabilidade significa cortar onde é preciso cortar. Pôr noção naquilo que é preciso pôr noção, porque estabilidade não significa somente facilidade.

O que é preciso dizer com clareza, fazendo de facto o ponto da situação, é que não é possível prometer facilidades em toda a linha, pelos erros que foram cometidos no passado e as responsabilidades têm que ser assacadas a quem as cometeu. Não é novidade para nós a situação que foi aqui dita, apenas a veio confirmar.

Nós denunciámos essa situação. Eu, pessoalmente, denunciei-a nesta Assembleia, desde que aqui estou, por diversas vezes e critiquei a actuação do anterior Governo.

Não é verdade, Sr.^a Secretária, o crescimento da economia não se assegura, somente, pelo crescimento da despesa pública.

Posso-lhe apenas falar no que aconteceu na economia açoriana em 95. Neste ano, a produção agrícola desta Região cresceu, nas pescas e no turismo também houve crescimento, ou seja, nos sectores reais desta economia que de facto não dependem do orçamento - houve crescimento.

O que é preciso é criar condições para que esses sectores cresçam mais e de forma sustentada para que esta economia dependa cada vez menos do orçamento, porque aí

é que está o mal. Aí é que estiveram variadíssimos erros que ainda continuam a ser defendidos nalguns casos e que nos conduziram a esta situação.

Sobre as negociações, Sr.^a Secretária, eu sei que há alguma estabilidade na sua Secretaria ao nível de manutenção de profissionais que vêm da anterior equipa e que a Sr.^a Secretária, inclusive, já esteve em tempos nesta Secretaria. Penso que tem condições e daí que eu diga que há legítimas expectativas de bom trabalho. Vai levar o seu tempo, é normal, não é uma crítica à Sr.^a Secretária. Sobretudo, a maior dificuldade é o tempo de vida deste Governo, porque a Sra. Secretária continua ainda na sua resposta a pensar um pouco para além do tempo de vida deste Governo.

A Sr.^a Secretária só vai poder apresentar o orçamento no início do próximo ano. Leva algum tempo, aliás, já estamos atrasados. Repete-se o que já se passou com o V Governo. Isso vai criar algumas dificuldades, como aliás já criou no passado. Também vai levar algum tempo, porque já sabemos quanto tempo é que levou a sentar à mesa os parceiros do anterior governo e a definir posições negociais.

A Sr.^a Secretária mostrou-se aberta ao diálogo, mas não sei se já há orientações. Penso que não há e espero que tenha tempo suficiente para repensar essas orientações para as negociações a fazer.

Também queremos dizer que a nossa atitude é uma atitude responsável. Aliás, afirmámo-lo concretamente e defendêmo-lo nas últimas eleições para a Assembleia da República.

Nós já dissemos, e o Eng. Guterres também disse, que a nossa atitude, independentemente do Governo que estiver sentado, seja qual for a cor partidária, será a de defender os interesses dos Açores e vamos continuar a defendê-los.

Pode contar Sr.^a Secretária e o VI Governo com o trabalho do Partido Socialista em defesa dos interesses desta Região, como fizemos no passado e como vamos continuar a fazer de forma responsável.

Por último quanto à intervenção do Sr. Jorge Nascimento Cabral...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Deputado, desculpe, eu possivelmente vou defraudar as suas expectativas, pois não me estava a referir ao Sr. nem às suas posições...

Deputado Jorge Cabral (PSD): É óbvio que não!

O Orador: Por outro lado, também não pretendo coarctar a legítima expressão das ideias.

O que eu penso é que quando se tem determinados cargos e posições institucionais e quando se pretende alcançar ainda cargos mais elevados, tem que se demonstrar sentido e responsabilidade.

Há declarações feitas recentemente que poderão afectar a estabilidade de determinadas instituições. São declarações que podem ter peso no mercado e é preciso evitar isso. São declarações que, inclusive, fragilizam de certa forma, deselegante, diria mesmo, a posição deste Governo, a posição do Presidente do Governo Regional em exercício.

Nós não faremos isso, nunca, porque temos lealdade a este Governo, como leal oposição que somos nesta Casa, porque queremos defender os interesses dos Açores. Não pomos à frente dos Açores os interesses de cargos partidários e do partido. Acima de tudo está a Região e o País.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Luís.

Deputado Rui Luís (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para fazer um esclarecimento a algo que o Sr. Deputado Fernando Lopes disse no início da sua 2.^a intervenção e que tem a ver com um relatório que Comissão de Economia elaborou sobre o Protocolo Financeiro há uns meses atrás.

Quero deixar claro que, da audição que a Comissão fez ao Sr. Secretário, ficou percebido - está no relatório - que transitámos do Protocolo Financeiro para a possibilidade de uma lei de finanças regionais por proposta do novo Ministro de então das Finanças.

Isto para dizer, Sr. Deputado, que acho que não fica bem dizer que a tónica da irresponsabilidade ou da falta de coragem tenha sido do Governo Regional.

Se até a este momento não conseguimos resolver essa questão, não foi por falta de alternativas. Tivemos que recorrer ao endividamento, porque não houve condições de concretizar essa lei de finanças regionais.

Faço este esclarecimento, porque o Sr. Deputado referiu que tinha sido o Governo Regional que não teve coragem de resolver a situação e para que ficássemos todos esclarecidos que isto não foi bem assim e até o próprio relatório é explícito nesta situação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, sinceramente, já devia ter idade para não me surpreender com algumas declarações de algumas pessoas e, obviamente dentro da estima pessoal que tenho por V. Exa. e da muita admiração que tenho pela sua carreira intelectual. Não é isso que está em causa.

Politicamente, quero dizer que V. Exa. surpreende-me pela negativa e pela hipocrisia das suas palavras.

É óbvio que, quando fiz a minha primeira intervenção, não estava a referir-me, minimamente, às posições que tem tomado sobre esta matéria. Percebi, perfeitamente, os seus recados, os seus remosques, a entidades exteriores a esta Assembleia, como é óbvio.

Depois, V. Exa. tenta justificar tudo isto de uma forma que me parece cheirar a outras coisas, nomeadamente o abusar de algumas pessoas pelas suas declarações e pelos cargos de responsabilidade que detêm, prejudicarem a normalidade, a estabilidade.

Diz também que tem uma colaboração leal com este Governo. Há qualquer coisa aqui que não está a jogar bem.

Ou Vs. Exas. estão a esquecer algumas atitudes que tiveram no passado recente onde foram responsáveis pelo mau ambiente criado a nível da República em relação à Região Autónoma dos Açores...

Deputado Carlos César (PS): Nós?!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Nós cavaquistas?!

(Risos da bancada do PS)

O Orador: ... com as vossas denúncias constantes de pequenos actos administrativos da Região Autónoma, com as vossas colagens à onda e contestação, ao exercício do Governo da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso é delírio puro!

O Orador: Não foram Vs. Exas. que destabilizaram a nível nacional e até internacional...

Deputado Fernando Fonte (PS): Internacional?!

O Orador: Sim, podemos ir longe com esta matéria.

... quando andaram a fazer críticas demagógicas sobre o exercício do poder e a forma como o poder estava a ser exercido na Região Autónoma dos Açores? Não só aqui nos Açores como também na Madeira. Até inventaram um défice democrático para a Madeira.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Que era...

O Orador: Não foram V. Exas. com a vossa atitude de políticos responsáveis e eleitos pelo povo dos Açores, com grandes responsabilidades políticas que também ajudaram ao mau nome que a Região teve durante algum tempo a nível nacional?

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Mais ainda, os vossos "namoros" ao VI Governo dos Açores, os elogios, eu estou a ficar preocupado, porque isto não é da tradição de Vs. Exas..

É que a reconversão para o diálogo do Partido Socialista recentemente, a reconversão para a colaboração e para a responsabilidade, parece que vocês apanharam bem a lição do vosso actual Primeiro-Ministro, o Sr. Eng. António Guterres que modificou a vossa forma - deixem-me passar o termo - quase atrevida da oposição nos últimos tempos aqui nos Açores e na sequência da vossa prática oposicionista ao longo dos últimos anos. Mas sejam bem vindos! Querem diálogo, nos vamos dialogar.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Vocês é que querem diálogo!

O Orador: Nunca houve falta de diálogo por parte do Partido Social Democrata.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o ruído na zona da frente a esta bancada, está a impedir-me de prosseguir com clareza.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Fernando Lopes que não ponho em causa, nem sequer discuto, que qualquer pessoa, seja ele o Presidente da República - e o Dr. Mário Soares tem-nos dado tantas provas de declarações bombásticas que até destabilizaram algumas vezes o exercício do poder no Governo da República...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Outro irresponsável!

(Aparte inaudível do Deputado Fernando Lopes)

O Orador: ... qual é problema Sr. Deputado Fernando Lopes de qualquer pessoa com responsabilidades ou não dar a sua opinião sobre uma matéria, ou qualquer assunto, que possa estar na opinião pública?

Nós provámos, o povo português já provou, que vivemos numa época de liberdade e de democracia responsável em que podem ser livres as declarações responsáveis, sérias, na abordagem de alguns assuntos. Também temos que admitir muitos dos disparates que temos ouvido por parte de pessoas com responsabilidade quer estejam na situação quer estejam na oposição.

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para fazer um pequeno esclarecimento à minha intervenção que há pouco me esqueci, a uma referência que o Sr. Deputado Fernando Lopes fez, ou seja, que o crescimento económico se fizesse à custa do crescimento do sector privado.

Nós sabemos que não se dá esse salto de um ano para o outro, nem sequer de um plano para outro. É um processo progressivo em que nós queremos deixar espaço para a iniciativa privada. Está escrito e é isso que eu queria voltar a citar.

Pretendemos que o peso do sector público na economia dos Açores seja reduzido não pelo decréscimo da despesa pública, mas sim pelo crescimento da componente privada, porque se o nosso PIB per capita são 824 contos e o PIB per capita nacional são 1500 contos, nós temos que crescer quer no sector público quer no sector privado, para que o crescimento seja convergente. É isto que está aqui dito e era isso que gostava que ficasse bem entendido.

Quando fiz o enquadramento das nossas restrições ao nível da receita e as nossas restrições ao nível da despesa, não era para desculpabilizar ninguém nem a mim própria. Quanto mais o Sr. Deputado disser que eu tenho pouco tempo para fazer as coisas, mais desculpabilizada eu fico, mas é por si não por mim.

Eu aceito este desafio de durante este ano fazer aquilo que for possível, mas é só aquilo que for possível, porque impossíveis ninguém faz.

Voltando a este enquadramento, o que eu queria referir é que a margem de manobra da Região é pequena e tem sido cada vez mais pequena, porque ao nível da despesa nos têm sido empurradas para cima várias responsabilidades, desde aumentos ao nível da saúde, da educação, dos funcionários públicos, mais recentemente da habitação como o Sr. bem sabe, em contrapartida, as receitas são aquelas que a nível nacional nos são atribuídas, o IVA por capitação, o IRS e o IRC aquilo que é cobrado no território regional.

Isto não é para desculpabilizar ninguém, nem para desculpar seja o que for, é só para que tenhamos noção dos instrumentos que temos à nossa disposição e aquilo que consegue e aquilo que não consegue interferir.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.^a Secretária Regional:

É evidente que eu tinha lido a citação que acabou de fazer, ou seja, "Pretendemos que o peso do sector público na economia dos Açores seja reduzido não pelo decréscimo da despesa pública, mas sim pelo crescimento da componente privada".

Ao falar que para manter a estabilidade era necessário manter o crescimento da despesa pública, isto originou este meu comentário.

Não podemos ter as duas coisas. Na situação em que estamos, não podemos ter as duas coisas, não podemos ser, simultaneamente, rigorosos e querer manter o crescimento da despesa pública.

Neste momento, temos que ser realistas. O que é possível fazer é reorientar a despesa pública e este Governo já pode dar indicações no próximo orçamento, da mesma forma que a nível nacional se disse que não se ia aumentar os impostos, mas que se ia reorientar a despesa, porque há áreas que são prioritárias e é preciso estabelecer prioridades, é preciso ter coragem de cortar a despesa pública onde é possível reduzir despesa pública. Eu tenho expectativas da acção deste Governo.

É evidente que vou interpelar este Governo e prometo a ele, como prometi aos outros, leal oposição e isto não significa abdicar do que eu sempre defendi nesta Casa, mas sim defender com lealdade os interesses da Região.

No que respeita ao sector privado, é evidente que a alteração não se faz de um dia para o outro. Também sei isso Sr.^a Secretária, mas o que acontece é que, e ponto da situação tem que ser feito, estes anos que passaram a orientação não foi essa. Aliás, o próprio ex-Presidente do Governo Regional reconheceu isso publicamente e fez uma certa inflexão no seu discurso, na última fase do V Governo. É preciso que a administração pública também não entre no campo da iniciativa privada. É preciso que a administração pública deixe à iniciativa privada áreas onde está a intervir, porque essa é uma forma de fomentar a iniciativa privada.

É necessário que o enquadramento dado à iniciativa privada seja um enquadramento que suscite crescimento. Quando falo em enquadramento não falo em despesa. Às vezes pensa-se que é só realizar uma determinada despesa ou realizar um determinado projecto e atribuir-lhe uma determinada obra que incentiva a iniciativa privada. Não Sr.^a Secretária, não é só isso, é também adoptar políticas económicas correctas que não passam, nalguns casos, por mais despesa pública, passam por menos despesa pública.

Disse.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu acho que é importante esclarecer que, quando o Sr. Deputado diz que não pode haver rigor e aumento de despesa ao mesmo tempo, na minha opinião pode, porque são duas coisas completamente diferentes.

A despesa aqui é entendida na sua acepção macro-económica, é despesa pública feita pelo estado, não tem nada a ver com despesa corrente ou com despesa de capital.

É óbvio que, para mim, a despesa reprodutiva é que conta. Haver crescimento em despesa reprodutiva para criar condições, como disse e bem, para que o sector privado consiga ter crescimento e exercer aquilo que pode exercer, que deve exercer e que nos dois parágrafos seguintes àquele que eu acabei de citar, está explícito. Isto só para explicitar, que rigor é a palavra que nos preocupa. Para manter o crescimento económico, a despesa pública tem que crescer, porque senão os critérios de convergência e de coesão nacional e europeia não se verificarão. São coisas diferentes e a única coisa que quero deixar presente é que haverá uma e outra.

Eu não acredito que esta Câmara quisesse de maneira diferente.

Eu já lhe perguntei o que seria da economia dos Açores se não houvesse crescimento, que até tem sido mínimo, da despesa pública?

Que essa despesa deve ser feita preferencialmente no plano, nas despesas de investimento e não nas despesas correntes, também está no texto da minha intervenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para uma clarificação final neste diálogo sobre mais ou menos despesa pública, mais ou menos rigor.

O que é importante é o carácter reprodutivo de determinada despesa pública.

Neste caso, não o mais ou menos carácter reprodutivo de determinada despesa pública.

Vamos dar só um exemplo: nas obras públicas pode, por vezes, um investimento de dois ou de três milhões de contos ter um efeito reprodutor na economia regional

menor que o investimento de meio milhão de contos. Basta que esse investimento num projecto de dois ou três milhões de contos, seja adjudicado na totalidade a uma companhia que não esteja sediada aqui, que traga trabalhadores, máquinas e que importe tudo. Nesse caso, mais despesa não significa mais crescimento do produto.

Provavelmente, meio milhão de contos bem aplicado eram capazes de gerar mais salários, mais emprego. É nesse sentido que eu estou dizendo.

Há um exemplo muito recente. Em 1995, felizmente, o nosso poder autárquico, mercê do aproveitamento de fundos comunitários e de algum endividamento, pôs de pé pequenos projectos que estão a ter algum efeito ao nível da construção e obras públicas, alguns efeitos benéficos ao nível do emprego, por exemplo. Mas são verbas muito pequenas comparadas com aquelas verbas de que nós falamos ao nível do orçamento regional. Por isso, não é lítico dizer que mais despesa significa, necessariamente, mais crescimento. É preciso é reorientar a despesa e eu espero que isso se faça.

Por outro lado, quando se fala em rigor e de mais ou menos despesa, nós não estamos a falar de mais ou menos despesa em qualquer momento, estamos a falar agora, nos fins de 95 para 96, numa altura em que a situação financeira da Região é aquela que foi aqui diagnosticada e numa altura em que as receitas da Região são aquelas que nós conhecemos.

Aumentar a despesa pode significar recorrer mais ao endividamento e nesse caso eu penso que aumentar a despesa recorrendo a mais endividamento numa altura em que o endividamento já atingiu o nível que atingiu, pode não ser o mais vantajoso.

Eu sei que a margem de manobra aqui é curta pela situação que foi criada, por isso mesmo é preciso cuidado quando eu falo de rigor, é rigor na linguagem e precisão dos objectivos. O que nós estamos a dizer aqui tem reflexos ao nível da economia, das expectativas dos agentes económicos e é por isso que quando fazemos determinadas afirmações, temos que pensar que, embora não abdicando dos nossos princípios, temos de medi-las, porque ser Governo ou ser oposição, ser eleito, exige essa responsabilidade e é preciso que ela seja praticada e incentivá-la.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No aspecto do rigor e da despesa pública como conceito macro-económico, estamos de acordo. Não quero que a despesa pública seja entendida com despesismo, com a conotação negativa que isso tem, é por isso que eu volto a frisar. Aqui, despesa, é aquela que é feita pelo Estado. Que ela deve ser reorientada, que deve ser desviada de decorrentes para capital, estamos todos de acordo.

Quando discutirmos o orçamento e plano teremos a oportunidade de ver isso com mais pormenor. O que está aqui em discussão são conceitos, princípios, orientações, a nossa forma de encarar a realidade. Nós não estamos já a falar da situação concreta. Essa situação discuti-la-emos no orçamento e no plano.

Quanto à observação que fez relativamente à adjudicação de uma obra a uma empresa fora da Região ou a uma empresa da região, nós estamos absolutamente de acordo. Julgo que tem sido uma preocupação muito grande e vai continuar a ser, de certeza, em 1996. Tanto é, que no plano - ainda não existe na sua forma final mas já está divulgado no seu "draft" inicial junto dos parceiros sociais e pelas Câmaras, principalmente - há já uma grande componente de investimento que é atribuída às últimas e já tem vindo a ser pelos contratos ARAAL.

São investimento que divididos pelas Câmara se tornam pequenos, mas que no seu conjunto são investimentos de milhões de contos. É preciso que isto fique claro, isto é, que o Governo Regional está a passar isto para a responsabilidade das Câmaras porque acredita seriamente que no princípio da subsidiariedade, que é ao fim e ao cabo a descentralização na determinação das prioridades, a descentralização na execução desses projectos e a descentralização da sua capacidade de decisão dada a proximidade que têm dos cidadãos.

Isso tem tido um óptimo resultado e julgo que para além das áreas do saneamento básico, do abastecimento de água e dos aterros sanitários, é possível alargar essa área de intervenção das Câmaras a outros sectores com grande vantagem para a economia regional, exactamente, pela razão que disse, ou seja, descentralizando e subdividindo

o investimento, é mais fácil pequenas adjudicações dinamizando as economias locais e as economias mais pequenas das várias ilhas e dos vários concelhos.

É uma preocupação e isso é que é, na minha óptica, a reorientação da despesa de investimento, porque a nossa margem continua a ser pouca, os funcionários públicos não se vão reduzir de um ano para o outro, os vencimentos vão aumentar o que aumentar no resto do País, a saúde e a educação vai continuar aos ritmos e dentro do enquadramento legal existente e as despesas correntes um pouco mais do que isso.

As despesas do investimento podem ser reorientadas num ou noutro sentido mas, no meu ponto de vista e apesar do plano já ter sido de algum modo criticado, julgo que na comunicação social, de que é um plano social porque dedica grande parte das verbas à habitação. É nessa perspectiva, é na perspectiva de colaboração com as câmaras e com as autarquias locais, na dinamização das suas economias, porque construir um porto ou construir habitações em termos e efeitos do investimento reprodutivo na nossa economia regional é completamente diferente porque as habitações podem ser construídas por pequenas empresas de construção civil que dinamizarão, com certeza, através da aquisição dos bens e serviços nesses mesmos locais, o que é completamente diferente de uma grande obra que tem que ser necessariamente adjudicada a um grande construtor - não pode ser de outra forma.

É nessa perspectiva, que o plano já está delineado e julgo que ainda será mais aprofundado nessa óptica, porque ele não está ainda na sua fase final.

Presidente: Para uma intervenção tem palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apreciar um novo Programa do Governo nesta mesma Legislatura tem certamente o seu significado.

Um significado político pela decisão que lhe deu origem.

Cumpr-me, como cidadão açoriano e também como deputado regional e pelas ligações ao sector agropecuário, prestar uma sincera homenagem ao Presidente cessante do Governo Regional dos Açores, Dr. João Bosco Mota Amaral, pela herança do seu trabalho, executado com dedicação, lealdade e honestidade e que muito nos deve honrar.

Certamente com erros, com um cunho bastante pessoal nas decisões assumidas, mas sem dúvida com a capacidade peculiar de saber ouvir e sentir o povo dos Açores.

Assim os açorianos o entenderam.

Os meios rurais e os agricultores dos Açores devem particular reconhecimento à sua compreensão pelas dificuldades dos mais isolados, carenciados e por vezes incompreendidos por alguns açorianos das sociedades urbanas.

Move-nos contudo a esperança de mais e melhor.

Não foi fácil construir os alicerces e a estrutura do edifício autonómico que pretendemos continuar a desenvolver.

Aqui fica também o registo do meu apreço, certo porém de que os Açores continuarão a necessitar do seu valioso contributo na Assembleia da República.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Com os objectivos de política agrícola anteriormente traçados para o quadriénio de 93/96, não seriam de esperar alterações de conceitos gerais ou de inversão no cumprimento dos projectos aprovados, bem como nas intenções de investimento preconizadas ou já iniciadas.

Com uma nova equipa governativa, que merece o nosso estímulo e confiança, é desejável apelar à sua sensibilidade para compreender a importância da Agricultura, no contexto da nossa economia, mas também e essencialmente pela sua importância social, de preservação dos nossos recursos naturais e da nossa identidade.

Cada vez mais entender a interdependência sectorial nos Açores, fará perceber o papel da Agricultura no nosso desenvolvimento.

Sendo certo que as nossas empresas agrícolas, agro-industriais e agro-comerciais se sentem limitadas pela sua dimensão, cada vez mais se cria a consciência das três vertentes que comprometerão o futuro da economia agrícola:

Competitividade - Qualidade - Preço

Corrigir as deficiências que contribuem para impedir a obtenção dos melhores níveis das vertentes atrás referidas não é uma missão fácil. Nem sequer pode assumir-se como um compromisso de curto prazo.

Integramos a União Europeia com a plena consciência das suas vantagens, mas temos também de perceber e estar preparados para enfrentar as suas desvantagens.

O sucesso do desenvolvimento e progresso da Agricultura passará pela capacidade que açorianos, agricultores, associações, cooperativas e governantes demonstrarem na definição e implementação de uma política sectorial externa.

Passar a mensagem política e documental da nossa situação estrutural e das limitações competitivas do sector para os responsáveis da União Europeia, será fundamental para manter em execução programas cruciais de apoio ao investimento e rendimento.

Aumentar a capacidade financeira da Região para dar resposta às necessidades prioritárias, passará certamente pela coragem de redefinir alguns investimentos de carácter pontual.

Atingir níveis de competitividade desejáveis na Agricultura, obriga a pensar na qualidade dos produtos produzidos, bem como na melhor valorização do seu preço.

Não existe ainda uma percepção dos princípios do funcionamento dos mercados que condicionam diariamente o rendimento dos agricultores e dos vários agentes económicos. A variação dos preços dos produtos agrícolas produzidos e dos factores de produção adquiridos, passaram a fazer parte dos negócios na Agricultura.

Perceber e corrigir as consequências deste fenómeno passa também por conhecer quando e como acontece.

Os fenómenos que ocorrem originados pela dependência externa, não têm sido sequer esperados pelos empresários agrícolas.

Na Agricultura, vive-se a sazonalidade dos ciclos produtivos e depende-se fundamentalmente dos ciclos de consumo.

Sem o devido acompanhamento Governo/Empresários desta condicionante, não haverá estabilidade e compreensão, mas sim expectativas que interferirão na intenção de potenciar os investimentos públicos e privados necessários à resolução dos problemas estruturais.

Assim, a abertura dos mercados, o actual mecanismo dos preços e as medidas sócio-estruturais comunitárias, continuarão a influenciar decisivamente a política agrícola regional.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

A Agricultura deve continuar a ser aceite como:

A actividade económica com maior importância estratégica dos Açores.

A actividade que garante emprego directo e indirecto e por isso desempenha um papel social distinto.

A actividade que devidamente ordenada garante a preservação do ambiente e dos nossos recursos naturais.

Por tudo isso, contribui para a nossa identidade cultural e promocional.

Promover os produtos agrícolas é promover os Açores.

Promover os Açores é garantir a sua comercialização e o seu consumo.

Do Programa do Governo agora apresentado, salientam-se os seguintes aspectos:

A multifuncionalidade da Agricultura e a importância do desenvolvimento integrado do meio rural.

A importância da viabilização do maior número possível de explorações e da manutenção das que apresentam relevância social e ambiental.

A estabilidade dos rendimentos.

A qualidade dos produtos.

A estrutura financeira do sector cooperativo.

A comercialização dos produtos.

Falar na Agricultura, obriga a falar de eficiência, de mercado, de transformação, de comercialização, de transportes, de promoção, enfim, de um sem número de áreas de que depende.

É um sector que não existe sozinho.

Porque vivemos em ilhas, com características peculiares, porque queremos definir prioridades, precisamos caminhar no sentido de respeitar a dimensão produtiva de cada ilha e potenciar a orientação vocacional dos seus empresários agrícolas.

Não podemos desperdiçar o manancial de recursos humanos que sabem o que fazem.

Os indicadores de investimento resultantes da aplicação de programas em vigor, ao abrigo do QCA II, são claros quanto à motivação dos agricultores para a modernização das explorações.

A avaliação das expectativas dos agricultores quanto às necessidades de investimento, é fundamental para dotar os referidos programas dos montantes de financiamento adequados.

A política defendida de tornar prioritários os investimentos estruturais na construção de caminhos, no abastecimento de água e electrificação dentro dos perímetros de ordenamento agrário, está correcta e afigura-se-nos coerente face à densidade de agregados agrícolas. Contudo, é importante não descurar as restantes zonas agrícolas.

A dispersão das nossas produções em nove ilhas, aliada ao nosso interesse em conquistar mercados externos, obriga a um esforço considerável na concentração da oferta.

Não nos preocupa de momento e de forma particular as empresas que detêm redes próprias de distribuição e comercialização, mas sim as cooperativas, as agro-indústrias e o comércio, limitadas pela sua dimensão e assim da sua capacidade competitiva.

É necessário que Governo e Parceiros Sociais da Agricultura estudem os mercados abastecedores e consumidores acompanhando a evolução dos preços e quantitativos.

Sem isso não é possível apresentar aos responsáveis da U.E. as razões da manutenção de programas de apoio ao rendimento ou intervir também nas situações de particular perturbação dos mercados.

A garantia da manutenção de bons preços dos produtos agrícolas, passa por apoiar as organizações de agricultores no planeamento de algumas culturas agrícolas, no seu acondicionamento e na promoção da sua comercialização.

Situações acontecem anualmente e com regularidade que evidenciam algum desconhecimento dos fenómenos de consumo com a consequente perturbação dos preços.

É já tempo de prevenir algumas circunstâncias.

A descontinuidade territorial do arquipélago exige medidas de âmbito estrutural, anormalmente dispendiosas, cuja resolução passa por um permanente diálogo com o Governo Central e com as instituições da União Europeia.

A manutenção das principais orientações de política agrícola regional, vai ao encontro do caminho mais coerente com a nossa realidade produtiva.

Volta este Programa a apresentar o carácter económico nuns casos e social noutros, e o reconhecimento da dependência externa do sector agropecuário, quer em termos de mercado, quer na adopção das medidas sócio-estruturais da Política Agrícola Comunitária.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Cumpra-me, contudo, voltar a salientar alguns aspectos que merecem uma particular atenção por parte deste VI Governo:

- **Intensificar as acções de vulgarização e informação dos agricultores, directamente e em estreita colaboração com as suas organizações avançando mais no âmbito da extensão rural.**
- **Equacionar a relação custo/regularidade do transporte marítimo de e para os Açores e inter-ilhas.**
- **Promover a concentração da oferta dos produtos açorianos nos principais mercados de destino, designadamente o continental, estudando um projecto comum que envolva Governo e empresários, na obtenção de estruturas de armazenagem e promoção, com especial atenção à debilidade, nesta matéria das empresas cooperativas.**
- **Evoluir rapidamente no sentido de garantir a Denominação de Origem de todos os produtos açorianos tirando o verdadeiro partido da nossa imagem no exterior.**
- **Controlar a entrada na Região de produtos, que pelas suas más condições concorrem de forma desleal, alertando os consumidores dos Açores para tal facto.**
- **Trabalhar em estreita concertação social na procura das melhores soluções para os problemas pontuais que, com várias origens, afligem o sector agropecuário.**

Que este programa de Governo se oriente para a concepção de um Plano consentâneo com a realidade da nossa Agricultura.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional

Ao analisarmos o Programa deste Governo Regional, tivemos em conta que a sua validade é temporalmente muito curta, ou seja, de acordo com a Constituição da República e o Estatuto da Região, teremos eleições para a Assembleia Legislativa Regional no próximo mês de Outubro, altura em que terminará o mandato deste

Governo. Por isso mesmo, todas as considerações que se possam fazer ou todas as intenções que o Governo Regional manifeste, têm este limite no tempo. Assim, quando o Programa do VI Governo repete aspectos mencionados no Programa do V que não se efectuaram durante os seus 3 anos de vigência, não é credível, em nosso entender, que sejam concretizados neste tão curto espaço de tempo.

Embora atendendo a estes condicionalismos, não queremos deixar de tecer algumas considerações no que diz respeito às necessidades da Ilha das Flores, até porque naquela Ilha foram iniciadas obras que nunca foram concluídas, as quais é urgente que se concluam; os Governos Regionais anteriores tomaram compromissos com a sociedade florentina e com pessoas individuais, os quais não foram assumidos até ao presente e que este Governo tem o dever de respeitar; e, há necessidade, como consequência dos compromissos assumidos por anteriores Governos Regionais, que este Governo prepare projectos para serem executados no futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Para a Ilha das Flores os últimos tempos, têm sido tempos negros no que diz respeito à realização e aplicação de investimentos públicos regionais. Depois da execução de algum investimento que coincidiu com os últimos anos do IV Governo e os primeiros do V, caiu-se na estagnação e mesmo algumas obras executadas nessa altura, acabaram por não ser totalmente concluídas. É o caso do Porto das Flores, cuja obra de mar foi concluída, mas não terminou a obra em terra; assim, é inadmissível que após o que foi feito, a iluminação do porto continue a ser provisória e de péssimas condições; é inadmissível que o porto não tenha água para abastecimento das embarcações; não se compreende que não tenham sido feitos os parques para combustíveis, para contentores, etc. e que agora se fale numa improvisação para "parque de combustíveis", não se respeitando tão pouco as mais elementares regras de segurança. Depois de executado o Porto das Flores - obra de mar - que obrigou o erário público regional a utilizar verbas avultadas, é inadmissível e incompreensível que não se execute o pouco que falta, se o compararmos com o executado - os parques, o abastecimento de água, a iluminação, a rede de frio de apoio às pescas, alguns melhoramentos na parte do porto destinado à pesca costeira, etc.

Lamentavelmente, o que se afirma em relação ao porto passou-se com a obra de prolongamento da pista do aeroporto.

Assim, a estrada do topo Norte da pista nunca foi alargada e apesar de ter sido executada a estrada regional no topo Sul, os passeios nunca foram concluídos, a rua encontra-se às escuras, porque nunca ligaram a energia eléctrica e ainda necessita asfaltar os cerca de 50 metros de estrada situados junto ao parque infantil; no bairro novo, onde foram realojadas as pessoas que viviam nas casas que o prolongamento da pista obrigou a serem distribuídas, continua a estrada com alguns passeios por arranjar.

Casos destes, em nosso entender, nada têm a ver com necessidade de verbas ou falta delas, mas antes, com a preocupação que devia existir de **concluir bem** as obras iniciadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Propusemo-nos analisar o Programa deste Governo Regional e é isso que devemos fazer; quanto à educação, graças ao esforço da Associação de Pais da Escola Básica e Secundária das Flores, trabalhando conjuntamente com as Câmaras Municipais e sentindo o apoio de toda a sociedade civil, foi possível implementar o 10.º Ano de Escolaridade. Mas, o Governo Regional não pode enjeitar as responsabilidades que tem no Ensino. O pavilhão onde são leccionadas as aulas do 10.º ano de escolaridade, foi pago pela Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores; mas, essas salas de aula também são utilizadas na escolaridade obrigatória. Não será altura do Governo Regional disponibilizar verbas para o laboratório de que esta escola necessita?

Em nosso entender, este ano, poder-se-ia ter iniciado aulas do 5.º e 6.º anos de escolaridade nas Lajes, para as crianças daquele concelho. A falta de capacidade de diálogo que demonstrou a Secretaria Regional de Educação e Cultura, inviabilizou essa possibilidade. Pensamos que será de desejar, no futuro, que as crianças do concelho das Lajes possam ter aulas do 5.º e 6.º anos, mais próximo dos seus agregados familiares, o que iria melhorar a utilização dos espaços da Escola de Santa Cruz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

No capítulo da Saúde, o Programa do Governo propõe-se garantir "humanismo do sistema de saúde". Em primeiro lugar, consideramos que humanismo é uma necessidade absoluta neste sistema de saúde que temos; depois de protestos de populações inteiras, bem como do empenhamento de organismos representativos dos profissionais de saúde, o Sr. Secretário Regional aceitou perante a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais que eram necessárias alterações na deslocação de doentes. Acontece que esta reunião decorreu há 15 dias e os Centros de Saúde não alteraram quaisquer procedimentos no que diz respeito à deslocação de doentes. Há, de facto, uma falta de humanismo a toda a prova no modo como estão a ser tratados os problemas de saúde na Região Autónoma dos Açores. Não aceitamos que assuntos passíveis de serem resolvidos com um simples fax, não o sejam; não podemos aceitar que os doentes não recebam os tratamentos de que necessitam, porque os Centros de Saúde não os enviam às unidades de saúde onde podem e devem ser tratados.

Ontem, o Sr. Secretário Regional referiu ter dado instruções sobre a matéria. Se o fez, essas instruções não surtiram qualquer efeito. E tudo continua na mesma. Que falta de humanismo!

Quanto à Segurança Social, é lamentável que o polivalente das Lajes se encontre com a estrutura de betão armado executada há dois anos e não seja concluído; o polivalente da Fajã Grande, há muito prometido, parece ter caído no esquecimento do Governo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Quanto ao ambiente, afirma-se no Programa do Governo que se pretende "implementar, em colaboração com as autarquias, acções de sensibilização com vista à redução, recolha selectiva e reciclagem dos resíduos sólidos urbanos", - importante seria, nas Flores, que em colaboração com as autarquias, fossem criadas condições para se terminar com as duas lixeiras, a céu aberto, que existem uma em cada concelho. Ainda quanto ao ambiente, queremos alertar para a necessidade urgente da limpeza da Lagoa da Lomba, cada vez mais invadida por plantas aquáticas e da Rocha dos Bordões, infestada por vegetação que necessita ser controlada.

Quanto ao turismo, no Programa, o Governo Regional propõe-se e citamos "desenvolver mecanismos de coordenação com as autarquias locais... e criando uma

maior integração da oferta de produtos turísticos". Seria de todo o interesse que nas Flores, o desenvolvimento dos mecanismos de coordenação com as autarquias levasse à reabertura da Pousada das Lajes e à execução de projectos para uma marina e um parque de campismo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O Programa deste Governo Regional dedica uma linha de texto aos gravíssimos problemas decorrentes dos temporais que em 6 e 9 de Junho assolaram a Ilha das Flores e citamos: "a reconstrução dos troços de estrada e obras de arte danificadas pelo temporal na Ilha das Flores"; mas, não podemos deixar de passar esta oportunidade, sem manifestar o nosso descontentamento pelo facto de, desde Junho até ao presente, não se ter reconstruído, a título definitivo, seja o que for. Queríamos acreditar que isso se vai efectuar até ao "términus" do mandato deste Governo! Sobre esta matéria fizemos entrar na Assembleia um requerimento ao Governo Regional em 18 de Agosto próximo passado, em que pretendíamos tão somente saber o modo como o anterior Governo Regional estava a encarar a resolução dos problemas provenientes das tempestades de Junho. Passados estes três meses, continuamos sem qualquer resposta. Vamos continuar a aguardar, na esperança de uma resposta deste Governo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Muito do que é necessário ser executado nesta Região, principalmente nalgumas das nossas Ilhas, não tem que ver com grandes dispêndios orçamentais; antes tem a ver com a necessidade dos responsáveis terem que se preocupar com os problemas que afectam os cidadãos; antes tem a ver com a obrigação que têm os responsáveis governamentais em saírem dos seus palácios e sentirem o dever de resolver os problemas que afectam os Açores e os Açorianos.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Jaime Medeiros*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria dizer ao Sr. Deputado Paulo Valadão que não foi possível, até a este momento, fazer a reconstrução em termos definitivos das obras de arte danificadas pelos temporais das Flores, justamente, porque são obras complexas que carecem de estudos e nós não podemos fazer obras "em cima do joelho", sob pena de estarmos a deitar dinheiro ao mar.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Neste caso à ribeira!

O Orador: Como tem conhecimento, os problemas da habitação foram resolvidos, a desobstrução de estradas e a recuperação dos pavimentos está a ser feita, a desobstrução dos aquedutos que foi feita contra as obras de arte das ribeiras, foram encomendados os trabalhos de topografia já que a orografia do terreno foi totalmente alterada. Durante o mês de Agosto e Setembro tiveram equipas de topografia a trabalhar nas Flores e, neste momento, procede-se à elaboração de estudos para a construção das pontes. Pensamos lançá-las a concurso no início do próximo ano, antes, era manifestamente impossível por dificuldades de ordem técnica já que projectos daquela dimensão não se fazem no tempo que todos nós desejaríamos.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Manuel Azevedo): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Referiu o problema das lixeiras a céu aberto nas Flores e gostaria de lhe dizer que a Secretaria do Turismo e Ambiente aprovou, depois de feitos os estudos, a localização que lhe foi referida para o aterro sanitário das Flores.

Tanto quanto me é informado, neste momento, não se avança porque as duas Câmaras das Flores ainda não se entenderam. Reafirmo que a Secretaria do Turismo e Ambiente, em relação às Flores, e em relação aos aterros sanitários, fará tudo o que tem feito relativamente às outras ilhas e às outras autarquias.

Relativamente à Rocha dos Bordões, temos em nossa posse um estudo feito pela Universidade dos Açores, em relação aos infestantes que cobrem aquele monumento importante da Ilha das Flores. Vamos, naturalmente, com a colaboração de outros serviços do Governo Regional e se calhar recorrendo a serviços exteriores, avançar para a limpeza desses infestantes, para que não só os florentinos como também as

peessoas que visitam as Flores, sobretudo durante o Verão, possam efectivamente admirar aquele belo monumento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero congratular-me pelo facto de, pela primeira vez, um membro do Governo ter, seriamente, referido o problema da Rocha dos Bordões aqui.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Ó Paulo, é tudo a primeira vez?

O Orador: É a primeira vez!

Aliás, para quem conhece a Rocha dos Bordões - o Sr. Secretário conhece-a tão bem quanto eu - é natural que tenha a sensibilidade que eu tenho e que, de uma maneira geral, as pessoas têm. Esperemos, efectivamente, que o problema seja resolvido.

Em relação à lixeira, esperamos que a fase de diálogo anunciado por este Governo também nesse capítulo, seja capaz de avançar no sentido de terminarmos com os problemas que lá existem e que efectivamente possamos ter selecção de lixo, de aterro sanitário, etc.

Quanto ao problema das Obras Públicas, Sr. Secretário, era bom para os florentinos e para a Região que esses concursos fossem lançados e as obras fossem efectuadas.

No entanto, quero recordar-lhe que no plano que V. Exa. está a executar, estava previsto o projecto da ponte sobre a Ribeira Grande. Se, efectivamente, essa parte do plano tivesse avançado, V. Exa. estaria em condições, há muito, de lançar ou ter lançado essa parte da obra a concurso, porque aquilo que os temporais destruíram foi aquilo que há muito se estava a prever que fosse destruído. Era aquilo que estava contemplado no plano que está a ser executado, ou seja, o plano de 95.

Em relação a obras públicas, estava convencido que o Sr. Secretário ia referir-se ao problema que levantei, ou seja, a conclusão das obras que já deveriam estar terminadas, como é o caso das obras do porto, prolongamento da pista etc. e que sem necessidades orçamentais vultuosas, continuam por acabar dando uma imagem de grande desmazelo, desculpe o termo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Jaime Medeiros*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à questão das pequenas obras que o Sr. Deputado levantou aqui, eu entendi não responder porque são questões, em minha opinião, que têm mais enquadramento na discussão do plano e não propriamente na discussão do programa do Governo.

De qualquer forma quero descansá-lo. Na elaboração do plano teremos em linha de conta essas suas preocupações que também são nossas.

Quanto à questão da ponte da Fajã Grande, também quero-lhe dizer que, aquando da ocorrência dos temporais, o projecto estava em elaboração nas condições que haviam à data daquela ocorrência. A partir das cheias, não foi possível dar continuidade àquele projecto devido à situação do terreno. A topografia é completamente diferente e tem que se recomeçar tudo de raiz, como o Sr. sabe muito bem. Daí que lhe tenha dito que a elaboração do projecto está a executar-se, neste momento, e que as obras serão lançadas no decurso do primeiro trimestre do ano que vem. Essa é uma garantia que lhe posso dar.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um pequeno intervalo de 10 minutos.

Eram 12.00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12.25 horas.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (*Manuel Azevedo*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É com muito gosto e também com alguma emoção que uso da palavra pela primeira vez nesta tribuna e nesta Casa - mãe do nosso regime autonómico. Não o faço como parlamentar que aqui nunca fui.

Faço-o, no entanto, como membro do VI Governo Regional dos Açores, com a mesma atitude de disponibilidade que sempre procurei ter na vida pública, consciente da precaridade dos cargos políticos, particularmente deste.

Saúdo as senhoras e os senhores deputados, ilustres e legítimos representantes do povo dos Açores. Dentre todos, saúdo especialmente o primeiro dos deputados - o recém-eleito Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores - desejando-lhe um profícuo mandato neste último ano de legislatura. Não posso também deixar de saudar todos os que trabalham nesta Casa e os jornalistas acreditados neste Parlamento. A todos prometo leal colaboração e diálogo construtivo, a bem dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Desde o IV Governo Regional que o Turismo tem sido apresentado como um dos sectores económicos com mais virtualidades para polarizar o desenvolvimento económico e social dos Açores, tendo em conta não só as vantagens comparativas de que a nossa Região disfruta neste domínio, mas também o efeito multiplicador associado ao fenómeno turístico. A inevitável terciarização da nossa economia conduz-nos, também, à convicção da justeza desta nossa opção: um turismo de qualidade que terá que ter em conta, a um tempo, os nossos valores culturais, ambientais e paisagísticos.

O Plano Director de Turismo, recentemente aprovado, e que na sua preparação teve a participação activa das mais diversas entidades, com especial destaque para os nossos empresários, apresenta-nos objectivos e estratégias de actuação claras para o sector turístico nos Açores.

Desde logo, a referência ao carácter eminentemente privado da actividade turística ainda que com a cooperação do sector público. Por isso, foi possível, está sendo possível melhorar significativamente a iniciativa e criatividade dos nossos empresários e aproveitar os fundos estruturais da União Europeia. Daí que não seja de admirar o crescimento quantitativo e qualitativo da nossa oferta turística e o

aumento da procura do destino Açores que as últimas estatísticas cabalmente confirmam.

Com este crescimento sustentado da oferta a nível do alojamento, restauração e animação que se reflecte numa crescente programação de novos produtos nas vertentes turístico-desportivas e culturais, estamos potenciando a evolução positiva dos movimentos turísticos para os Açores.

Se tudo isto passa pela dinâmica dos nossos empresários turísticos, passa muito também pelo esforço de investimento promocional junto dos mercados interno e internacional que o Governo, através da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, está a levar a cabo.

Não é, pois, de admirar que prossigamos na mesma linha, ainda que com acertos que a nossa experiência e a dos nossos empresários nos vão aconselhando.

Não espanta ninguém que os objectivos a prosseguir durante a vigência deste Governo sejam:

- A promoção do crescimento da oferta de alojamento e animação turísticos, procurando que tenham uma distribuição harmoniosa, qualidade adequada e que respondam às necessidades que se vão fazendo sentir não só nos centros de recepção/distribuição, mas um pouco por todas as ilhas.

- A promoção da Região no exterior, consistente e integrada, cada vez mais selectiva, que apresente, sim, a nossa paisagem inigualável mas que afirme cada vez mais os nossos valores ambientais e culturais. Promover a oferta real e potencial de produtos turísticos de natureza temática e especializada (turismo de congressos, golfe, turismo náutico, turismo cultural e religioso, turismo em espaço rural) susceptíveis de contribuir para o aumento da estada e despesa média por turista e, também, para a redução da sazonalidade - esta que é, ainda, uma das nossas condicionantes fundamentais que estamos atacando e já com resultados visíveis.

Baseado nestes dois vectores - promoção do crescimento da oferta e promoção da Região no exterior - e tendo em conta as orientações do Plano Director de Turismo, o Governo compromete-se perante esta Assembleia a:

- Reforçar os mecanismos de formação, controlo e fiscalização das actividades e profissões turísticas que propiciem o aumento dos níveis de satisfação da procura.

- Melhorar os instrumentos de intervenção financeira fomentadores do investimento, uma vez que os actuais, quer de base regional quer de âmbito nacional, não satisfazem cabalmente as nossas necessidades de Região ultra-periférica e as nossas características geográficas.

Brevemente será apresentado nesta Assembleia um Decreto Legislativo Regional - ora em fase final de aperfeiçoamento no Conselho Regional de Incentivos (CRI) - que proporcionará as respostas concretas a estas necessidades, garantindo investimento em zonas escuras do actual sistema de incentivos.

- Dar prioridade à promoção turística da Região no exterior, procurando envolver nela os nossos investidores, fazendo com que gradualmente vão tomando em suas mãos a promoção que a cada um interessa. Neste domínio está o Governo disposto a premiar a inovação e a criatividade, pois que tal esforço dos empresários conduzirá à diversificação de produtos e à redução da sazonalidade.

- Promover a Região no exterior junto dos mercados emissores prioritários, no intuito de influenciar a programação de operadores nacionais e internacionais. Neste campo, anuncio o investimento promocional forte que vamos fazer no Congresso da APAVT que se realiza no fim deste mês em Ponta Delgada, na convicção de que talvez nunca disfrutámos nem iremos disfrutar tão proximamente de uma oportunidade promocional do destino Açores no exterior, ainda que estando em casa.

- Encetar acções de promoção do turismo intra-regional e desenvolver as ainda ténues junto do mercado étnico, sobretudo nos Estados Unidos, Canadá, Brasil e Bermuda. No V Congresso das Comunidades Portuguesas que acabou de encerrar na Horta, a necessidade desta promoção e as virtualidades destes mercados foram insistentemente referidas.

- Ainda que não dependa directamente deste departamento, queremos decididamente continuar o processo de alienação das participações sociais detidas pela Região em empresas turísticas.

- Colaborar com as autarquias locais e outras entidades públicas e privadas, sobretudo nas áreas da cultura, do desporto, do artesanato para, coordenadamente criarmos uma maior integração da oferta de produtos turísticos.

- Promover a procura e dignificação das profissões turísticas, investindo na formação profissional, especialmente quando da iniciativa de empresas turísticas, desde que tal conduza a uma correcta adequação da mão-de-obra às necessidades de desenvolvimento do sector.

Propositadamente, não refiro a vertente transportes, tão importante para o turismo especialmente na nossa Região, dadas as suas características geográficas. O Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas referir-se-á a esta questão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queremos um crescimento gradual e sustentado do turismo no respeito por valores fundamentais que desejamos preservar e que são, eles próprios, potenciadores da procura do destino Açores .

Um destes valores fundamentais é o Ambiente. Área cada vez mais sensível em todo o mundo e que apaixona multidões em quase todos os países. Por cá, as questões ambientais não apaixonam - o que é bom, porque as paixões se depressa nascem mais depressa morrem - mas estão gradualmente a ser uma das grandes preocupações do nosso povo, sobretudo dos nossos jovens. Temos consciência que vícios de gerações não se irradiam rapidamente. Por isso, temos esperança nos jovens para que sejam eles, pela sua palavra e pelos seus actos, os grandes adjuvantes da mudança de mentalidades que estamos procurando levar a cabo.

Nesta acção pedagógica, de resultados pouco imediatos, por isso que frustrantes, importa ter em conta que a protecção do Ambiente não é um fim em si mesmo. Ela tem como finalidade primeira o desenvolvimento sustentado da nossa Região: o desenvolvimento que queremos para os Açores, não pode ser feito à custa da degradação dos nossos recursos naturais. Apesar disto, a preservação do Ambiente, com a conseqüente conservação da biodiversidade e recursos naturais, não poderá pôr em causa pessoas, e bens eventualmente mais valiosos. Uma avaliação criteriosa e desapassionada, aqui, também, dará frutos.

Tendo em conta estes pressupostos o Governo propõe-se:

- Reforçar a coordenação intersectorial nas áreas de recursos hídricos, geológicos, marítimos e florestais.

No que respeita à conservação da natureza, e naquilo que a esta Secretaria diz respeito:

- Criar legislação definidora da participação das associações e dos cidadãos na formulação e execução da política de ambiente.
- Implementar uma rede Regional de Áreas Protegidas (em curso com a colaboração da Universidade dos Açores), dando sequência ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/93/A de 23 de Dezembro.
- Regulamentar as áreas com estatuto de Conservação. Até conclusão deste trabalho, implementar a constituição de Comissões de Gestão integrando a Universidade dos Açores e as Associações de Defesa do Ambiente, que permitam a gestão efectiva destas áreas.
- Recuperar e revitalizar o Património Natural e Cultural - em curso - o ESP (Estudo de Salvaguarda do Património Natural e Construído afecto à Cultura da Vinha do Pico) e, dinamizar processos semelhantes, sobretudo para a Fajã de Santo Cristo e Ilhéu de Vila Franca).

Implementar o processo classificativo de áreas como Reserva da Biosfera da Unesco, não só dos locais que mereceram aprovação do Comité Nacional (Caldeira do Faial com a candidatura já entregue; Caldeira de Santa Bárbara na Terceira e Lagoa do Fogo em São Miguel), como também do Património Natural nas Ilhas que não foram visitadas pelo Comité na sua deslocação à Região.

- Conservar habitats e ecossistemas no âmbito da aplicação Directiva dos Habitats.
- Prosseguir as acções previstas nos dois projectos Life:
"Conservação das Comunidades e Habitats de Aves Marinhas" e "Inventário e Cartografia da Vegetação e Flora Naturais dos Açores", em colaboração com a Universidade, tendo o primeiro também a colaboração da Associação Ecológica "Amigos dos Açores".
- Implementar a Reserva Ecológica Regional e promover a rápida aprovação das suas delimitações no âmbito dos Planos Directores Municipais em curso.
- Continuar a desenvolver o programa de vigilância e qualidade das águas balneares e os processos de candidatura das praias à Bandeira Azul da Europa.
- Actualizar e divulgar estudos sobre a qualidade da água de abastecimento.

- Apoiar as autarquias em acções de preservação e conservação do ambiente.
- Elaborar estudos sobre o ruído e apoiar as medições dos níveis sonoros.

Nada disto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se faz sem educação ambiental. Por isso, propomo-nos:

- Promover a educação e a sensibilização para a Conservação da Natureza e Biodiversidade.
- Fornecer à população mais material de divulgação ambiental.
- Criar nas áreas protegidas infraestruturas de informação e divulgação aos visitantes e núcleos de educação ambiental para as escolas - no Monte da Guia a obra iniciar-se-á no início do próximo ano e desenvolveremos esforços para que possa ser alargado o espaço já existente no Jardim Botânico.
- Trabalhar com as autarquias para a recolha selectiva e reciclagem dos Resíduos Sólidos Urbanos.
- Comemorar condignamente as datas relativas ao Ambiente, conscientes de que elas próprias são momentos privilegiados de educação ambiental.
- Colaborar com as Associações de Defesa do Ambiente (ADA's) em programas e acções de sensibilização ambiental.

Promover acções de sensibilização para autarcas, ADA's e população em geral.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aqui estão, em linhas gerais, as medidas que o VI Governo Regional pretende implementar nas áreas do Turismo e Ambiente.

Tempo curto para tanto! - dirão alguns. Tempo suficiente - direi eu - se todos, mas todos, tivermos vontade de trabalhar. Tempo bastante - insisto - para que, com menos burocracias e mais diálogo, consigamos levar a cabo este trabalho aliciante - o desenvolvimento dos nossos Açores.

Pela minha parte e pela daqueles que directamente comigo colaboram, olhos bem abertos à realidade que nos rodeia, ouvidos bem atentos àquilo que o nosso povo, todos os dias, nos vai dizendo directamente ou através de V. Exas., Srs. Deputados, seus legítimos representantes.

As portas da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente estão abertas. Entrem, aquela casa é, também, vossa!

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma intervenção muito breve, fundamentalmente, para três ou quatro perguntas sobre esta matéria.

Primeiro um comentário sobre o Plano Director de Turismo. Penso que é um instrumento fundamental e ainda bem que esse documento, finalmente, viu a luz do dia depois de tanto tempo de espera.

Conheço o documento, participei também numa acção de divulgação do mesmo e parece-me um documento importante, sobretudo porque teve a participação de imensos agentes turísticos da nossa Região. É um instrumento de trabalho da maior importância como V. Exa. referiu aqui.

Passo agora às questões.

Como V. Exa. sabe, em relação à oferta de alojamento em determinadas ilhas e situações, existem dificuldades, nomeadamente de ordem financeira, extremamente graves. Não vou citar os casos, mas como sabe, há situações que, inclusivamente, já estão nos tribunais.

Estaria V. Exa. disposto, ou o Governo, a encontrar-se com esses agentes turísticos, no sentido de encontrar alguma forma de minimizar os problemas actualmente existentes que são extremamente graves - repito - e já estão no foro judicial alguns deles?

Em relação à vossa proposta de melhorar os instrumentos de intervenção financeira e quando informa esta Câmara que já está em preparação um diploma sobre essa matéria, queria pedir-lhe se podia explicitar um pouco mais as linhas gerais desse diploma, porque eu não compreendi bem, da leitura do programa, o que é que se pretende, exactamente, melhorar?

Finalmente, é reconhecido também que existem ainda muitas insuficiências ao nível da formação profissional. É reconhecido, é notório, nós próprios quando nos deslocamos pelos Açores sentimos isso.

Gostaria de saber, do seu ponto de vista, quais são as alterações que terão que ser feitas para melhorar esse aspecto da formação profissional, uma vez que, do nosso ponto de vista, há muita coisa a fazer e aquilo que está a ser feito, designadamente no Centro das Capelas, embora de positivo, tem de encontrar outra forma e outro esquema para se tornar mais operativo e mais eficaz.

Fundamentalmente, são estas as questões que lhe queria colocar agora.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário do Turismo e Ambiente:

Face à exposição feita por V. Exa. e face ao programa do Governo, refere-se, desde logo, a uma questão de princípio, porque, estando eu também de acordo com V. Exa. no que se refere à sensibilização e educação ambiental, o que é facto é que existem determinados hábitos entre nós, que sem uma política directa de fiscalização e mesmo de criação de normas sancionadoras, não resolveremos de imediato o problema já que a educação e sensibilização só a médio e a longo prazo produzem efeito.

Eu tenho três questões, para as quais queria um esclarecimento de V. Exa..

Embora na estrutura do Governo o ambiente não esteja unicamente entregue à Secretaria Regional do Turismo e Ambiente - uma palavra diz, que deveria ser essa Secretaria que deveria orientar unicamente esta área - queria perguntar a V. Exa. como é que acha possível, no VI Governo, gerir esta divisão de competências do ambiente entre a Secretaria do Turismo e Ambiente, a Secretaria da Agricultura e Pescas e a Secretaria de Obras Públicas?

A segunda questão que lhe ponho, refere-se a medidas concretas no que respeita, sobretudo, a normas de fiscalização e sancionatórias referentes em especial à Ilha de São Miguel num aspecto que, neste momento, é bastante grave, ou seja, a delapidação das bacias das Lagoas, sobretudo no que se refere à apanha de leivas. Aponto já um caso concreto que é a própria Lagoa do Fogo que, quem for visitar

neste momento, encontra-a completamente delapidada de leivas, o que significa que não existe fiscalização, porque até já de dia se faz a apanha das mesmas numa área proibida.

No programa do Governo fala-se na criação de infraestruturas de informação aos visitantes nas áreas protegidas. Desejava que V. Exa. explicitasse o que são estas infraestruturas de informação, se isto se traduz na criação de postos de turismo nos locais, na criação de novos funcionários nesses locais, ou seja, na prática que explicitasse o que é que isto pretendia ser no próximo programa.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Ao usar da palavra pela primeira vez nesta Sessão Legislativa, impõe-se, antes demais, saudar V. Exa., Sr. Presidente, pela sua eleição fazendo votos que continuará como o seu antecessor a prestigiar esta Casa.

A si Sr. Presidente do Governo, é sempre com grande regozijo que nós que já tivemos o prazer de trabalhar consigo e lhe reconhecemos méritos e reconhecemos grandes capacidades de liderança sempre a apostar e a descentralizar para dar oportunidades a todos e também incentivar que se possa produzir um trabalho profícuo e um trabalho eficaz. Confiamos em si, Sr. Presidente do Governo. Temos confiança, porque o seu passado assim o credibiliza, por isso temos muita esperança que este VI Governo será, sem dúvida, um Governo de sucesso. E este sucesso começa-se já a constatar.

Foi com grande regozijo que a bancada do Partido Social Democrata constatou que os novos membros do Governo que tomaram posse há poucos dias, chegaram a esta Casa com os dossiers já completamente, dominados a demonstrar à oposição que temos gente capaz de dar continuidade a esse projecto que o Partido Social Democrata há muito vem suportando. Ou seja, nós temos a esperança de que este Governo vai continuar a ser um bom Governo, vai continuar a ser o Governo que os açorianos sempre gostaram de ter.

Posto isto, gostaria de fazer uma recomendação ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

É necessário que no Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre os incentivos, seja salvaguardada a especificidade de cada parcela do nosso território, ou seja, de cada ilha e que fique salvaguardado que não poderão ser incentivos que, de uma forma genérica, se apliquem a toda a Região, mas sim que venham salvaguardar as nossas pequenas comunidades nas diversas ilhas do arquipélago.

Pela nossa experiência sabemos que esses projectos são muito importantes para combater o desemprego, para relançar a nossa pequena economia e muitas vezes são arquitectados para serem aplicados às ilhas maiores.

Penso - o Parlamento e todos os que estão aqui presentes - que é necessário tentar dar o nosso contributo no debate e na análise desse documento, mas queria sensibilizar-lhe, porque é necessário que se contemple, que se consagre, medidas que vêm de encontro a todas as ilhas do arquipélago. Por isso Sr. Secretário, tenho confiança e gostaria de ouvir a vossa opinião sobre essa matéria.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria ter uma saudação especial, uma vez que se trata de um conterrâneo que assume funções governativas, ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente, porque já o encontrei na Assembleia da República.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Escusava de falar do seu passado como ilustre figura desta Casa!

O Orador: Eu gostaria que o Sr. Secretário se pronunciasse, embora não seja do seu âmbito, mas no entanto não se pode desligar, à situação que vou-lhe colocar com muita clareza.

Não se pode atrair turismo das nossas comunidades sem haver transportes regulares nos Açores.

Quer seja do âmbito da Secretaria das Obras Públicas, quer seja do âmbito da presidência, este assunto não mereceu o cuidado, a acutilância, por parte do Governo

anterior como lhe foi recomendado nesta Assembleia e ao qual eu voltarei a falar na intervenção que farei na tribuna.

Esta é a primeira nota.

A segunda prende-se com o ambiente.

Há muitos anos que debate-se e espera-se pela resolução de um aterro sanitário único para a Ilha do Pico. Fomos em tempos acusados de que não resolvíamos o assunto. O projecto estava pronto. A localização era sinónimo de que poderia haver uma divisão e falta de união.

Com os novos autarcas encontrou-se um sítio que era o mais contestado por mais incrível que pareça, mas mudaram-se os tempos mudaram-se as vontades. Eu não acho o melhor sítio, mas isso não interessa. Piorou a situação, porque faltaram depois os financiamentos aos quais os municípios se podem candidatar.

Está-se numa fase em que - e daí a pergunta - cada um dos municípios do Pico de per si não quer hipotecar o plafond que lhe está atribuído no PEDRAA, daí terem ido para uma associação de municípios, mas têm procurado que a Região assuma, como plafond seu essa candidatura. Se já se aceitou em que ponto é que está essa situação? Para terminar e porque foi aqui referido que o Governo procurará o crescimento gradual e sustentado da oferta de alojamento, procurando uma distribuição espacialmente harmoniosa, eu gostaria de saber como é que vai fazer isso?

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer intervalo e pediria aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e aos Srs. Deputados das Representações Parlamentares para, no início da tarde, reunirmos para acertarmos, os nossos trabalhos.

Eram 13.00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, pedia o favor de retomarem os seus lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15.25 horas.

Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (*Manuel Azevedo*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Terei que ser curto porque já não temos muito tempo, mas vou procurar responder a tudo.

De qualquer maneira e antes de entrar nas respostas às questões que me foram postas e que agradeço, gostaria de partilhar convosco uma satisfação que há pouco tive e que tiveram aqueles que directamente comigo colaboraram.

Acabei de dar posse ao novo delegado do ambiente em S. Miguel e esta partilha deve-se ao facto de ser reconhecido, pública e notoriamente, que a delegação de ambiente de S. Miguel não funcionava bem, porque já não tinha delegado há bastante tempo. Sei que pelo meu antecessor foi feito todos os possíveis para o conseguir, mas não o consegui. Eu tive a sorte, foi pura sorte, de conseguir resolver agora. Partilho convosco esta alegria, porque também é partilhando destas coisas que vamos-nos enriquecendo mutuamente.

Passando às questões, o Sr. Deputado Fernando Menezes falou inicialmente no Plano Director de Turismo e, relativamente a isso, gostaria de dizer que penso que não aprovámos o Plano Director de Turismo tarde. É bom lembrar que é o primeiro de qualquer região de turismo do País.

Se tivermos em conta a dimensão do nosso mercado, sobretudo a dimensão da nossa oferta que é muito pequena em comparação com outras regiões de turismo, mais notório e de salientar é a aprovação deste plano, neste tempo.

Somos pioneiros, de facto, em termos nacionais.

Para além disso, o trabalho de diálogo e de concertação que foi feito com todo o sector turístico foi muito grande, o que justifica um pouco aquilo que o Sr. Deputado considerou sobre a demora.

Esse diálogo foi importante para conseguirmos aprovar o Plano Director de Turismo, mas mais do que isso, foi importante para nós criarmos plataformas de diálogo com o sector. Efectivamente, esse diálogo tem funcionado e vai continuar a funcionar.

Em segundo lugar, falou-me em alojamentos pré-falidos em determinadas ilhas. Com a delicadeza que este assunto encerra na sua abordagem, eu dir-lhe-ia que há muito tempo estas questões, no interior da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, estão a ser estudadas, o que não quer dizer que tenhamos possibilidades legais de resolver esse problema, porque os incentivos que nós temos não são para saneamento financeiro são, efectivamente, para a actividade produtiva, para o sector produtivo. Isto não pretende e não quer dizer que sejamos radicais, vamo-nos continuar a debruçarmos sobre a questão.

A eventualidade da utilização de capital de risco para a solução e para o saneamento financeiro destas empresas, poderia ser, eventualmente, um caminho.

Mas, e ainda relativamente a isto, porque poderia perpassar, não na vossa mente, mas na mente do povo açoriano, que o facto de haver duas ou três empresas em situação de pré-falência, poderia pôr em causa todo o sector, queria reafirmar que isso não acontece. Falências acontecem em todos os sectores de actividade.

O facto de termos estes problemas nalgumas ilhas, felizmente poucas, não põe em causa tudo aquilo que estamos a fazer neste sector na Região.

Em terceiro lugar, pediu-me que concretizasse melhor o que é que o Decreto Legislativo Regional que está a ser ultimado no Conselho Regional de Incentivos e os diplomas que se lhe seguirão, em que é que viriam melhorar o apoio à actividade turística. Eu respondi a isso na minha intervenção, mas talvez com demasiada brevidade.

O que se pretende com estes diplomas legislativos é cobrir as zonas escuras que o SIFIT, os programas de fundo de turismo, a legislação regional, estes incentivos ainda não cobrem. Referir-me-ia por exemplo, a empreendimentos com alguma dimensão em termos hoteleiros, em animação nas próprias instalações turísticas e também em apoio a programas de agências de viagens de turismo.

Tudo isto é evidente e tem como pano de fundo, como não poderia deixar de ser, aquilo que está estabelecido no plano director de turismo.

Falou-me também na formação profissional. Embora não tendo a tutela da formação profissional no sector turístico, não a temos, eu gostaria de referir que muito tem sido feito neste aspecto, mas que nos preocupa uma questão, ou seja, cada vez mais estão

a aparecer no mercado pessoas com formação na área turística desempregadas e cada vez mais vemos alguns estabelecimentos hoteleiros que preferem empregar mão-de-obra indiferenciada, do que mão-de-obra com alguma formação turística. Isto não se resolve com lei, não há leis para isto. Resolve-se com a gradual mentalização dos nossos empresários para que empreguem esta gente com formação, embora isso custe mais.

Estamos a tentar elucidar os nossos empresários, e queremos dizê-lo a todos, que temos incentivos para que no âmbito das próprias empresas, essa formação seja feita. O que é preferível, porque cada empresa, cada unidade, é que sabe as necessidades que tem e pode orientar a formação para essas necessidades. Há incentivos para isso e muito significativos.

Sr. Deputado Silva Melo, falou da fiscalização e de normas legais sancionatórias. Estou de acordo consigo.

A educação ambiental só terá sucesso se tiver como pano de fundo um quadro legal, a fiscalização para aplicação de normas sancionatórias aos prevaricadores.

Mas temos um problema: e pessoal para fiscalizar?

Quantas pessoas nós precisamos para fiscalizar todas as reservas naturais, áreas ecológicas especiais e áreas protegidas?

Isso levaria a um empolamento da administração que eu não consigo quantificar muito bem.

É certo que temos um problema que tem a ver com a segunda questão que me colocou e eu vou assumi-lo aqui. Eu considero negativo que os sectores do ambiente estejam repartidos por três secretarias regionais e assumo-o .

É certo que o diálogo que se tem mantido e que vamos procurar manter, entre os secretários que têm essa tutela, obviarão a dificuldades que poderão surgir nessa área, mas não as resolvem todas. O ideal seria que os recursos hídricos, as florestas e todas as outras áreas que estão adstritas ao ambiente, estivessem unidas. Mas essa reestruturação não pode estar no horizonte deste Governo, ou seja, um Governo com 11 meses de previsível duração.

O novo Governo que resultar das próximas eleições, penso que terá que assumir esta questão e terá que resolvê-la.

Porque é que eu falei nisto quando estava a falar de pessoal?

Porque o facto destes três sectores estarem unidos num só, possibilitará a gestão de pessoal de modo que não seja só para essa fiscalização aumentarem-se os quadros. A gestão de pessoal poderá, efectivamente, melhorar se isto for feito desta maneira, mas fica para o próximo Governo.

Delapidação de leivas, Lagoa do Fogo.

Estamos preocupados com isto. Está relacionado com aquilo que eu disse acima.

O que eu digo é que, enquanto este problema de pessoal não for resolvido, só podemos ir para aqui por educação ambiental, por acções de sensibilização no local. Eu dizia há pouco na posse do novo delegado de ambiente, até **com acções de protesto**, porque o protesto leva atrás de si a comunicação social e por virtude disso, sensibiliza a comunidade para os problemas. Eu estou pronto a protestar com as associações de ambiente para esta finalidade, desde que seja um protesto construtivo.

Infraestruturas nas áreas protegidas.

É efectivamente aquilo que estamos, lentamente, a procurar fazer, mas isso não se faz tudo de uma vez. Dar-lhe-ia o exemplo que nós vamos seguir no Monte da Guia, com a recuperação de uma pequena casa integrada na paisagem que servirá não só para apoio aos vigilantes e aos guardas, mas também servirá de apoio à informação para as pessoas que visitam aquele local.

Naturalmente os Srs. Deputados conhecem uma pequena estrutura que há aqui, junto ao jardim botânico, que penso que será o ideal para as instalações e infraestruturas das áreas protegidas. Um local onde possa haver uma pequenina exposição, onde se possa distribuir material, onde as pessoas possam, teoricamente, digamos assim, notar primeiro aquilo que depois na prática vão ver nos locais.

Sr. Deputado Rui Ávila, se percebi bem - eu não tenho a certeza se percebi bem - o Sr. pergunta como é que queremos o turismo das nossas comunidades se não há transportes regulares?

O turismo das nossas comunidades étnicas, penso que não se faz através de transportes regulares, se quisermos excluir dos transportes regulares os "charters". Cada vez mais o transporte dos turistas das nossas comunidades, dos nosso conterrâneos e seus descendentes que lá vivem, faz-se através dos "charters" e eles

têm funcionado e funcionarão cada vez mais se o mercado da procura assim o exigir. Não podemos colocar aviões e dizer "temos aqui os aviões, encham-nos." É preciso que a procura permita o aparecimento de novas operações "charters".

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Até me admira estar a dizer isso!

O Orador: Temos pouco tempo!

Aterro sanitário do Pico.

O Governo já fez aquilo que tinha a fazer Sr. Deputado Rui Ávila, relativamente ao aterro sanitário do Pico.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Quantas vezes?

O Orador: Imagine que a Região assumia no seu plafond de fundos comunitários o aterro sanitário do Pico. "Caía o Carmo e a Trindade" e sabe aqui o que é o Carmo e a Trindade? São todas as outras autarquias que já fizeram aterros sanitários no seu plafond e todas as outras que não fizeram que iriam reclamar o mesmo. É isto que aconteceria.

Eu sei que algumas autarquias do Pico têm dificuldades de capacidade de endividamento.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Grandes mudanças !...

O Orador: Eu penso que isto tem sido assumido.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Quando?!

O Orador: Não discutimos se as autarquias têm muito ou pouco plafond nos fundos comunitários para estas questões. Não é isso que discuto aqui.

Neste momento, as autarquias têm, no II Quadro Comunitário de Apoio, 31 milhões de contos para gastar, têm aprovados 19 milhões e até agora só executaram 5 milhões.

Há que ter prioridades na utilização destes fundos comunitários.

Distribuição espacialmente harmoniosa da oferta turística.

Espacialmente harmoniosa, desde que não pensemos que o turismo é um sector social, mas um sector económico. Com isto quero dizer que, pelo facto de haver 3 hotéis na Terceira, as Flores não vão dizer que também querem 3 hotéis. É o mercado que vai funcionar aqui.

Sobre isto não diria muito mais e ficar-me-ia por aqui, porque o tempo escasseia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou intervir um bocadinho neste debate em relação ao problema levantado pelo Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, ou seja, a questão dos transportes. É uma preocupação que sinto em relação às nossas comunidades.

Se estou em parte de acordo consigo e já que trouxe à colação esta matéria de grande importância para a ligação da nossa diáspora com as Ilhas dos Açores, gostaria de dizer ao Sr. Deputado - também assistiu a um debate "azedo" há pouco tempo sobre esta matéria - que, à partida, as ligações aéreas com os Estados Unidos estão mais ou menos regularizadas e processam-se de uma forma bastante satisfatória.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Eu sei onde é que vai chegar!

O Orador: Temos ligações semanais, temos alternativas à SATA Express e à RELVAS e a outras companhias (não quero fazer publicidade delas) com tarifas temporais bastante aceitáveis e até com uma regularidade que apraz registar.

Quanto a mim Sr. Deputado, o Sr. saberá disso tão bem ou melhor do que eu, eu sou um humilde visitante das comunidades da Nova Inglaterra e do Canadá. O problema põe-se mais em relação ao Canadá.

O Sr. sabe perfeitamente que a ligação com o Canadá é que é mais problemática.

Recentemente, fiz uma viagem a Toronto onde pude constatar esse problema.

Enquanto a LAWSON TOURS e a SATA Express actuavam, independentemente uma da outra, as tarifas eram baixíssimas. Peço desculpa pelo exagero da adjectivação, mas eram razoavelmente aceites pela nossa emigração. Quando a SATA se junta à LAWSON TOURS constitui-se uma situação de monopólio - eu tenho isto escrito, mas fica para uma abordagem que farei sobre o programa do Governo. Essas tarifas disparam de uma forma, porque não dizê-lo, estúpida. Enquanto que no ano passado era fácil um filho de emigrantes vir aos Açores por 800 dólares, hoje em dia essas mesmas pessoas vêm para os Açores em igual tempo, por 1400 dólares. Tudo isto resultante de um acordo feito entre a SATA e um operador privado, cuja antecedência foi tentada pelos Estados Unidos da América,

com uma ligação à América Travel que também deu esses resultados que estão a dar em relação ao Canadá.

O que se conseguiu em relação à América com a revolta e com a dicidência de algumas agências de viagens em relação a este monopólio, era preciso que acontecesse em relação ao Canadá.

O Sr. Deputado tem razão quando diz que as ligações com a nossa diáspora estão falhas de alguma praticabilidade, quer tarifária quer mesmo em horários regulares, mas se me permite, isto verifica-se mais exclusivamente e insistentemente em relação ao Canadá.

Depois temos também que sujeitar os nossos emigrantes que saem de Toronto, de Hamilton ou de Mississauga, fazendo uma viagem num companhia aérea que tem, forçosamente, por razões que não vale a pena trazer à colação, parar cerca de 45 minutos em Montreal, eles são obrigados a ficar dentro do avião. Uma viagem que poderia tornar-se agradável, sem problemas nenhuns, cheia de alegria de voltar à terra mãe que durava 4 horas, prolonga-se muitas vezes até às 6 ou 7 horas.

Eu penso que o Governo Regional não tem um raio de acção tão grande que possa interferir nessas operações privadas, mas pode e deve sensibilizar não só a administração da SATA como também outros operadores privados, para que melhorem esse serviço.

Não há justificação, pela experiência que tenho tido e pelas discussões que tiveram lugar recentemente no Congresso das Comunidades Açorianas, para que a ligação com o Canadá, Toronto e Montreal, se processe nos actuais moldes.

Aqui fica o meu reparo e um pouco da minha compreensão pela questão levantada pelo Sr. Deputado e também pela solidariedade em relação às posições tomadas pelo novo Secretário do Turismo, Manuel Azevedo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Sr. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário do Turismo e Ambiente referiu um aspecto que, no meu entender, resulta da falta do ambiente não estar apenas entregue a uma única secretaria.

O Sr. Secretário referiu que não havia pessoal para fiscalizar. Eu queria lembrar-lhe que, só em São Miguel, a Secretaria da Agricultura e Pescas na Direcção dos Serviços Florestais, tem 26 guardas florestais e estes guardas, presentemente, não sei porque razão, encontram-se desmotivados porque se até há meia dúzia de anos os processos que apareciam em Tribunal dos autos de notícia levantados pelos guardas florestais eram às dezenas, neste momento são zero. Alguma coisa se passa para que estes 26 guardas florestais, neste momento, tanto quanto eu sei, não façam nada em termos de fiscalização.

Se prevaricadores são aqueles que andam na apanha da leiva, prevaricadores são também quem a compra. Quem é que faz essa fiscalização?

Eu apontaria os mesmos dados. Na Secretaria da Agricultura e Pescas e no Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel, entre técnicos superiores técnicos e pessoal técnico profissional existem 65 funcionários. A fiscalização da leiva nas estufas é também muito fácil de saber. Todos querem que a fiscalização se exerça porque o pessoal existe. Neste momento, eles não estão a trabalhar a 100% e portanto, poderiam ser aproveitados para a fiscalização destas tarefas do ambiente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero forçar "queima de tempo" do Governo em respostas que podem às vezes não estar no âmbito ou no conhecimento concreto de quem assumiu há pouco tempo a Secretaria. Mas, o que é certo, e dirigindo-me directamente ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente quanto ao aterro sanitário do Pico, é que as Câmaras querem saber (não sei se sabe, mas os plafonds divergem e as percentagens também), é se o aterro sanitário pode ser enquadrado em saneamento básico e mais algumas coisas que agora me dispense de estar a dar em pormenor, porque vi pela sua resposta que, ou não me quis responder e está no seu direito, ou então ficará para próxima oportunidade.

Quanto a isto estamos conversados.

Quanto aos voos charters, eu não falei naquilo que o Sr. julga que está correndo bem ou está a correr mal. Está correndo muito mal.

A ânsia, o desespero e desânimo dos passageiros quando falha um charter é notada. Tive a ajuda do Sr. Deputado Jorge Cabral, sei que ele se preocupa há muitos anos com estas situações. O Sr. Deputado Jorge Cabral falou no Canadá, mas eu falo na Califórnia. Quando ele disse que as pessoas estão 45 minutos fechadas dentro do avião, os charters que vêm da Califórnia, em New Jersey chegam a estar uma e duas horas sem sair do avião.

É um horror querermos falar em turismo com esse tipo de voos. Foi esta a questão que eu quis trazer aqui e sobre ela não adianto mais nada.

Nós temos que repescar a ideia que um nosso irmão da Venezuela levantou, ou seja, porque não fazer parar os 6 voos semanais da TAP vindos da Venezuela nos Açores? É gente com capital para investir que não conhece o que nós temos para vender.

Nós temos que parar nos Açores. Nós não podemos ir para Lisboa, porque o charter é o voo do pobre que agora até já é rico.

É esta a preocupação que estou dando em várias notas, porque não quero queimar tempo, mas não pode ficar a dúvida no ar, porque é muita gente que deixa de vir aos Açores por não quer andar em charter. Disso ninguém tenha dúvida.

Que fique esta certeza. É muita gente que deixa de vir aos Açores porque não quer andar em charter, porque quem tem trabalho e falha um charter, não tem voo no dia seguinte e não pode ir via Lisboa para chegar ao Canadá, à América ou à Califórnia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Jaime Medeiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria recordar que o abandono por parte da TAP das rotas do Norte da América, não foi por vontade da TAP, mas sim, porque foi-lhe imposto. Há um documento da Comunidade que aprova o esquema de saneamento financeiro da empresa.

Se o Governo Central não tem poder para obrigar a TAP a fazer esses voos, muito menos o Governo Regional.

Queria dizer-lhe que foi por imposição da Comunidade que a TAP abandonou algumas rotas para que fosse aprovado o esquema de saneamento financeiro.

Nós, o Governo Regional, tentámos demover a TAP dessa ideia, mas não foi possível porque ela também não tinha poder para isso. As Comunidades radicadas nos Estados Unidos e no Canadá também se manifestaram nesse sentido.

O Governo Regional teve que suprir essa carência, incentivando a SATA a substituir a TAP nessas rotas.

Quanto à questão dos voos da Venezuela ou da Argentina como disse há pouco, o problema é o mesmo. Nós não podemos obrigar a TAP a fazer toques nos Açores, porque não é da nossa competência. Nós não somos tutela da TAP. Não é que nós não estejamos de acordo consigo, era necessário que a TAP fizesse esse serviço, mas aí peço-vos que nos dêem uma ajuda.

Neste momento, a tutela da TAP é o Governo e o Governo é suportado pelo vosso partido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não vou pedir ajuda à tutela do Governo, à tutela da TAP, para resolver esse problema, porque quer o PSD que estava no Governo, quer agora o PS, certamente vão deixar autonomia suficiente às empresas públicas para actuarem em conformidade com as suas opções.

Queria pegar um pouco naquilo que disse o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila em relação aos charters.

Eu sublinho o que disse sem problema nenhum. Penso que ambos temos conhecimento da realidade, mas há aqui um aspecto que o Sr. Deputado não referiu e que eu queria enfatizar e pôr à consideração dos Srs. Deputados eventualmente interessados ou sensibilizados por esta matéria da emigração e das ligações da emigração à Terra Natal, ou seja, a profunda divisão que existe nas nossas Comunidades face a esta matéria.

Vou-lhe dar dois exemplos muito rapidamente:

Quando a TAP resolve deixar a carreira vinda de Boston, foram feitos uma série de abaixo-assinados, pressões do Governo da República junto da tutela, etc., etc., para que a TAP não optasse por New Jersey em detrimento de Boston, devido à

consideração a ter pela grande comunidade portuguesa na zona envolvente ao aeroporto de Logan em Boston. E o Sr. Deputado sabe 99% dessas pressões por quem é foram feitas?

Foram feitas por pessoas que viajavam de borla na TAP, por agentes de viagens, por eventuais líderes da Comunidade, por líderes recentes de algumas associações que viam na TAP um manancial de viagens gratuitas, não só para os Açores como também para a terra mãe, e o nosso verdadeiro povo ficou à margem dessa situação.

Quando alguns presidentes ou líderes das nossas Comunidades assumem a defesa intransigente desses interesses das ligações aéreas dos charters, são eles os primeiros a ser os grandes inimigos da restante Comunidade, porque muitas vezes isso mexe no bolso, nas Comissões das Agências de Viagens e em tanta coisa que não gostaria de trazer à colação.

Penso que estas situações podem ser ultrapassadas, uma vez que haja uma consciência tal qual como houve, embora de uma forma muito criticável, na defesa da transmissão da RTP Internacional e antes já tinha havido para a transmissão do Canal da SPN nos Estados Unidos da América, com parabólica ou sem parabólica, com cabo, sem cabo, em que vieram para a rua fazer manifestações até recuperando vários fantasmas do período revolucionário em curso, o **PREC** de 75/76, e essas pessoas não se juntam para a defesa desses interesses mais prementes, mais imediatos que é ter ligações certas, regulares, baratas, fáceis com os Açores e com as Comunidades.

Penso que poderia competir um pouco ao nosso executivo e também a cada um de nós que tem ligações com as Comunidades de emigrantes, sensibilizar essas gentes para a necessidade da defesa dos seus interesses através de abaixo-assinados, formas de pressões que são tão fáceis de fazer naquelas grandes áreas e nós sabemos também como é que eles reagem quando está em causa uma vontade colectiva no interesse comum da Comunidade.

Penso que há uma pedagogia a fazer-se. Nós não podemos ficar indiferentes.

Da minha parte, na minha humildade, tenho contribuído para isso e espero que outros que tenham acesso às Comunidades também o façam, por forma a que a curto e a

médio prazo, possamos ter o problema dessa incomodidade resolvido, dessa irregularidade e exploração tarifária que existe na nossa diáspora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa do VI Governo que agora discutimos nesta Câmara, não pode de modo nenhum deixar de chamar a nossa atenção, não só na globalidade como sectorialmente. Neste último aspecto, não podemos deixar de nos congratular, com a protecção do Ambiente, e consequente conservação da biodiversidade e recursos naturais, como objectivos expressos neste programa. E para ajuizarmos da biodiversidade, basta termos em atenção que nos solos e águas da Europa, vivem qualquer coisa como 156 espécies de mamíferos, 400 de aves, 100 de répteis, 43 de anfíbios, 195 de peixes de água doce, cerca de 11 000 de plantas superiores e 100 000 de invertebrados. No entanto, podemos juntar ainda a esta estatística, 400 tipos de solos, 300 tipos de vegetação. Alguns milhares de biótopos específicos e vários milhares de ecossistemas de grande dimensão.

Embora no caso concreto da nossa Região, a biodiversidade não tenha números impressionantes em espécies e tipos, biótopos ou ecossistemas, isto porque era mesmo impossível na exiguidade da sua área, do seu clima e nas características do seu solo, proliferar tal diversidade. Mas temos espécies e variedades únicas e outras comuns à Europa ou a outras partes do mundo e se as queremos preservar, temos necessariamente que accionar, quanto mais depressa melhor, os mecanismos da sua conservação. É que na Europa, cerca de 22% das espécies de plantas superiores estão a diminuir em número ou estão ameaçadas de extinção. Só na Suíça por exemplo, 167 espécies de fungos estão extintas e 515 em perigo de extinção.

Portanto, é não só nosso dever, mas também nossa obrigação, até por uma série de razões, preservarmos a nossa diversidade, visto que este é um factor determinante no ciclo global da matéria, do clima e de todos os recursos renováveis, sem os quais é inconcebível a existência da humanidade. Mas, a conservação da diversidade de espécies biológicas, é também fundamental do ponto de vista económico, uma vez

que metade da economia mundial tem por base a utilização das espécies selvagens na agricultura, medicina e indústria, assim como os benefícios do lazer e do turismo eram impossíveis sem a natureza viva.

Evidentemente, que para protegermos a biodiversidade, é sem dúvida necessário criarmos instrumentos de alcance jurídico importantes, como é o caso da implementação da Reserva Ecológica Regional, defendida no Programa. Este instrumento sem dúvida importante, não nos parece no entanto que seja capaz de per si ou em complementaridade com as outras propostas contidas no âmbito do Programa do Ambiente, de dar nesta área, a feição política e estrutural que nos tempos modernos, com os problemas que temos, se impõem. É evidente que falamos no Plano Regional da Política de Ambiente, que aqui neste Programa desejávamos ver contemplado. Não como uma enumeração rígida e exaustiva de acções perfeitamente calendarizadas e orçamentadas para serem executadas mecanicamente e avaliadas pela conformidade burocrática entre iniciativas previstas e realizadas, mas sim, como uma afirmação de valores que sistematiza objectivos e recursos e se destina a dar coerência à acção, de uma forma inteligível para a maioria dos cidadãos e para o conjunto dos interlocutores que por ela são responsáveis. Isto porque são múltiplas e complexas as áreas de actuação no domínio estrito do Ambiente. Como são diversificadas e por vezes controversas as suas interacções com as outras áreas da governação. Daqui, por vezes o Ambiente, dar origem a uma verdadeira "política de espartilho", distribuído por quase tantas capelas como Ministérios ou Secretarias tem o Governo. É evidente que não podemos condicionar o Ambiente num espaço físico ou político, porque ele não é local, regional, nacional ou internacional mas sim planetário.

Mas devemos sim, a nível regional, estabelecer um instrumento de trabalho ao serviço de uma Política do Ambiente que deve ser, em primeiro lugar, um conjunto de valores e critérios que inspirem a acção do Governo e de todos os agentes sociais, de forma a permitir gerir as realizações e as oportunidades de uma forma que, com coerência global, permita alcançar os grandes desígnios do bem estar e do desenvolvimento sustentável. Anotamos esta lacuna, porque a julgamos importante, como também não poderemos deixar de modo nenhum de anotar as importantes

acções previstas no Programa no domínio hídrico, especialmente no que se refere às Lagoas, com vista à sua preservação. São sem dúvida medidas importantíssimas que urge implementar e com as quais os ecossistemas considerados, muito beneficiam. Daqui as louvamos como louvamos o arranque dos POOC, Planos de Ordenamento da Orla Costeira, instrumentos de base da Política de Ambiente em tais áreas.

Mas,...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, como jorgense que me orgulho de ser, não podemos de modo nenhum deixar de manifestar aqui meu e o nosso veemente protesto, por mais uma vez não ser incluída neste Programa de Governo, a Lagoa ou Laguna da Fajã da Caldeira de Santo Cristo, em S. Jorge. É que, embora segundo julgamos já quase toda a gente saiba e o Governo neste particular não pode estar de modo nenhum alheio ao assunto, a Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, diminui de profundidade e de área de forma assustadora. Isto é, a continuar este desastre, talvez nas próximas quatro ou cinco décadas, a Lagoa deixe de existir. Para que tal não aconteça é necessário que de uma vez por todas, se encare o problema da Lagoa de Santo Cristo, como um problema ecológico regional. Não basta termos criado por Decreto Legislativo Regional a Área Ecológica Especial da Caldeira de Santo Cristo, ou o Regulamento da apanha de ameijoas nesta e a Comissão de Gestão da mesma que, em nosso entender, actualmente nada mais faz do que passar as licenças de apanha daquele bivalve.

Olhemo-nos olhos nos olhos, sem falsas modéstias, sem subterfúgios ou demagogias e assumamos de uma vez por todas que nós somos os responsáveis atentos que, comodamente instalados nas responsabilidades que nos atribuíram deixamos quais tribunos romanos, a besta na arena devorar a humana criatura, neste caso o mar enterrar a Lagoa.

Mas no futuro, quando os nossos descendentes consultarem a história e lá acharem referenciada a Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, como ecossistema único que ainda em finais do século XX existia na Fajã da Caldeira no lado norte da Ilha de S. Jorge, embora nesse futuro já só possamos ser julgados a título póstumo, eles mesmo assim não deixarão de pensar que fomos nós os responsáveis que arrancaram à História

Natural, a preciosa página de informação biológica que é o ecossistema da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo. Por tudo isto negamo-nos a acreditar que:

A Lagoa da Caldeira de Santo Cristo seja maldita!...

Que a Lagoa da Caldeira de Santo Cristo seja assim relegada para um plano tão secundário só por estar em S. Jorge!...

Que a Lagoa da Caldeira de Santo Cristo seja indesejada, só por ser o único lugar nos Açores e no Atlântico Norte onde se produzem ameijoas!...

Que a Lagoa da Caldeira de Santo Cristo é preterida por se enquadrar num dos panoramas paisagísticos mais espectaculares da Região!...

Que a Lagoa da Caldeira de Santo Cristo seja assim esquecida, só porque achamos que este ecossistema não tem interesse.

Então, se assim é, que assumamos de uma vez por todas essas responsabilidades, mas em tal empreendimento não contem de modo algum com a nossa colaboração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que respeita ainda aos transportes marítimos, este Programa não deixa de nos causar algumas dúvidas, nomeadamente no que se refere ao transporte inter-ilhas, especialmente aquelas do Grupo Central. Porque se é certo que as directivas comunitárias estabelecem a livre concorrência da cabotagem ou que o sistema de transportes marítimos terá que basear-se na transparência e funcionar de uma forma simples, garantindo níveis adequados de frequências e qualidades, é também igualmente certo que esta vaga e dúbia filosofia, não ataca de modo nenhum, os problemas de transporte que lhe estão subjacentes tais como:

- Como é que se vai resolver o problema do transporte marítimo de passageiros, nomeadamente entre o triângulo, com níveis adequados de frequências, se a qualidade não só estrutural como de gestão da empresa que intervém neste serviço é, no que respeita a S. Jorge, no mínimo má para a não classificarmos de péssima?

- Como é que se vai resolver o problema do transporte marítimo de passageiros no triângulo, se a empresa que o faz nem tão pouco a nível de obrigação na sua escritura de criação, assume verdadeiramente esse objectivo?

- Como é que se vai resolver o problema do transporte marítimo de passageiros no triângulo, se os acordos estabelecidos com a Secretaria da Tutela, parecem também não vincular de uma forma clara aquela empresa a este objectivo?

Assim, julgamos que acerca dos transportes marítimos de passageiros inter-ilhas, há que politicamente estabelecer as regras do jogo e dar os passos na efectivação das acções de modo a que o triste espectáculo que no verão do ano corrente se passou nos portos de S. Jorge, com passageiros que nos visitaram de e para esta ilha, não volte a acontecer.

Os Jorgenses não o merecem e têm tal qual como qualquer açoriano, o mesmo direito ao desenvolvimento.

Por tudo o que dissemos, julgamos que este Programa, embora como qualquer programa, não é perfeito, e por isso aqui deixamos a nossa opinião, acerca daqueles aspectos que julgamos menos benéficos, em relação a São Jorge e que são também a opinião generalizada do povo que nos elegeu, no entanto, é também nossa opinião que este é o Programa possível, no momento possível, e que na sua globalidade, não deixa de ser um bom Programa.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante uma situação que não é fácil para quem tenha de se debruçar sobre um Programa como o deste VI Governo Regional, nomeadamente na área da agricultura. É que não há nada de novo que possa contribuir para o ressurgimento de alguma esperança dos açorianos.

Até nisso se mantém igual ao anterior.

Na verdade, este programa, para além de ser a simples continuidade do de 1992, contendo por isso os mesmos erros e defeitos que mereceram já as nossas críticas e

rejeições nesta Câmara, apresenta-se acrescido das falhas inerentes à sua aplicação prática durante os últimos três anos.

Estamos pois perante um caso de imutação. Nos dois aspectos:

Programa e Secretário por ele responsável.

No que respeita ao Programa do VI Governo, lamentamos que esta interrupção não tenha sido aproveitada para repensar estratégias, projectar ideias, alinhar soluções.

É na verdade lamentável que alguns erros persistam, que as inovações não aconteçam e que as soluções não existam para muitos dos graves problemas que se colocam à Agricultura Regional. Cansa de tanto repetitivo.

Nota-se que quem o compôs o fez com pressa, talvez com pouco tempo para lhe dedicar, limitando-se a trocar-lhe os verbos do futuro para o passado e presente.

Podemos, portanto concluir, que é um Programa sem futuro.

Todavia, os problemas aí estão à espera de soluções que os superem. Os lavradores andam angustiados, cada vez mais inseguros quanto ao seu futuro.

Quanto mais inseguros estão, mais dependentes ficam e essa dependência leva-os a concentrarem-se por vezes em torno da fonte donde julgam jorrar o rendimento de que eles tanto necessitam...

A angústia destes homens, deriva do facto de saberem que os subsídios comunitários não são eternos e eles não querem pensar em viver com os rendimentos reais que hoje possuem, com os preços dos factores de produção como estão e os seus produtos baralhados no mercado como a carne se encontra neste momento.

A entrada em vigor do Acordo do GATT, veio pôr a descoberto aquilo que já há muito tempo vimos denunciando: a falta de planeamento adequado que evitasse que estas crises acontecessem. Até porque já eram previsíveis.

É no mínimo caricato que passados 19 anos de autonomia não existam na Região os Matadouros Industriais que permitam abater o gado localmente, única forma de se aplicar a marca de origem da inegável qualidade que a carne aqui produzida possui.

Consideramos este, um exemplo flagrante daquilo que até nem seria difícil planear e executar, mas que não tem encontrado capacidade de resposta em quem desde há 15 anos tem a de a dar.

A produção extensiva só faz sentido, quando se pode colher a mais valia da qualidade dessa produção. Caso contrário, apenas beneficia com essa medida quem lá longe come a carne boa ao preço da que não tem qualidade. E já 1.538 explorações na Região aderiram a este tipo de produção.

Além disso, o acabamento final de engorda, a altura mais lucrativa do animal de carne, só pode acontecer, quando existirem os Matadouros locais para o abaterem.

O que acontece actualmente, é bastante elucidativo.

O gado adulto, com o peso adequado, é mal pago. Só querem para exportação gado jovem, com pouco peso. A confusão instalou-se. O que ontem tinha valor, hoje não tem. O preço desce quase diariamente.

Esta crise generalizada traz a inevitável instabilidade ao seio da lavoura que aparenta nalguns casos o estado de espírito que ostentava antes da existência da Autonomia: total dependência do exterior e incerteza da rentabilidade daquilo que produz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela voz de alguém com inegável conhecimento do mercado exterior, ouvimos que, **"desde que se produza aqui com qualidade, a dificuldade a seguir será produzir em quantidade que satisfaça esse mercado"**. Esta constatação faz realçar ainda mais as nossas actuais carências.

O Sr. Secretário afirmou recentemente ser necessária uma rede de abate regional, uma maior atenção do poder político para com a Agricultura e mais dinheiro.

Esta afirmação causa-nos alguma perplexidade e ao mesmo tempo revolta.

Perplexidade, porque se se reconhece ser necessária a rede de abate, não sabemos porque não avança com ela, e porque só ao cabo de 15 anos se vem afirmar que o poder político não tem prestado a devida atenção à Agricultura.

Revolta, porque não aceitamos a justificação da falta de dinheiro, a quem foi colaborante com o descalabro financeiro em que a Região mergulhou em 1992, trazendo como consequência a situação em que nos encontramos.

A afirmação do Sr. Secretário ao mesmo tempo que deixa subentender que, investido de mais poderes, mais beneficiariam com isso os agricultores, traz também implícito o reconhecimento do pouco que tem feito pelo Sector Agrícola.

O não aproveitamento da existência deste Programa para inverter esta situação é algo que para nós se afigura inconcebível.

Não pretendemos analisar exaustivamente esta fraca "**Aposta na Nossa Terra**", mas quando vemos que se baseia a estabilidade do rendimento dos agricultores na reforma da PAC e no POSEIMA, e não existe a preocupação de tirar os maiores dividendos da reforma da PAC, interrogamo-nos sobre a consolidação futura de tal estabilidade. E a nossa preocupação aumenta, quando vemos subtraído ao Programa de 1992 a **Continuação de incentivos à compra de terra**.

A filosofia da PAC é a de produzir menos conseguindo ao mesmo tempo mais rendimentos. Para o conseguir, será necessária uma maximização na utilização das suas reformas e alguma urgência na sua aplicação. Ora, isso não está a ser feito nesta Região, pelo menos da forma como elas deviam ser aplicadas. Maiores rendimentos só se conseguirão com uma aposta total na qualidade e paralelamente tirando dividendos dessa qualidade.

Quanto à retirada da continuação de incentivos à compra de terra, nós pensamos precisamente de forma inversa.

É impossível concordar com este Governo nesta matéria, pois desperdiça-se assim o momento histórico de incrementar uma medida desta natureza que iria contribuir eficazmente para uma estabilidade com futuro, dos rendimentos dos Agricultores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outro dos pontos que merecem particular atenção é o da distribuição equitativa dos rendimentos.

Falemos do caso concreto das indemnizações compensatórias, porque até poderá servir de exemplo para muitos outros casos.

Quando aqui abordámos a necessidade de se atribuírem os subsídios na razão inversa da dimensão das explorações, o Sr. Secretário, para além de afirmar estar pessoalmente contra tal medida, leu-nos a ladainha dos produtos subsidiados pelo POSEIMA, para com isso tentar demonstrar que não era possível alterar o seu procedimento nessa matéria.

Finalmente, após reconsiderar, seguiu esse método quando publicou a Portaria 15/95 que aplica o Regulamento 2328/91 à Região.

Atribui-se assim 99,5 ecus por CN até às primeiras 10/CN, 59 ecus às 10 seguintes e 35,4 ecus ao terceiro lote de 10.

Cada 10/CN equivalem a 14 vacas. Atribui-se portanto subsídio até 42 vacas.

Ora o Regulamento da C.E. 2843/94 em alteração aos quantitativos atribuídos pelo Regulamento 2328/91, elevou para 180 Ecus/CN o subsídio a aplicar nas regiões desfavorecidas. Precisamente o dobro do que aqui se concede.

Isto significa que se está atribuindo cerca de 18.900\$00/CN quando se poderia atribuir 36.000\$00.

Julgamos que pelo menos às primeiras 10 devia ser atribuído o máximo que o Regulamento prevê.

Medidas como esta ajudariam a consolidar os rendimentos das pequenas e médias explorações familiares, trazendo-lhes estabilidade económica e criando condições reais ao seu desenvolvimento e bem estar social.

Outra demonstração de como os apoios não são devidamente aproveitados nesta Região, está na recém publicada Portaria 58/95 sobre "Transformação e Comercialização".

No que respeita à silvicultura e ao contrário do que se passa na Comunidade e no Continente Português, o Governo Regional marginalizou expressamente o Eucalipto de apoios onde estes seriam mais necessários: apetrechamento para abate, desrama, forragem, descasque, transporte etc.

Sendo esta uma actividade considerada rentável a quem os produz e uma boa fonte de receita para a Região, eis que se retira um apoio que foi instituído, pela Europa e não sofreu contestação no nosso País. Não se percebe o porquê desta atitude por parte da Secretaria da Agricultura e Pescas. É na verdade impressionante o seu espírito de corte!

Como se verifica, em termos de Continuidade nesta área da "Transformação e Comercialização", apenas existe aquela a que o Sr. Secretário já nos habituou: a de reduzir em tudo o que for possível as ajudas que a Comunidade Europeia propõe.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nem tudo é mau porém, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Pescas:

- O Perímetro Agrário do Paúl na Ilha Terceira está tomando forma e talvez a água lá chegue durante o próximo ano; a Bacia Leiteira de Ponta Delgada deve estar em bom andamento, pois mereceu a visita de 32 lavradores da Ilha Terceira que até por acaso, ao se encontrarem com alguns amigos de S. Miguel resolveram propôr o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas para presidente do seu Partido.

- É apenas lamentável que o ritmo não seja mais acelerado e que as áreas não abrangidas pelos Perímetros de intervenção não tenham merecido por parte da Secretaria a atenção que deviam merecer:

- Admitiu-se o princípio da aplicação de subsídios na relação inversa da dimensão das explorações;

- Tem-se apoiado o funcionamento das Associações e da Federação Agrícola;

Tem-se apoiado financeiramente as cooperativas, embora a Finisterra afirme que a SRAP a pretende enforçar, e a Lacto-Pico continue com os seus problemas por resolver;

Foram finalmente aprovados alguns Proagris apesar de tardiamente, com todas as consequências negativas daí advindas e outros continuarem ainda na gaveta.

É evidente porém que as medidas negativas se amontoaram durante a vigência do Programa de 1992, do qual este pretende ser a continuidade. Realçamos de entre elas: a rejeição de medidas facilitadoras da compra de terra por rendeiros; a falta de planeamento que permite estar a Região neste momento a importar dois milhões de contos anuais de produtos horto-frutícolas; a falta de um maior envolvimento da Universidade na área da investigação agrária e a falta duma extensão rural.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apontámos até aqui, alguns dos erros e também virtudes do programa anterior e desta sua continuidade.

Falemos um pouco do responsável desde há 15 anos pela Secretaria da Agricultura e Pescas:

Como mencionámos no início desta intervenção, não admitimos que o Senhor Secretário venha agora assumir o papel de opositor àqueles com quem sempre e em todas as circunstâncias colaborou.

Se era vítima de condicionalismos que não permitiam a explanação da política que entendia ser a mais correcta para a Agricultura, devia ter assumido atempadamente posições que levassem à denúncia de tal situação. Talvez aí tivesse o apoio espontâneo dos lavradores.

Agora, ao cabo de 15 anos no poder, resta-lhe o papel de colaborante e corresponsável nos erros cometidos.

Estas denúncias têm que ser feitas, para que se vá percebendo como tudo isto funciona numa Região essencialmente Agrícola, onde até hoje, **no dizer do Sr. Secretário, o poder político não ligou a devida importância à Agricultura.**

Para que conste!

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer algumas considerações à intervenção do Sr. Deputado Francisco Oliveira.

É natural que o Sr. tenha esgotado algumas das ideias que eventualmente possa vir a repetir quando apreciarmos o plano e orçamento para o próximo ano.

Não é linear que algumas das preocupações que aqui apresentou se possam induzir como excluídas de serem concretizadas, se atendermos à parte agrícola apresentada neste programa do Governo.

Como deve ter reparado, o programa do Governo apresenta um conjunto de objectivos de forma generalizada que é óbvio qualquer um de nós poderá englobar as preocupações que o Sr. Deputado aqui apresentou.

Não tenho dúvida que algumas das áreas são de particular sensibilidade, com as quais me sinto obrigado a concordar, também tenho que reconhecer que não vamos pensar em conseguir efectuar alguns dos investimentos que referiu num quadriénio ou num ano.

Quando o Sr. Deputado faz referência à rede regional de abate, a um conjunto de investimentos de carácter estrutural, é preciso perceber que não se consegue de forma de nenhuma fazer isso num ano, nem num quadriénio.

É com essa consciência que nós temos que partir para a apreciação do programa do Governo e não pode também o Sr. Deputado menosprezar a preocupação que existe em entender a agricultura com preocupações sociais e com preocupações económicas.

Aliás, em relação ao exemplo que continua a dar de que entende que os apoios ao rendimento - deu o exemplo das indemnizações compensatórias - não deveriam ser proporcionais à dimensão das explorações, é óbvio que não concordo com isso. Os apoios ao rendimento estão essencialmente destinados a corrigir custos operacionais e é natural que uma exploração com uma maior dimensão tenha custos operacionais diferentes.

É natural que exista ou deva existir uma proporcionalidade directa entre os apoios ao rendimento e a dimensão dessas explorações, quer sob o ponto de vista do número de animais, quer sobre o ponto de vista de superfície agrícola útil ou dimensão produtiva.

Penso que teremos oportunidade, na apreciação do plano, de pormenorizar alguns dos aspectos que o Sr. Deputado tem vindo a defender.

Uma precisão em relação às referências que fez.

O facto de aderirem a um programa de apoio à extensificação de "x" número de explorações, neste tipo de programas, não se pode falar em aderir ao programa, ou seja, que se avance nesse sentido. O que é certo é que em algumas ilhas dos Açores há uma tipologia de explorações com encabeçamento que se enquadra nos pressupostos da produção extensiva, de acordo com os critérios que a Comunidade definir e é natural que esse tipo de programa tenha implementação particular em algumas das nossas ilhas por causa disso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que algumas das preocupações que, por algumas vezes tenho levantado nesta Casa tivessem voltado a ser repetidas, precisamente, porque neste aspecto e como indiquei no início da minha intervenção, resulta que está em análise um programa que é a continuidade do anterior e um Secretário por ele responsável que foi também o responsável desde 1992.

É absolutamente natural que quando se diz que o âmbito que se segue é a continuidade daquilo que foi anteriormente, se faça uma análise a tudo aquilo de errado que se cometeu no anterior.

Quando, no aspecto concreto da compra de terras, eu realço este factor, é porque inclusivamente fazia parte do programa do Governo de 92 e não faz parte deste programa do Governo. Não é um aumento, não é algo de novo, não é nada para avançar, é antes para recuar.

É evidente que não podia deixar de voltar a focar estes aspectos.

Quanto à questão da aplicação da distribuição de rendimentos e das indemnizações compensatórias em si, seja ou não da sua vontade, já foi assumido pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura que, a Portaria 15/95, aplica as compensatórias exactamente nessa medida.

A nossa crítica ao abordar esse caso é exactamente quanto à verba que ele atribui e conserva às explorações em relação àquela que poderia conceder aos aumentos sucessivos de vários regulamentos através de todo este tempo, foi aumentado de 121,5 Ecus até 180, isto é, o que existe pela aplicação do 2843/94. Esse número é precisamente quase o dobro daquilo que está sendo aplicado na Região, ou seja, 99,5 Ecus às primeiras 10 cabeças normais em cada exploração.

Nós pensamos que quem aplica metade daquilo que podia aplicar, é evidente que poderá ter alguma explicação e essa justificação poderá ser, eventualmente, a falta de dinheiro, mas para o Partido Socialista isso não pode ser uma resposta para tudo, nem evitar que se apontem as críticas pelo facto dos Srs. dizerem que não há dinheiro.

Alguém realmente foi culpado e é responsabilizado pelo facto de, neste momento, a Região não ter verbas par ir buscar algumas das fatias da Comunidade Europeia e esse responsável não é com certeza o Partido Socialista.

Quanto à rede de abate, eu invoquei o facto de há 19 anos - há 15 que o Sr. Secretário lá está - que se podia pelo menos ter iniciado. E se neste três anos que mediaram entre 1992 e agora, se constatou que era urgente, importante, avançar com a rede de abate, não cabe na cabeça de ninguém que não se tenha aproveitado esta mudança, por pequena que seja, para se iniciar um processo desses.

Vamos cair exactamente num atraso. Não sabemos quando serão construídos. Fica algo no ar que não tem respostas concretas.

As nossas preocupações incidiram exactamente por não haver mutação nenhuma em apontar os erros do passado, porque previsivelmente vão ser continuados no futuro.

Quanto à questão do 2078, ou seja, as reformas agro-ambientais, eu já tive oportunidade de invocar a forma redutora como ele é aplicado na Região - extremamente redutora.

Há aqui uma questão muito importante com a qual há poucos dias fui confrontado e que também não conhecia, mas que o Governo tem a obrigação de conhecer e que pode também ter alguma aplicação directa neste 2078/92. Em São Jorge, pela fabricação do leite cru - o Sr. deve ter ouvido tal como eu ouvi - não pode haver determinado tipo de produção intensiva naquela terra.

Já 549 explorações aderiram a esse tipo de produção, mas ainda restam muitas que não aderiram.

Parece que no dizer de técnico abalizado nesta matéria, não pode a terra ser adubada dum certa forma, não pode haver tratamentos nem modificação de ervagens, tem que haver forçosamente uma produção extensiva e pelo menos nessa terra tem que ser aplicado o máximo que o Regulamento Comunitário conceda nesse aspecto. É evidente que engloba questões técnicas, estou a falar com informações de um técnico, não tenho razão nenhuma para duvidar daquilo que ele afirma, é um dos lugares onde este regulamento tem que ser aplicado com o máximo daquilo que pode ser.

As críticas são repetidas porque os erros se repetem.

Apenas isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Francisco Oliveira.

No caso concreto da Ilha de São Jorge, a produção nessa ilha é praticamente extensiva e basta ver, só para termos a noção dos factos, em São Jorge a média de encabeçamento é de 1 vaca por 10 alqueires de are pequeno, ou seja, 1 hectare, enquanto que em São Miguel e na Terceira, nas bacias leiteiras, é da ordem das 2, 2,5 e nalguns casos até a pender para as 3 vacas por encabeçamento.

Isto dá uma ideia bastante generalizada, embora em São Jorge, uma parte da produção seja feita ainda com encabeçamentos bastante mais vastos na ordem dos 15 alqueires de are pequeno ou hectare e meio por vaca.

Se tivermos algumas dúvidas nesse aspecto, basta ver a qualidade do queijo de São Jorge que nos últimos anos tem melhorado bastante.

Quanto à fertilização das pastagens de São Jorge, que eu saiba, nenhuma pastagem está com fertilização acima dos 60 quilos de azoto o que é previsto no regulamento da fertilização pela Comunidade Europeia.

Gostaria também de dar outro esclarecimento ao Sr. Deputado. O Sr. refere e já referiu aqui mais algumas vezes, que nos regulamentos comunitários a ajuda à produção, a Região não tira o máximo de benefício deles, o que dá a ideia que a negociação desses regulamentos foi mal feita.

O Sr. Deputado deve saber que há negociações com a Comunidade. Embora os regulamentos tragam lá dois plafonds, um mínimo e um máximo - o Sr. Deputado tabela sempre pelo máximo - pode ter a certeza absoluta, que ninguém, seja desta bancada ou dessa, que vai para uma negociação, está interessado em vir de lá com o mínimo possível, mas está interessado em vir com o máximo, porém só pode vir com aquilo que é possível estabelecer na base de uma negociação.

Nesse aspecto, penso que temos vários exemplos a nível da Região, nomeadamente no caso da Secretaria da Agricultura e Pescas com o POSEIMA, em que a Região soube tirar partido deles e se não tirou mais é porque foi mesmo impossível.

Não vamos especular, porque isto no fundo é especulação. Se olharmos para o Regulamento e se tiver lá que o máximo plafond é 100, nós dizemos que devia ser 100. Mas sabemos que esses dois plafonds existem para alguma coisa, ou seja, para uma base de negociação.

Nós sabemos o peso que temos nessas negociações. Muitas vezes temos ultrapassado essa coisa, ou seja, para uma base de negociação.

Nós sabemos o peso que temos nessas negociações. Muitas vezes temos ultrapassado esse nosso peso.

Aliás, só para lembrar-lhe em termos de política moderna, oxalá que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros consiga o plafond máximo já que hoje o tem pela frente, penso eu, numa negociação com as pescas. Talvez fosse bom começar por aí, mas vamos esperar para ver os resultados.

Deputado Ricardo Barros (PS): Está começando!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Já iniciou!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para fazer mais algumas considerações.

Eu continuo a discordar que se deva continuar a entender que a cada programa, a cada plano, a agricultura seja entendida como um parente pobre dos sectores económicos. É verdade que não é entendido assim.

Isso não retira a nossa opinião - digo nossa porque também é minha - de que a dimensão do sector agrícola existe sempre e existe cada vez mais a disponibilidade de financiamento para pormos em prática o conjunto de investimentos e garantir condições de competitividade cujos os níveis desejados não foram ainda atingidos.

Contudo, quero dizer ao Sr. Deputado que governar é optar e é natural que haja necessidade de se optar por investimentos regionais, de ilha e locais.

Certamente que se o Sr. Deputado tiver ao seu dispor uma determinada dotação, um determinado bolo, o qual terá de o repartir, por exemplo, na Ilha Terceira, certamente irá redefinir ou definir prioridades, irá fazer opções consoante as fatias que poderá repartir desse bolo.

É natural que em relação a prioridades, possamos ter opiniões diferentes e certamente que o Governo, e neste caso o Sr. Secretário da Tutela, tenham opiniões próprias e circunstanciais. Posso concordar com algumas delas ou até mesmo discordar, mas o que é certo é que é necessário optar.

Não se pode continuar a pensar que quando é preciso cortar o bolo, atendendo a preocupações quer de apoio ao investimento público ou privado, quer ao nível da manutenção dos rendimentos, é óbvio que temos que ter sempre plafonds. Temos que chegar a um momento que é decisivo, ou seja, repartir tentando procurar o equilíbrio entre a situação dos apoios ao rendimento e dos apoios ao investimento.

Em relação à questão da rede regional de abate, todos sabemos que existe já um histórico em relação ao abate de bovinos e à exportação de gado vivo. Temos excepção em algumas das nossas ilhas como é o caso da Ilha do Pico e a Ilha das Flores essencialmente. Nas restantes ilhas, a exportação de gado vivo e o abate está directamente relacionado com um subproduto da produção leiteira.

É natural que o futuro dite regras diferentes, ou seja, as explorações comecem a enveredar por produzir bovinos com produção intencional de carne e que as necessidades de investimento nessa área venham a ser orientadas de outra forma.

De qualquer modo, em relação à rede regional de abate, também foi preciso optar. Não está fora a preocupação que existe para que todas as ilhas tenham estruturas de abate com as condições desejadas, mas é natural que tenham havido critérios que levaram a optar, em primeiro lugar, em avançar nalgumas ilhas para depois avançar nas restantes.

De qualquer forma, a preocupação não tem estado ao nível da questão do abate em si, mas tem estado relacionada com as preocupações essencialmente de mercado e de preço.

É natural, e reportando-me também à intervenção do Sr. Deputado, que continuemos a perceber que a agricultura depende do exterior, vai depender sempre do exterior. Tudo aquilo que produzimos cá é, essencialmente, para exportar, é comercializado no mercado externo e como tal, vamos ter sempre essa dependência.

É natural que as repercussões dessa dependência, possam verificar-se ao nível do preço dos produtos, é para isso que têm surgido intervenções pontuais no caso das compensações para a evacuação de gado vivo e exportação de carcaça e em outras circunstâncias pontuais em relação aos outros produtos agrícolas, mas como se pode deduzir, qualquer que seja o futuro da agricultura dos Açores, ela dependerá sempre dos mercados onde os produtos venham a ser comercializados.

Não há dúvida de que essa dependência não pode ser eliminado das preocupações de qualquer programa do Governo, porque dependência vai existir com regularidade, com naturalidade e não podemos fugir dela.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque não vou repetir questões já aqui apontadas, resumindo as respostas às intervenções do Sr. Deputado Manuel Brasil e do Sr. Deputado António Almeida que acabaram de proferir, poder-se-á concluir que se as coisas existem no estado em que eu as denunciei, se devem a duas questões fundamentais, isto é, incapacidade do Governo de negociar e de trazer mais verba para a Região e definição de prioridades.

Quanto a isso, penso que está tudo esclarecido e com certeza que os erros que aponteirão continuar enquanto este Governo existir.

Deputado Jorge Cabral (PSD): As prioridades são nossas, tenham paciência!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para mais um esclarecimento.

Não vou entrar nesta polémica, mas gostaria de dizer ao Sr. Deputado Francisco Oliveira que pode muito belamente dizer nesta Câmara quantas vezes o Governo é incapaz, porque ele nunca teve que fazer nenhuma negociação, nunca teve que se sentar na mesa das negociações e ver como é que elas se processam.

É muito fácil, como é muito fácil fazer retórica e demagogia, pegar nos regulamentos, ir à tabela máxima e dizer é isto que a Região precisa. Aí eu estou de acordo consigo.

É isso que a Região precisava, até precisava muito mais Sr. Deputado!

O Sr. até é pobre a pedir. O Sr. é quase como aquele cigano que levou o filho à praça do Campo Pequeno e ele pediu-lhe a praça rasa de dinheiro e o pai deu-lhe uma bolachada porque ele não tinha pedido a praça de caculo! Com o Sr. passa-se a mesma coisa. Porque é que não pede milhões e milhões para cada agricultor?!

Pedir não custa Sr. Deputado, custa é dar. Custa é trazer os milhões, porque a Comunidade não tem 12 mil explorações de agricultores. A Comunidade tem milhões

de explorações de agricultores, Sr. Deputado, e são agricultores todos com problemas. Tem muitas zonas desfavorecidas Sr. Deputado. Aquilo tem que ser devidamente negociado e não como a gente quer!

Assim era muito bom Sr. Deputado!

Penso que deve estar esclarecido. Se não estiver eu não lhe posso fazer mais nada!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sr. Deputados:

Inevitavelmente só por meio segundo.

Eu na verdade sou capaz de concordar com o pai do cigano. Era bom que alguns levassem algumas bolachas, porque muitos não têm capacidades de executar essas exigências!

(Risos da bancada PS)

O Orador: Sr. Deputado eu não posso deixar de dizer-lhe o seguinte:

Quando aponto o máximo dos regulamentos, é apenas para que fique o contraste entre aquilo que é permitido e aquilo que se consegue ou aquilo que se vai buscar.

Eu também tenho sérias dúvidas que seja por causa dos orçamentos comunitários só, que não sejam aplicadas estas verbas na Região. Eu já ouvi mais de uma vez, de gente responsável do vosso lado, que o que está em causa são os 25 % do dinheiro da verba que a Região tem que participar para a vinda desses dinheiros comunitários.

Eu tenho dúvidas que se seja exactamente pelos orçamentos comunitários, porque esse tipo de orçamentos fica no "segredo dos deuses" e não é uma figura da oposição como eu que tem fácil acesso a eles.

Queria dizer ao Sr. Deputado que quando falo nos máximos é exactamente para frisar mais o contraste entre o possível e o que se tem.

Apenas isso.

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Álvaro Manito.

Deputado Álvaro Manito (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero aqui deixar algumas reflexões a propósito do programa do VI Governo da Região Autónoma dos Açores aqui em debate.

Este programa, conforme se pode constatar, vem na sequência do anterior programa que era o suporte do V Governo Regional liderado e bem pelo Dr. João Bosco Mota Amaral, a quem os Açores tanto devem e que por decisão pessoal irreversível entendeu pedir a sua demissão, para que outros pudessem com novas ideias, novas atitudes e procedimentos continuar a construir a Autonomia, processo dinâmico que dá a possibilidade de os açorianos continuarem a decidir o seu futuro aqui.

Das diferentes áreas de intervenção no âmbito do programa do VI Governo quero realçar algumas que me parecem de extrema importância para o desenvolvimento da Região em geral e de cada ilha em particular.

Preparar o Futuro é sem dúvida um aspecto fundamental.

A **Educação** deve ser uma prioridade de qualquer Governo, se pensarmos na nossa **Juventude** que é o futuro de qualquer sociedade, a ela tem de ser dada especial atenção, educando-a, preparando-a para a vida, dando-lhe formação, oportunidade de manifestar os seus anseios e preocupações, promovendo actividades para a ocupação dos seus tempos livres para que não haja espaço para a Toxicodependência, ajudar a criar emprego para fixar os jovens na sua terra, problema que se torna bastante complicado, nas ilhas mais pequenas aonde é cada vez mais difícil conseguir emprego e fixar jovens.

Registamos com agrado as preocupações do Governo com as medidas de apoio à criação do primeiro emprego para jovens, assim como os novos sistemas de incentivos para os jovens empresários.

Saibamos compreender, incentivar e ajudar a realizar os sonhos da nossa juventude.

Viver com Dignidade, pressupõe a existência de igualdade de oportunidades, de acesso entre outros ao Emprego, Habitação, Educação, Saúde e Segurança Social.

Registamos as preocupações do Governo nestas áreas, nomeadamente as medidas no combate ao desemprego.

Na área da Saúde, registamos a preocupação em considerá-la com função fulcral e o conceito de serviço essencial a prestar à Comunidade.

Também julgamos importantes os objectivos de ampliação e modernização das instalações e equipamentos e duma maior equidade no acesso dos cidadãos aos cuidados disponibilizados, a formação e diferenciação dos profissionais e o recriar o processo de desenvolvimento dos recursos humanos e dos seus mecanismos de fixação em todas as Ilhas.

Sobre o plano de saúde, a promoção de uma maior intervenção a favor de determinados grupos de risco com o objectivo de reduzir a morbilidade das doenças com maior incidência e prevalência.

Esperamos que de facto todas estas medidas sejam realidade e que todos os açorianos tenham de facto igualdade de tratamento no que se refere, a este tão importante sector de intervenção do Governo Regional.

Não queria terminar esta intervenção sem referir o combate à pobreza e exclusão social, que infelizmente, vai chegando a locais aonde não existiam anteriormente. Penso que deve o Governo inventariar de imediato, se é que não o fez já, todas estas situações para que as medidas a tomar sejam rápidas e eficazes.

Não queria deixar de realçar nesta área a importância do apoio que vem sendo dado aos mais idosos, com a criação de lares em todas as ilhas e a implementação de Centros de dia tão importantes estes para o convívio e a satisfação dos numerosos idosos que constituem em maioria a população de muitos dos núcleos habitacionais existentes nas nossas ilhas.

Sendo um programa para um ano, não deixa por isso de ser menos importante, pois nele estão contidas todas as preocupações do Governo para criar mais e melhores condições de vida para todos os açorianos, que devem ser tratados de igual forma, quer vivam no Corvo em Santa Maria ou noutra qualquer ilha desta Região.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de iniciar a minha intervenção nesta Assembleia, permita-me, Sr. Presidente, que o felicite por ter sido eleito como Presidente do primeiro órgão de Governo próprio da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na discussão e apresentação do Programa do VI Governo Regional, cabe-me, agora a tarefa de vos apresentar o Programa do Governo para as áreas que estão à minha responsabilidade - a Saúde, Segurança Social e Protecção Civil.

O espaço temporal de aplicação deste programa é muito curto, apenas de um ano, o início de funções do VI Governo, como seria o processo normal, não coincide com o início de uma nova legislatura e pelo contrário desenvolver-se-á no último quarto da V legislatura.

Todas estas especificidades, condicionam, naturalmente o programa que agora é apresentado, quanto à orientação e estratégia e quanto ao âmbito e dimensão daquilo que se pretende fazer.

Sendo um governo de fim de legislatura, tem que obedecer aos grandes princípios e orientações apresentados pelo partido que sustenta o governo no seu programa eleitoral.

Quanto ao âmbito e dimensão do que se propõe fazer, terá que apresentar um programa realista, compatível e exequível com o período de tempo que terá pela frente.

Mas, como é evidente, sendo um novo governo, com novo presidente, com vários membros que iniciam funções governativas, terá práticas, procedimentos e formas de actuação diferentes correspondendo, naturalmente, a novas orientações e liderança.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou-me permitir dispensar-vos de profundas e alargadas referências quanto à importância dos sectores de Saúde, Segurança Social e Protecção Civil.

São por demais evidentes e reconhecidas por todos como áreas fundamentais da acção de qualquer governo e no programa e nas preocupações do VI Governo continuam a ter a devida importância.

Passarei, assim, a apresentar-vos com a brevidade possível e de uma forma sintetizada o vasto conjunto de medidas que pretendemos desenvolver nos vários sectores.

No sector da saúde pretendemos desenvolver a nossa acção em 4 sectores fundamentais:

Na melhoria da gestão e da administração do sistema regional de saúde, na humanização da prestação de cuidados de saúde, na melhoria da rede de equipamentos colectivos e no desenvolvimento de acções de informação e prevenção.

Em relação à melhoria da gestão e da administração do sistema regional de saúde pretendemos:

- completar os trabalhos, que já estão bastante adiantados, da regulamentação da Lei de Bases na Região;
- continuar a dotar os serviços com os recursos logísticos necessários, com destaque para as novas tecnologias, por forma a diversificar e ampliar a oferta de cuidados aos utentes;
- intensificar a articulação e a complementaridade dos serviços de saúde aos diversos níveis e com instituições afins ao sector;
- intensificar os processos de formação em gestão por objectivos, planeamento estratégico e administração.
- melhorar o sistema de informação estatística;
- aperfeiçoar o sistema de informação para a gestão nos serviços de saúde;
- alargar o sistema de informação para os profissionais de saúde, de forma a manter actualizados os seus conhecimentos;
- intensificar a formação e a diferenciação dos profissionais de saúde;
- recriar o processo de desenvolvimento dos recursos humanos e dos mecanismos de fixação dos profissionais de saúde em toda a Região.

Em relação à humanização da prestação dos cuidados de saúde pretendemos:

- fomentar a qualidade na prestação de cuidados de saúde e a sua avaliação;
- estimular o atendimento personalizado e a melhoria da rede de informação para o utente;
- apoiar o desenvolvimento de equipas multidisciplinares no atendimento ao utente;

- promover a equidade no acesso aos cuidados de saúde.

Em relação à melhoria da rede de equipamentos colectivos:

- concluir a construção do Hospital do Divino Espírito Santo e continuar com as obras de ampliação e beneficiação dos Hospitais de Angra do Heroísmo e da Horta;

- concluir o novo Centro de Saúde de São Roque do Pico e desenvolver os trabalhos de construção do novo Centro de Saúde da Praia da Vitória e de ampliação e beneficiação do Centro de Saúde da Povoação. Não me refiro já à conclusão das obras do Centro de Saúde de Vila do Porto, porque a inauguração e início de funções está prevista para o fim deste mês.

Por fim, em relação ao desenvolvimento de acções de informação e prevenção pretendemos:

- apoiar e desenvolver acções que visem a concretização do Plano de Saúde;

- promover uma maior intervenção a favor de determinados grupos de risco;

- reduzir a morbilidade das doenças com maior incidência e prevalência;

- intensificar a Educação para a Saúde, pela informação e pela promoção de comportamentos conducentes a estilos de vida mais saudáveis;

- cooperar na protecção do ambiente;

- apoiar a produção de trabalhos na área da investigação.

Quanto ao sector da Segurança Social vão manter-se no essencial os princípios, orientações gerais e acções contidos no Programa do V Governo, que permanecem plenamente válidos três anos após a sua aprovação.

Destacam-se, no entanto, os seguintes aspectos, aos quais se irá dar especial atenção:

Política de acção social e de combate à pobreza.

O Governo vai reforçar o combate à pobreza e à exclusão social, estimulando sempre a participação das entidades particulares vocacionadas para a solidariedade e com especial acolhimento do contributo das famílias, através dos seguintes meios:

- intensificação da intervenção directa dos serviços de acção social;

- envolvimento puridisciplinar e interdepartamental, abrangendo, sobretudo, as áreas de segurança social, saúde, habitação, educação, formação profissional e emprego;

- aumento dos meios financeiros, incluindo o recurso a financiamentos comunitários, no âmbito dos programas aplicáveis;

- apoio aos projectos de luta contra a pobreza;
- fomento de programas integrados de intervenção local;
- criação de um programa de apoio específico aos repatriados;
- construção de infraestruturas de apoio à família, como creches, jardins de infância, centros de convívio para jovens e idosos, serviços de apoio domiciliário e a grupos marginalizados.

Manter-se-á a preocupação de estimular os valores tradicionais de apego à vida familiar e de dar espaço às manifestações espontâneas de solidariedade dos grupos e indivíduos, através das seguintes opções estratégicas:

- dirigir a actuação do apoio social, sempre que possível, às famílias;
- adoptar, preferencialmente, soluções não institucionais para os problemas familiares, nomeadamente fomentando o acolhimento familiar de crianças, idosos e deficientes, criando lares de jovens de pequena dimensão, ampliando a rede de serviços de apoio domiciliário e criando novos centros de dia e de convívio;
- fomentar o diálogo entre gerações, designadamente incentivando a utilização conjunta de equipamentos sociais por jovens e idosos;
- valorizar as iniciativas das comunidades, grupos ou indivíduos que tenham carácter solidário e visem resolver problemas sociais;
- assegurar a participação dos interessados na resolução dos seus problemas, respeitando a sua idiossincrasia.

Também em relação à família se mantém a generalidade dos princípios e acções.

Interessa salientar que o Ano Internacional da Família, 1994, foi condignamente celebrado na Região, envolvendo iniciativas do Governo, da Administração Pública, de muitas organizações não governamentais e, sobretudo, de muitos cidadãos.

Ficou demonstrada a possibilidade de muitas entidades públicas e particulares trabalharem em conjunto num projecto motivador.

E foram recolhidas as preocupações dominantes na sociedade em relação aos problemas da família.

Para dar continuidade aos trabalhos então iniciados a encontrar as soluções adequadas para os problemas detectados, foi criada a Comissão do Plano Integrado de Apoio à

Família que vai assegurar a preparação de um plano integrado de apoio à família e, em geral, coordenar a execução das medidas que se destinam ao seu apoio.

Por último, em relação ao terceiro sector à minha responsabilidade, a Protecção Civil e Bombeiros, é por todos reconhecido que os Açores estão sujeitos a catástrofes naturais em consequência de tremores de terra, erupções vulcânicas e inundações, ciclones e deslocamentos de terra.

Por outro lado, a expansão industrial, em algumas ilhas da Região, torna as áreas a ela sujeitas mais susceptíveis a catástrofes de natureza accidental, envolvendo instalações, aviões, navios e viaturas.

Uma política de protecção civil é um instrumento privilegiado de reduzir os custos e a dimensão das consequências dos riscos e vulnerabilidades a que a Região está sujeita.

Neste sentido, a efectividade dessa política deverá passar, a curto prazo, pelos seguintes objectivos e medidas:

- Elaborar a nova orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil, de modo a dar forma às atribuições que deve assumir na área dos bombeiros e do transporte terrestre de doentes;
- proceder à reformulação e actualização do Plano Regional e fomentar a actualização dos Planos Locais existentes e a elaboração dos em falta;
- sensibilizar e apoiar a criação dos Serviços Municipais de Protecção Civil;
- implementar uma rede de telecomunicações que garanta a eficácia e a segurança da ligação das diversas entidades que integram o sistema de protecção civil, nomeadamente dos corpos de bombeiros; processo este que está em fase de apreciação das propostas em sequência ao concurso público internacional;
- melhorar os meios e as formas de informar e formar as populações;
- melhorar a qualidade do transporte terrestre, nomeadamente, através do reforço dos meios e das condições a atribuir às corporações de bombeiros para o cumprimento dessa missão do transporte dos doentes;
- prosseguir a política de instalações dos corpos de bombeiros, completando as obras em curso e dando início às obras dos quartéis dos Ginetes, Santa Cruz e Lajes do Pico;

- dotar os corpos de bombeiros, em cooperação com outras entidades, com os meios adequados às acções de socorro na orla marítima;
- dinamizar a formação dos bombeiros, através da criação duma Escola e Campo de manobras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É este o programa do VI Governo Regional em relação a estes três sectores. Como sempre, vamos empenhar-nos com toda a dedicação para realizar efectivamente aquilo que nos propusemos fazer, tendo como principal objectivo a atingir a efectiva melhoria das condições de vida dos açorianos que estou certo é a preocupação de todos nós presentes nesta Sala.

Obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Meneses.

Deputado Fernando Meneses (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que se refere à Segurança Social, V. Exa. falou num problema que é extremamente grave, ou seja, a questão dos repatriados.

Eu só queria pedir-lhe que explicitasse um pouco mais qual a opinião do Governo sobre esta matéria, designadamente sobre a reinserção dessas pessoas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Meneses:

A questão dos repatriados, concidadãos nossos que muitas vezes com tenra idade saíram dos Açores para outros países, nomeadamente a América do Norte e que nunca se integraram, efectivamente, nas respectivas sociedades, de alguma forma foram sempre marginais a essas próprias sociedades e depois de adultos, muitos deles, já não falando a língua portuguesa, entraram pela via da marginalidade e foram castigados pelos respectivos sistemas judiciais e após o cumprimento de sentenças, têm sido enviados para os Açores.

É um problema extremamente grave, sob todos os pontos de vista sociais de equilíbrio da nossa sociedade e para os quais temos que ter uma preocupação muito grande.

Nós somos uma sociedade muito pequena, muito restrita e já foram repatriados nos últimos tempos um número muito significativo de cidadãos.

Como é evidente, dificilmente se integram na nossa sociedade, onde já não têm por vezes pessoas de família nem condições para trabalhar, a não ser que haja uma preocupação muito grande de criar as condições para a sua reintegração.

Logo que este problema surgiu e para além das diligências que foram feitas junto do Governo da República, junto da Embaixada e do Governo dos Estados Unidos, mas que infelizmente não vão evitar que mais repatriados venham para os Açores, foram criadas algumas medidas, estimulada a sociedade e algumas instituições particulares que têm felizmente dado uma boa resposta.

Praticamente a criminalidade que numa primeira fase da vinda dos repatriados tinha aumentado, significativamente, decresceu. Muitos desses repatriados já estão integrados a trabalhar, não só na cidade de Ponta Delgada, mas em muitas freguesias rurais de São Miguel e na Ilha Terceira, onde isso se coloca com maior premência, e os próprios habitantes das freguesias nem sabem na maior parte dos casos a sua própria história. Essa é a verdadeira reintegração social.

Temos instituições particulares e oficiais, como o Instituto de Acção Social, que tem serviços de acolhimento que albergam esses repatriados quando eles se descarregam nos nossos aeroportos, dão-lhes alimentação, orientação e é um problema que se, efectivamente, não aumentar muito, se não houver uma onda de repatriados que ultrapasse a nossa capacidade de absorção, se o problema se mantiver a este nível, a situação está sob controlo, mas temos que ter muita atenção, porque é um problema muito grande.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Umhas brevíssimas palavras sobre o programa do Governo em relação ao sector da saúde.

Quero salientar que muito recentemente, a Secretaria Regional da Saúde Segurança Social, publicou um instrumento fundamental na orientação de uma política de saúde que todos queremos que esteja ao serviço da população. Ou seja, o Plano Regional de Saúde de 1995/99, é uma viagem ao interior do sector da saúde onde todos nós devemos entrar e apercebermo-nos da dimensão do que é saúde pública na nossa Região.

Este documento dá resposta àqueles que ainda não perceberam a dimensão dos custos da saúde da nossa Região, das disponibilidades e do esforço financeiro que a Região vem fazendo para manter uma saúde que nós queremos sempre melhor, mas que seja acessível a todos os cidadãos. Eu gostaria, neste momento, de sublinhar, salientar e agradecer na pessoa do Sr. Secretário Regional, à Comissão Coordenadora do Plano de Saúde de propor este trabalho que ainda é cedo e que havemos de ter possibilidade de debater nesta Casa, porque é um extenso e longo documento que merece de todos nós muita atenção.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Começamos por citar a afirmação contida no Programa do Governo: "Os Açores, como realidade plural (nove ilhas, nove pequenos mercados e nove sistemas de produção), exigem da parte da intervenção do Estado (da Região Autónoma, dizemos nós) princípios claros, visando o reforço da coesão no interior do Arquipélago." (Pag. 38)

Comungamos desta preocupação há muitos anos, como forma indispensável de encarar o desenvolvimento harmónico do todo regional e não só o de algumas ilhas que sempre tiveram um estatuto privilegiado que lhes foi "oferecido" pela anterior divisão administrativa do Arquipélago, em distritos, mas que terminou com a instauração do regime da Autonomia Democrática da nossa Região.

Para que esse reforço da coesão no interior da Região seja atingido, no que concerne ou se relaciona com ilhas como a do Pico, é premente que este Governo Regional

assuma novas posturas e novos conceitos sobre a implementação, ilha a ilha, duma nova mentalidade autonómica na nossa Região.

Nunca será demais trazer a esta Assembleia, e com maior ênfase em momentos nobres da vida parlamentar como o que estamos vivendo, - a investidura parlamentar dum novo Governo Regional - as esperanças de liberdade, de descentralização e de afirmação da **realidade Ilha**, como um novo espaço político-administrativo fazendo parte dum todo que se designou de Região Autónoma e que dava corpo à nova Autonomia Política Administrativa dos Açores.

Nesses primórdios da governação regional por volta de 1977, houve mesmo um Secretário Regional - o da Agricultura e Pescas - que implementou a orgânica da sua Secretaria com base em Serviços de Ilha, directamente dependentes das Direcções Regionais. Como vão longe esses tempos e essas filosofias, talvez ingénuas politicamente, mas que demonstraram grande nobreza da parte de quem teve a coragem de as assumir. Foi também talvez o único.

E foi prática de pouca dura.

Ficámos autónomos do País, é verdade, mas nós os que julgávamos que a lógica aberrante dos ex-distritos estava para sempre banida das mentalidades dos novos governantes, como nos enganámos.

E é ver-se de novo, como pacientemente e algo "à sucapa", as velhas prerrogativas dessas ilhas voltaram lentamente, mas de forma segura e sustentada, a usufruir das velhas benesses e dos mesmos poderes.

Voltou o segundo centralismo. Chamam-lhe desenvolvimento natural.

Nós, aqueles que vivem no meio rural, preferimos dizer a verdade do que se está passando. Também em muitas ilhas da nossa Região o fenómeno da desertificação ou do êxodo das populações jovens das ilhas menos desenvolvidas, para as três cidades ex-capitais de distritos voltou ou continua sendo uma triste realidade a que a Autonomia devia ter dado resposta positiva ou combatido mesmo essa trágica tendência do nosso mundo rural, mas não conseguiu, pelo menos com o êxito que era a esperança de muitos de nós.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Melhorar o acesso dos doentes (utentes do Serviço Regional de Saúde) a consultas de especialidade dentro ou fora dessas ilhas, volta a ser uma reivindicação aflitiva ao fim de todos estes anos e quantas aflições continuam a assolar as nossas gentes?

Neste sector ainda não se cumpriu a Autonomia dos Açores.

A agricultura, continuadamente afirmada como a grande aposta do nosso desenvolvimento, tarda em ser um meio desafogado de rendimentos para aqueles que a esse mister se dedicam nessas ilhas. Aí não chegam os chorudos negócios das multinacionais de lacticínios, nem as reivindicações calorosas e persistentes de melhor preço do leite a pagar à produção.

Numa ilha - o Pico - reivindica-se justamente uma nova Fábrica de Lacticínios e a respectiva Associação de Agricultores alertava recentemente no Congresso de Agricultura dos Açores que se realizou em S. Jorge, para o facto de que se tardar a sua construção e entrada em funcionamento, os produtores de leite, assaltados pelo desânimo, podem vir a desistir desta actividade, enveredando definitivamente pela produção de "gado carne", pondo assim em risco a rentabilização dessa nova unidade fabril.

E tudo isto porque os atrasos de muitos meses no pagamento de leite à produção continuam, como já várias vezes aqui tenho alertado.

Como se pode apregoar que houve desenvolvimento nas explorações agrícolas nestas ilhas, quando os agricultores se vêem confrontados com a incerteza?

Há projectos aprovados e comparticipados para novos empresários agrícolas, mas a esperança num futuro risonho é muito remota.

É, pois de justiça que este Governo retome e **cumpra a Resolução desta Assembleia que recomenda ao Governo Regional a implementação de medidas que solucionem o grave problema dos pagamentos de leite em atraso à lavoura da ilha (Lacto-Pico e Lacticínios Miragaia).**

Mas não só no Pico, como também para os produtores de leite de outras ilhas que sofrem da mesma aflição: não receber o pagamento do seu leite entregue nas fábricas, produto do seu suor e da sua labuta diária.

Temos fundadas esperanças num empenhamento especial do Sr. Presidente do Governo e anterior Presidente desta Assembleia, na procura de medidas que

satisfaçam esta justa reivindicação das famílias dos lavradores desta Região com pagamentos de leite em atraso, como aliás ontem aqui nesta Casa já deixou transparecer.

A juventude destas "ilhas sem cidades" também merece um tratamento semelhante ao de outras, quer no acesso a acções de prevenção da toxicodependência, como no da inserção no mercado do trabalho para os jovens que, por uma razão ou outra, não concluíram a sua formação académica. E temos muitos, infelizmente, nessas condições.

O Programa deste Governo Regional que estamos analisando, prevê acções em vários sectores que, por tão vagas, devem merecer a nossa reflexão.

As autarquias sentem alguma dificuldade em perceber até que ponto serão transferidas novas competências da Região para os Municípios. Julgamos que houve precipitação política do anterior titular da Secretaria da Administração Pública em "forçar" a assinatura dum pseudo-protocolo que visava tão somente estudar, no âmbito de um grupo de trabalho criado para o efeito, essas transferências. Já lá vão muitos meses e nada de concreto surgiu. Não sabemos qual a posição deste Governo acerca desta melindrosa questão.

O turismo é aposta a não perder. É urgente a melhoria das infraestruturas que acolhem os turistas (gares marítimas) que a estas ilhas chegam por via marítima. É tão difícil e leva tantos anos a conseguir uma boa imagem turística duma Região, mas para perdê-la bastam duas ou três péssimas impressões causadas a esses que nos procuram e que tanto pagam para aqui chegar, apenas por incúria daqueles que nos governam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

É urgente a melhoria da rede viária nalgumas ilhas. Quantos concidadãos nossos se perguntam: Como se pode aplicar uma lei que obriga os cidadãos a submeterem as suas viaturas a vistorias, quando têm de circular em estradas que estão votadas ao abandono pelas entidades regionais?

Ainda na área dos transportes e comunicações, não podemos deixar de referir duas Resoluções aprovadas por unanimidade nesta Casa.

A primeira, e eu já a referi hoje nesta Casa, continua a ser reclamada pelos nossos irmãos da diáspora que ainda recentemente no IV Congresso das Comunidades Açorianas reivindicaram mais uma vez justiça na matéria que se relaciona com a recomendação dada ao Governo Regional, para que envidasse todos os esforços junto da TAP afim de que os voos de Lisboa para a Nova Inglaterra e Canadá façam escala nos Açores.

A segunda aprovada nesta Câmara de Deputados, mandatava o Governo Regional recomendando-lhe a imperiosa necessidade de promover diligências junto da Portugal Telecom, concessionária do serviço telefónico na Região para que, antes da sua total privatização, esta empresa procedesse à unificação dos três grupos de redes, criando assim o indicativo telefónico "Açores".

Se assim proceder, ou seja, dando cumprimento às Resoluções emanadas desta Câmara, o Governo Regional estará honrando a nossa própria Autonomia Democrática.

Sr. Secretário Regional das Obras Públicas:

Congratulo-me com a medida contida neste Programa, em que pela primeira vez, segundo creio, o Governo admite dar início às obras de reforço de alguns molhes, nomeadamente o do Porto de São Roque do Pico, contrariamente à posição que reputo de infeliz, assumida em programa televisivo por um anterior Director Regional da Secretaria das Obras Públicas, quando afirmou que era preferível deixar cair a "cabeça do molhe" de São Roque do Pico para depois reconstruir tudo de novo. Agora pelo menos o Governo parece querer seguir a doutrina do velho ditado popular:

"Antes prevenir, que remediar"

Ainda bem que o bom senso imperou desta vez.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Foi afirmado pelo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, no discurso de apresentação deste Programa de Governo, e cito com a devida vénia duas notas: "Trata-se, portanto dum programa que se pretende exequível ... quer seja pela continuidade que dá a questões que estão contidas no Programa do V Governo, ... e

mesmo de outro instrumento de orientação e actuação política já aprovado nesta Casa como é o caso do Plano de Médio Prazo 1993-1996."

Sem querer pôr em questão aqui e agora essa opção de continuidade, mas partindo do pressuposto que ela foi responsabilmente assumida por este Governo Regional, nomeadamente em relação ao compromisso de implementar ou concluir as acções previstas no Plano de Médio Prazo que vigora até ao fim de 1996, somos levados a perguntar: **PODEMOS CONCLUIR** , E PORQUE ESTÁ REFERIDO NESSE PLANO COMO OBRA A REALIZAR NO FIM DA SUA VIGÊNCIA, DOTADA COM UMA VERBA DE 260 (DUZENTOS E SESENTA) MIL CONTOS E NUNCA ALTERADA, **QUE A AMPLIAÇÃO DA PISTA DO AEROPORTO DO PICO IRÁ SER FINALMENTE REALIZADA ?**

As respostas favoráveis a esta questão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e a outras que acima referimos, condicionarão em parte a nossa posição sobre este Programa do VI Governo Regional.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Homem de Gouveia.

Deputado Homem de Gouveia (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Um dos aspectos contemplados no Programa do VI Governo agora em apreciação neste Parlamento, respeitante ao Plano Regional de Saúde, cujo segundo volume referente ao período que decorrerá de 1994 a 1999, foi editado há aproximadamente um mês e entregue pelo Presidente da sua Comissão Coordenadora ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social. Como é do conhecimento geral, este valioso documento está em vigor desde 1989, tendo a sua primeira fase terminado em 1993.

Digo valioso documento, na medida em que foi concebido como meio para fazer face a determinados aspectos da Saúde da Região que apresentavam índices a todos os títulos preocupantes e com graves repercussões sobre o bem estar da nossa Comunidade. Assim, e após estudo preliminar em que interveio, além de um elevado

número de profissionais de saúde, outras entidades, que embora profissionalmente estranhas ao sector, mas que, pela actividade que então exerciam a ele se encontravam ligados.

Assim, nasceu um documento, que para além de equacionar os sectores mais prementes no sector da saúde, enunciava um determinado número de medidas a implementar com o objectivo de se atingirem determinadas metas, destinadas a colmatar as carências detectadas.

Os sectores então escolhidos, foram englobados em programas, a saber: doenças reumáticas, aparelho respiratório incluindo a tuberculose, diabetes, doenças cérebro-vasculares e cardio-vasculares, toxicoddependência e saúde materno-infantil.

Para cada um destes programas foi indicado um gestor, cuja principal função era a da coordenação das acções a implementar, não só a nível hospitalar como nos centros de saúde.

E foi a esta coordenação que hoje podemos atribuir os êxitos obtidos em quase todos os sectores, dado que sob o ponto de vista do número de profissionais e o da aquisição de material, praticamente não se verificaram alterações significativas.

Gostava de poder trazer ao vosso conhecimento os resultados obtidos em pormenor, mas como é óbvio, dada a sua extensão, tal objectivo torna-se impraticável.

No entanto, não fujo à tentação, embora de maneira muito sucinta, de focar um ou outro aspecto que pela sua relevância, se justifica.

Assim verifica-se actualmente uma diminuição do número de novos casos de tuberculose, ao contrário do que se passa noutras regiões do País, o que se deve em parte às melhores condições de diagnóstico e tratamento desta doença, e ainda à elevada percentagem de vacinas aplicadas, que regra geral atinge praticamente os 100% das crianças nascidas anualmente. A estes aspectos, há que juntar a indesmentível melhoria das condições de vida da população em especial nas áreas da habitação e da alimentação, neste caso com realce para os hábitos alimentares conseguidos pela acção do programa de Nutrição.

Outro capítulo digno de especial registo é o que se passa a nível da diabetes, doença que infelizmente se apresenta com uma incidência muito superior à verificada no

Continente português, sendo um dos motivos apontados para justificar este fenómeno, o problema genético.

Quer o despiste precoce da doença, quer ainda a educação dos doentes no respeitante ao tratamento e aos necessários hábitos alimentares e de higiene que devem ser cumpridos nesta doença, tem sido um trabalho a todos os títulos notável, principalmente pelo gestor do Programa e por todos os seus intervenientes a nível da Região.

Para terminar, não posso deixar de fazer uma referência sobre uma matéria, que sendo já do conhecimento de V. Ex.^{as}. Sr. Presidente e Srs. Deputados, será, igualmente muito breve.

Como devem calcular, refiro-me ao significativo decréscimo verificado nas taxas de mortalidade infantil e perinatal e ainda à indesmentível melhoria das condições na assistência durante a gravidez, parto e recém-nascido, em parte conseguida através do Plano de Saúde.

Considerando os resultados já obtidos, este trabalho irá continuar com as inevitáveis alterações que a evolução da saúde da nossa Região o determinar. Assim, este ano foi introduzido um novo programa que respeita às doenças do foro oncológico, capítulo que infelizmente continua a constituir uma preocupação em todas os países e que a nossa Região não é excepção.

Muito mais havia para dizer sobre este documento, que embora ainda com poucos anos de vida, prestou já um valioso contributo para a indiscutível melhoria da saúde da nossa comunidade, tendo já recebido os maiores encómios por parte daqueles que dele tomam conhecimento e que o consideram um instrumento de trabalho a ser introduzido em todas as comunidades que têm problemas semelhantes aos nossos.

Tenho Dito.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Ao analisar o Programa do Governo, verifiquei que o executivo açoriano tem a intenção, entre outras medidas, de criar e dinamizar polos e zonas industriais. Santa Maria também pretende ter o seu Parque Industrial para oferecer melhores condições aos jovens empresários, mas confronta-se com a dificuldade de transferência dos terrenos situados dentro do perímetro da Zona Franca. E porquê este impedimento? É só e porque o terreno onde se implantou a Zona Franca não pertence à Região Autónoma, mas sim à Fazenda Nacional e está sobre o controlo da ANA-EP. Foi como se diz na gíria. "Fazer filho em mulher alheia".

Nem com o Governo do PSD o Governo Regional dos Açores conseguiu que se efectivasse a transferência dos já referidos terrenos para a Região, mas o assunto será resolvido com certeza, pois o Governo da Nova Maioria fará aquilo que Cavaco Silva não fez.

Mas o que é inacreditável é o facto de se terem dispendido verbas avultadas (mais de 700 mil contos), e não se tenha tido sequer o cuidado de pedir a desafecção dos supracitados terrenos. Às autarquias, a Unidade de Gestão do PEDRAA solicita projectos e é obrigatório que o espaço a ocupar seja da entidade executante, mas quando o executante é o Governo Regional parece que não há regras a impor, como aconteceu neste caso.

Como irá o Governo Regional explicar à Comunidade Económica Europeia que as verbas utilizadas foram empregues nestas condições, se for confrontado com esta questão? Será que vai ser fácil à Comunidade aceitar de bom grado a mudança de actividade ou terá o Governo Regional que restituir as verbas já entregues?

Não pretendo com estas questões "desenterrar" a Zona Franca, mas há coisas que necessitam ser esclarecidas, tais como: se há, por exemplo, empresas públicas ou privadas a usufruir de regalias constantes da legislação já aprovada? Se o BCA está a aproveitar a legislação do OFF-SHORE BANKING? E a SOGEO-EP que até tinha (ou tem) a sua sede na Zona Franca?

Sr.^a Secretária das Finanças:

Para se enterrar definitivamente um assunto é preciso que toda a história seja esclarecida, caso contrário as dúvidas continuarão a existir.

Claro que não estou a culpabilizá-la por todo este processo, é simplesmente um alerta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Outra questão que me intriga é o facto de constar no Programa do Governo o início das obras do reforço do Porto de Vila do Porto, quando a supracitada obra não constava no Plano para o próximo ano, nem no PMP 92/96. Congratulamo-nos por verificarmos tal facto, mas aguardamos para ver se as verbas necessárias aparecem inscritas no novo Plano de 1996.

No capítulo dedicado aos Transportes Terrestres, constata-se que o Governo Regional pretende fazer obras em São Miguel, Terceira e Faial e reparar ou construir troços de estrada nas restantes ilhas. Apesar de não ser esta a altura própria para apreciarmos o Plano para o próximo ano, verificamos que existem no já referido Plano, apresentado pelo V Governo, 100 mil contos para pavimentação de estradas regionais, em Santa Maria e esperamos que se mantenham para pagamento à Firma construtora.

Mas o que na realidade quero referir, é o facto de se estar a construir estradas que apresentam já ondulações e irregularidades em diversos locais do pavimento. Devemos pagar, mas obrigar que a obra fique perfeita, caso contrário estamos a atirar dinheiro ao mar, como se disse em relação às estradas danificadas nas Flores, há pouco tempo.

No meu entender, julgo que seria benéfico haver uma inspecção técnica à obra, para verificar se a mesma está a ser construída conforme o projectado. Julgo necessário alertar os serviços de ilha da SRHOPTC, para ter atenção ao trabalho que está a ser feito devendo haver uma maior fiscalização, quer na construção das supracitadas estradas quer na sinalização, que é praticamente inexistente, pondo até em perigo os utentes das vias em construção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

O executivo açoriano propõe-se defender a manutenção do Centro de Controle de Tráfego Aéreo e a conseqüente implementação do NAV II na Ilha de Santa Maria o que nos apraz registar.

Posso garantir ao Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores que pode contar com o empenhamento do Presidente do PS Açores, Carlos César, que continuará a pugnar para que a pretensão dos marienses, em particular, e dos açorianos no seu todo, sejam satisfeitas no mais curto espaço de tempo. Estamos em crer que tal irá suceder pelo facto de constatarmos que se inscreveram no Programa do Governo da República diversas reivindicações que eram reclamadas há longos anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Muito mais haveria que questionar sobre o Programa do VI Governo, mas como o tempo é pouco e tem que ser distribuído pelos oradores do PS, irei fazê-lo aquando da apresentação do Plano e Orçamento para 1996. Mas, antes de concluir e como no documento em apreço se aponta como uma acção do Governo Regional a defesa do património subaquático existente nos mares dos Açores, com o que concordamos inteiramente, gostaria daqui desta tribuna, lançar um desafio ao novo Secretário Regional da Educação e Cultura e ao Presidente do Partido Socialista nos Açores, Carlos César, e que se resumem na concretização do seguinte objectivo:

- Devolução das âncoras, que se diz pertencerem a uma das naus de Colombo e que se encontram no Museu da Marinha em Lisboa. Âncoras essas que foram retiradas nos anos 60 da Baía do Cura em Santa Maria.

Canalizem os vossos esforços nesse sentido e se aceitarem este desafio podem crer que terão apoio dos marienses além de terem a oportunidade de saber a sensibilidade dos novos Ministros em relação ao património atrás referenciado. Estou esperançado que se houver vontade da vossa parte, o regresso às origens das âncoras será uma realidade, devendo as mesmas serem colocadas no Centro Cultural de Cristovão Colombo situado em Santa Maria.

Disse!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para formular um esclarecimento ao Sr. Deputado José Humberto Chaves, porque ele afirmou na sua intervenção que fazia parte do programa do Governo, discutido neste momento na Assembleia da República, uma referência à manutenção do NAV II na Ilha de Santa Maria.

Queria esclarecer que esta referência apenas está no programa eleitoral, não apareceu no programa do Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Sr. Deputado José Maria Bairos: está no programa do Governo Regional a defesa da manutenção do NAV II na Ilha de Santa Maria. Está aqui escrito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Sr. Deputado, a manutenção do NAV II em Santa Maria, é da competência do Governo Regional ou do Governo da República?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Jaime Medeiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente, ao estado de construção da repavimentação das estradas em Santa Maria, nós temos vindo a acompanhar de perto o evoluir da situação. Sabemos que existem algumas anomalias, mas no processo de obras há sempre uma recepção provisória e uma recepção definitiva.

Naturalmente que não iremos receber obras que não estejam em devidas condições.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu fico satisfeito em ouvir o que o Sr. disse agora, porque é verdade que as estradas não estão em condições.

Em relação ao Sr. Deputado Rui Melo, parece-me que já devia ter aprendido isso há algum tempo.

A responsabilidade do Centro de Controlo de Tráfego Aéreo, neste momento, é da responsabilidade do Governo da República, da nova maioria, mas antes foi do PSD, ou seja, até ao dia 1 de Outubro!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Humberto Chaves:

O Sr. é que lançou a confusão.

O Sr. Deputado afirmou que o projecto NAV II não está no programa do Governo da República, estava no programa eleitoral e no programa do Governo Regional. Ou seja, o Sr. é que não sabe onde é que está.

O que o Sr. queria era que no programa eleitoral do Governo da República do Partido Socialista constasse o NAV II. Mas quando se tratasse de o concretizar na Assembleia da República, aí o Sr. Deputado já acha que isso deve fazer parte do programa do Governo Regional. O Sr. é que disse isso e daí a minha pergunta.

Quero-lhe dizer Sr. Deputado que o Sr. tem que ter a humildade que o Partido Social Democrata teve quando não conseguiu que o Projecto NAV II fosse concretizado em Santa Maria durante a vigência dos Governos do Prof. Cavaco Silva.

O Sr. tem que reconhecer - tal como nós reconhecemos na altura, que não fomos capazes de ser ouvidos junto do PSD Nacional ou junto do Governo da República - que o Partido Socialista não o quis contemplar no programa do Governo que recentemente foi apresentado na Assembleia da República.

Penso que lhe fica bem, porque isto consta dos documentos.

Não é uma questão de estarmos aqui a fazer política ou politiquice. É assumirmos com clareza que os Srs. não conseguiram concretizar aquilo que tinham apresentado no seu programa eleitoral.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. não ouviu aquilo que eu disse, mas vou repetir: o executivo açoriano propõe-se defender a manutenção do Centro de Controlo de Tráfego Aéreo e, conseqüentemente, a implementação do NAV II na Ilha de Santa Maria que nos apraz registar. Acho que está dito!

Deputado Rui Melo (PSD): E o documento?

O Orador: Que documento?! O que nós estamos a apreciar aqui não é o Programa do Governo? Pelo amor de Deus!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para esclarecer que, tanto quanto é do meu conhecimento, nem o que eventualmente não conste no programa do Governo, nem o que conste nalguns órgãos de comunicação social, tem qualquer veracidade. Ponto final.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr Deputado Carlos César:

O Grupo Parlamentar do PSD gostaria que o Sr. concretizasse ou nos explicasse, concretamente, o que é que quer dizer com essa afirmação.

Termino este pedido de esclarecimento, reafirmando que gostaria que o Sr. informasse esta Câmara se, no programa do Governo da República liderado pelo Primeiro-Ministro, Eng. António Guterres, consta a manutenção do Projecto NAV II na Ilha de Santa Maria?

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Gastão Barbosa Pacheco.

Deputado Gastão Barbosa Pacheco (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sras e Srs. Deputados:

Desejo, antes de mais nada, saudar o Sr. Presidente do Governo Regional, bem como todos os Membros do novo Governo, desejando a todos as melhores felicidades no desempenho das vossas relevantes funções para bem dos Açores e dos açorianos.

O programa do VI Governo tem por finalidade tentar servir o melhor possível os anseios de todos aqueles que residem nos Açores, razão por que ao lê-lo atentamente, não queria deixar de alertar e sensibilizar o Governo, no que diz respeito ao comércio e indústria dos Açores.

Os últimos anos foram difíceis a nível mundial e com reflexos aqui nos Açores. Por isso, entendemos que é imprescindível continuar e até reforçar os apoios ao pequeno comércio e indústria.

Apoiar, financeiramente, o pequeno comércio e a pequena indústria, é contribuir para a sua sobrevivência, evitando que se percam postos de trabalho e garantindo que todas as famílias açorianas possam aqui viver com o mínimo de comodidade e dignidade.

É preciso dar seguimento aos programas de formação profissional, continuando a apoiar as empresas e as ideias para a criação de novos postos de trabalho, como um dos vectores principais da nossa política de desenvolvimento.

Sensibilizar a banca que opera na Região para apoiar e não executar os pequenos comerciantes industriais que sempre cumpriram e deram o seu melhor para o engrandecimento e progresso dos Açores e que, por qualquer motivo da conjuntura actual, deixaram de o poder fazer, não por falta de seriedade, mas pela crise que momentaneamente atravessam.

Contudo, serei o primeiro a reconhecer o quanto se torna difícil pôr em execução todas essas medidas, mas elas são necessárias e é apelando para que, unidos, possamos todos ultrapassar as dificuldades que vão surgir.

Queria pedir ainda ao Governo para que, de novo, desse instruções e directrizes a todo o pessoal do funcionalismo público, para que o atendimento das pessoas que no dia a dia por uma razão ou por outra procuram as referidas repartições a pedir esclarecimentos ou informações, seja feito com amabilidade e civismo.

Não tem sido fácil modificar as mentalidades de muitos funcionários que por razões que desconhecemos preferem o conforto dos gabinetes, protegendo-se e executando-se atrás de secretárias que, normalmente, invocam reuniões de chefes e, por tal motivo, não podem atender os contribuintes.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Qualquer cidadão que, por qualquer razão, tenha a necessidade de recorrer a qualquer repartição, seja em requerimento ou verbalmente, tem forçosamente que ter respostas rápidas, mesmo que as mesmas sejam ou não, pois é muito preferível a amorosidade e a incerteza de um qualquer "talvez".

Termino desejando ao novo Governo os votos sinceros, para poder levar a cabo tudo ou quase tudo o que se propõem fazer neste programa para bem dos Açores.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer agora um intervalo de 30 minutos.

Eram 17.45 horas.

Presidente: Srs. Deputados, pedia o favor de retomarem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18.30 horas.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se permitem, começaria por fazer um agradecimento e prestar um esclarecimento à Câmara antes de entrar, propriamente, na minha intervenção.

O agradecimento, prende-se com as palavras de saudação amigas e os votos de felicidades e de bom trabalho que aqui foram gentilmente proferidas pelo Exm.º Presidente da Assembleia Legislativa, Sua Exa. o Presidente do Governo, votos esses que retribuo com muita amizade e no caso do Governo são extensivos a toda a equipa que o integra.

Quanto ao esclarecimento que eu queria dar à Câmara, prende-se com a matéria que foi muito falada no lançamento do ano lectivo e que voltou aqui à baila, na discussão sobre a matéria relativa à educação e que tem a ver com os mini-concursos e a colocação de professores.

Gostaria de esclarecer que este ano houve um processo novo na colocação de docentes no denominado mini-concurso, ou seja, as primeiras e segundas fases decorreram normalmente de acordo com a legislação nacional e nos prazos normais.

No que diz respeito aos mini-concursos, a pedido insistente das escolas da Região, pela primeira vez e contra a nossa vontade de alguns anos a esta parte, uma vez que era assunto que tinha sido descentralizado de vez nas escolas e era uma competência

que já não estava na alçada da Secretaria da Educação, contudo, face às queixas - algumas delas com fundamento de falta de uniformidade de critérios que eram ultrapassados ou não respeitados e que depois traziam recursos hierárquicos - acabámos por reunir todos os presidentes dos conselhos directivos das escolas da Região e, em plenário, foi votado maioritariamente; houve duas escolas que não concordaram, a centralização de mini-concursos na Secretaria da Educação e foram também votados maioritariamente os critérios que foram utilizados na selecção e no ordenamento dos candidatos.

O ano lectivo começou dentro dos prazos normais, não houve atrasos significativos na colocação dos professores, houve sim algo diferente dos anos anteriores. Enquanto que nos anos anteriores as escolas à medida que iam ficando com os seus candidatos começavam a pagar-lhes e alguns começaram a ganhar - e vamos chamar os bois pelo seu nome - duas ou três semanas antes; desta feita, todos foram colocados pelos mesmos critérios, todos foram homologados ao mesmo tempo e todos começaram a ganhar no mesmo dia.

Isto causou alguns protestos por parte daqueles que, de alguns anos a esta parte, estando habituados a ser pagos com duas ou três semanas de antecedência, viram gorada essa expectativa e essa foi de facto uma das grandes queixas que foi veiculada aos sindicatos e que também me chegou na altura, como sendo algo que não se deveria repetir.

Quanto ao maior número de professores do continente que, efectivamente, concorreram às nossas escolas e que aí estão, também em parte devido ao conjunto de novos incentivos que as Associações de Pais com o apoio das Câmaras conseguiram pôr no terreno, e que fizeram com que no concurso nacional aparecessem muitos mais professores com habilitação, limito-me a dizer que preocupava-me como governante que era na altura e continuo-me a preocupar como deputado, com o facto de haver açorianos que ficam sem emprego, porque indivíduos de outras parcelas do território nacional vêm e ocupam os lugares à luz da legislação vigente que, efectivamente, os ordena face às notas de tempo de serviço. Aí é um direito de garantia dos cidadãos deste País contra o qual não é muito fácil remar.

Levámos anos a dizer - disse nesta Câmara várias vezes - que não tínhamos mais necessidade, com todo o respeito que tenho por eles, de mais professores de história, filosofia e educadores de infância.

É evidente que agora quando há um grande número de gente desempregada, esses professores do continente que vêm para a Região com anos de serviço e com mais nota, passam à frente dos professores que tiraram curso e nasceram nos Açores.

Depois ficam aflitos, porque estão no desemprego, nasceram nos Açores e outros vêm de fora e tiram-lhe o lugar.

Os nossos conterrâneos, alguns deles deram e continuam a dar um contributo fundamental dado à falta dos professores que temos. Os nossos patrícios sem habilitação têm dado um contributo muito bom e eu sempre reconheci. Alguns deles que estão há 5, 10 e 15 anos a leccionar, este ano ficaram sem trabalho, porque apareceram professores com habilitação que ocuparam o lugar que eles iam ocupando.

É uma situação que me preocupa, porque alguns deles estão casados, têm filhos, pagam casas, deram o seu melhor ao esquema e são precisos nalguns casos.

Pergunto: houve outros professores que estando nas mesmas circunstâncias não se fiaram na Virgem, correram e fizeram os seus cursos?

Aceito, perfeitamente, que as pessoas que não são de São Miguel tenham mais dificuldade em fazer alguma coisa ao longo desses anos todos. Agora, em São Miguel, com as facilidade que as escolas tinham, preparando horários que permitissem frequentar a Universidade, muitos fizeram os seus cursos e hoje têm o problema resolvido.

Houve uma boa parte que, comodamente, levou 5, 6, 7, 8, 10, 12 anos a prestar um bom serviço ao sistema mas não fazendo nada por si, e agora gritam "ó tio, ó tio estamos sem emprego!".

É complicado e agora fala um pai, que também sou. Tenho 3 filhos na rede de ensino e à semelhança de muitos outros, há dois anos a esta parte, o meu mais velho passou o ano inteiro sem professor numa disciplina. Este ano começou sem professor em matemática e física e eu digo-vos aquilo que os pais me disseram anos a fio, ou seja, a filha tem professores com habilitação, se eles são de Vila Franca ou de Vila Franca

de Xira, para um pai que os tem neste momento na rede e sabe que o futuro deles depende de eles terem boa preparação em matérias que são fundamentais, é muito complicado estar-se a dizer se esses lugares devem ser preenchidos por gente de cá ou não.

Portanto, deixo isso à vossa consideração, na certeza de que a situação pode-se agravar, na medida em que há mais gente formada, mais gente desempregada no todo nacional e há cada vez mais possibilidades com os maiores incentivos que estão a ser dados a nível da Região, Câmaras a apoiar, associações de pais, de virem para cá. Este ano há muita mais gente com habilitação. Neste momento, é só dar uma vista de olhos pelas escolas das ilhas mais pequenas e ver o que se passa. No próximo ano é capaz de isso se complicar ainda mais.

Quem a tempo não tratou da sua vida agora está a colher frutos dessa sua apatia.

Se me preocupo?

Preocupava-me e preocupo-me, mas também devemos distribuir os males pelas aldeias e ter o bom senso de saber as coisas como são.

Posto isto, passo à minha intervenção.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

O Programa do VI Governo da Região Autónoma dos Açores apresenta-se-nos numa forma assaz motivadora pela forma, (perdoem-me a deformação profissional do professor que me prezo de ser), extremamente empática, estabelecendo, logo à partida, aquele elo que é indispensável existir, no caso de uma aula, entre o professor e os alunos, e que no caso vertente se coloca entre quem governa e os cidadãos eleitores. Fala-se em "Resolver os nossos problemas", em "valorizar a nossa gente" e em "apostar na nossa terra". Logo, fala-se de algo que já esteve presente, como não poderia deixar de ser em programas anteriores, mas diz-se isso num modo que, quer queiramos quer não, implica as pessoas, toca-lhes na fibra, vai fundo ao coração, na medida em que nos torna, directa ou indirectamente, co-actores neste grande acto que é a nossa vida quotidiana.

Os tempos são propícios a este tipo de abordagem para mais quando se trata, na continuação do dar corpo à nossa autonomia política e administrativa, de, entre tantos objectivos estabelecidos como metas a atingir, salvaguardar a nossa identidade

cultural, a nossa maneira de construirmos a Europa, de fazermos Portugal aqui, nestas ilhas que tanto amamos, afirmando a nossa açorianidade, mantendo aquela imagem de marca que, entre tantos iguais, nos torna diferentes e diferentes pela positiva, como baluarte de algumas das mais caras tradições e valores nacionais que o isolamento, mas também a tenacidade, espírito de luta e de sacrifício que sempre animou, anima e há-de continuar a animar a nossa gente, a nossa capacidade criativa e acima de tudo um coração muito grande que ainda nos permite não perder a esperança, quando o esquecimento ou a falta de solidariedade impera, por parte de quem no mínimo tinha obrigação de a ter, nos foi permitindo manter vivas, actuaes, sabe Deus por vezes à custa de quantos sacrifícios ou improvisações, mas tenazmente conservadas como "perene" é a lava que está na génese das nossas ilhas.

Afirmar os Açores no que toca à cultura, à defesa do nosso património cultural, como ainda outro dia nos dizia Sua Excelência o Presidente do Governo Regional na apresentação do Programa do Governo, **"na defesa dos nossos valores patrimoniais quaisquer que sejam, não importa onde se encontrem"**, transporta-me, se me permitem, de entre tanto que há para acautelar neste domínio, para duas áreas importantíssimas de intervenção, a título de exemplo, dado o tempo disponível para as nossas intervenções, e que são a salvaguarda do nosso património subaquático e a preservação dos nossos imóveis e/ou conjuntos protegidos, de que Angra do Heroísmo, cidade Património Mundial é exemplo marcante, bem como da paisagem/enquadramento natural de que, ainda em muitos casos, felizmente continuamos a disfrutar.

Todos temos bem presentes os momentos recentes de grande aflição por que passámos, ao constatararmos que a **Comissão Nacional do Património Subaquático** tinha ao seu perfeito alcance, a coberto de toda a legalidade, a possibilidade de, à última hora, tipo fechar a porta, atribuir concessões para a exploração dos naufrágios ou vestígios afundados que abundam em determinadas zonas da orla marítima nacional, com especial relevância para os Açores e nestes com maior incidência nas Baías de Angra do Heroísmo e das Águas, onde há a certeza de existir espólio de valor incalculável!

Convém que se diga que de há muito tempo a esta parte se vem batalhando, a todos os níveis, contra a actual legislação em vigor, dada à estampa sem atender aos nossos interesses e à justa salvaguarda do nosso património, nomeadamente o estipulado pelo **Decreto-Lei n.º 289/93, de 21 de Agosto**, conjugado com as alterações que foram introduzidas pelo **Decreto-Lei 85/94, de 30 de Março**, e que atentando contra o nosso estatuto político-administrativo, estabelecem, de entre várias matérias assaz controversas, de que aliás se fez saber que caberia recurso para as entidades competentes, nomeadamente as instâncias internacionais, a possibilidade pasmai, da remuneração dos trabalhos, a levar a cabo pelos eventuais interessados, ser feita através da concessão de parte do espólio! E isto, sras. e srs. deputados, sem estarmos na posse do inventário ou caracterização dos valores submersos e com a plena consciência, o que é mais grave, de que o estado português não dispõe de meios eficazes para a indispensável fiscalização/controlo de todos os trabalhos, as nossas universidades em que naturalmente, se inclui a dos Açores, não obstante a sua reafirmada vontade de dar formação, de preparar equipas apropriadas e de incluir nos seus currículos a " Arqueologia Subaquática", não estarem à altura, dada a falta de meios técnicos e humanos, de intervir como lhes compete, bem como os museus ou demais instituições/associações culturais, com a agravante da escassíssima margem de manobra/intervenção da nossa Região nas decisões que possam vir a ser tomadas sobre a exploração das nossas águas, à luz da dita legislação. É por demais! É difícil de acreditar mas é mesmo assim, preto no branco! Revolta tanta demissão para não dizer mesmo inconsciência!

Registe-se, aqui como nota digna de grande louvor, a notável acção concertada que foi desencadeada, face ao perigo latente, pelo actual governo que segurou logo, da forma mais expedita e veemente, o dossier, com a ajuda e participação dos partidos políticos e de outras tantas instituições e associações.

Urge insistir, reinsistir, até à exaustão, para que se reveja tão nefasta legislação!

A nossa Universidade e os nossos museus têm de continuar a ser apoiados para se irem preparando para estas novas tarefas/desafios.

Afigura-se-nos da maior pertinência que se procure ir ao encontro do desejo, mais que justificado, do Museu de Angra do Heroísmo, não só pelo tipo de espólio que já

possui, como principalmente pelo muito que lhe pode advir da exploração das citadas baías de Angra do Heroísmo e das Águas, a dispôr de uma oficina de restauro de objectos tirados do fundo do mar.

Antes de passar a falar, para terminar, da protecção aos imóveis/conjuntos classificados, impõe-se uma palavra de apreço, de muito incentivo, à Associação de Amigos do Museu de Angra do Heroísmo, extensiva a outras congéneres, pelo que elas significam de envolvimento desejado e indispensável, entre os museus e as comunidades onde se inserem e que pretendem servir. Bem hajam!

Há que dar continuação ao bom trabalho até agora já levado a cabo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Apraz-nos destacar, a intenção expressa, a páginas 21 do Programa do VI Governo, de dar continuidade à dinamização das nossas instituições de índole cultural, dos serviços externos da Direcção Regional dos Assuntos Culturais e do Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, sem olvidar os cidadãos em geral, o que é da maior importância.

À legislação já existente neste âmbito de protecção, conservação e melhoria do nosso património edificado, de que merece referência a respeitante à classificação/protecção do núcleo urbano e zonas envolventes da **Vila de Santa Cruz da Graciosa** e da designada "**Zona Antiga de Vila do Porto, na Ilha de Santa Maria**", veio recentemente juntar-se, aliás no estrito cumprimento do previsto no **Decreto-Lei 29/91/A de 27 de Setembro**, que estabelece o sistema de apoios à recuperação e conservação do património arquitectónico, em geral, da RAA, o **Decreto Regulamentar Regional n.º 20/95/A, de 10 de Outubro**, que cria um conjunto de medidas/incentivos que, passo a citar "motivem o habitante da zona central de Angra do Heroísmo e respectiva área de protecção, classificada como imóvel de interesse público, com o título honorífico de monumento regional a preservar/melhorar o património edificado".

A dicotomia apoio e melhoria dos serviços existentes, que necessitam continuar a ser dotados dos meios materiais e humanos para o cabal desempenho das tarefas/missões que lhes estão confiados, aliada à dinamização dos cidadãos, em geral, no sentido de se aumentar a adesão dos proprietários dos imóveis em mantê-los em bom estado de

conservação, no cabal cumprimento das obrigações previstas na lei, para a sua salvaguarda, parece ser, de facto, a chave para o sucesso da política, em apreço.

Só se gosta, só se ama aquilo que se conhece, que se conhece bem! Não é só através de apoios públicos que se consegue despoletar no cidadão a cooperação que é indispensável existir para se atingir o objectivo enunciado.

Impõe-se cativá-lo, explicar-lhe o porquê das coisas, conquistá-lo para o nosso lado, fazer com que ele assuma como sendo também sua a nossa luta, vibrando com ela, percebendo a importância da história para o entendimento do que se passa hoje, indignando-se contra quem atrapalha, defendendo o que em suma é de todos e de cada um de nós.

Isto aplica-se a todas as idades mas não há dúvida de que é melhor, para não dizer obrigatório, que se comece a fazer este trabalho de sensibilização desde os primeiros tempos da escola sem que os pais, contudo se demitam também do seu dever inalienável e insubstituível de, como primeiros educadores, inculquem estes valores na sua prole.

Finalizo com uma chamada de atenção, em especial, para o facto de, este ano, se comemorarem 400 anos da passagem de João Hugo Linschoten, de regresso da sua viagem às Índias de Portugal, por Angra do Heroísmo, escala essa de que resultou o desenho de uma vista da cidade, a tal ponto fidedigna que ainda hoje pode ser usada como mapa para visitar a cidade.

Manter Angra na lista do Património Mundial não é tarefa fácil. Sendo responsabilidade última do Governo da República, perante a **UNESCO** à semelhança de **Évora** ou amanhã, que pode já ser no princípio de Dezembro próximo, de **Sintra**, como conjunto monumental e paisagístico, que o Expresso de há duas semanas se apercebeu disso, encontra-se delegada no governo regional, que para corresponder a essa tremenda responsabilidade dotou, em boa hora, o departamento que a tem à sua tutela, para cumprir e fazer cumprir os normativos existentes, do citado gabinete da zona classificada de Angra do Heroísmo.

É do anúncio deste serviço, publicado na imprensa diária que, indo ao encontro do tal binómio apoio ao organismo/cidadão, associa a visita de Linschoten aos 12 anos da inscrição da zona classificada de Angra do Heroísmo na lista do Património Mundial,

que se celebra a **7 de Dezembro**, lançando um concurso, destinado aos jovens das nossas escolas preparatórias e secundárias, para se comemorem as duas efemérides, através da elaboração de um texto ou de um cartaz alusivo ao tema, para posterior publicação/exposição. É daí que vou tirar a frase desse tal anúncio do concurso com que concluirei esta intervenção:

" O futuro começa com a tua compreensão do passado.

Participa".

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional do Emprego, Comércio, Indústria e Energia (*Gaspar da Silva*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente:

Em primeiro lugar, gostaria de saudar V. Exa., Sr. Presidente, pela sua recente eleição ao órgão máximo da nossa autonomia, formulando, desde já, os maiores votos de um trabalho digno e de acordo com a dignidade que este órgão também tem dentro do nosso processo autonómico.

Gostaria também de felicitar os Srs. Deputados que, pela primeira vez, tomam assento neste Parlamento após o desempenho das suas funções no executivo regional, formulando também iguais votos de um mandato pleno e com a dignidade que este órgão máximo da nossa autonomia também merece.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de entrar propriamente na minha intervenção, gostaria de fazer uma entrega na Mesa de três documentos, dois que se debruçam sobre matéria que ontem foi aqui debatida, em relação a programas de emprego, de investimentos, a sua compatibilidade e o cenário daquilo que se passou ao longo de 1993, 1994 e 1995 perante determinados promotores nesta Região e o seu acesso e o seu enquadramento legal, para o qual me predisponho a seguir para os esclarecimentos nos debates que certamente se seguirão.

Igualmente, também faço a entrega de outro documento que permitirá elucidar esta Câmara perante uma questão de uma intervenção que aqui foi proferida esta manhã e que de acordo com as questões que então se levantavam no que se refere ao aumento da despesa pública regional, evocava o nome do departamento regional, neste caso a Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, como efectivamente ter aumentado o seu número de chefias, o que de facto não corresponde à verdade e de acordo com o documento que aqui tenho, esta Secretaria, neste momento, detém, 57 departamentos de chefias, as duas anteriores secretarias de economia e da juventude, recursos humanos, detinham no seu conjunto 70 chefias havendo uma redução de treze chefias e como tal não houve aumento de chefias neste departamento.

Se me permite Sr. Presidente...

(Neste momento o Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, entrega os documentos mencionados na Mesa da ALRA)

O Programa deste VI Governo Regional, coincidente com este novo mas último período desta Sessão Legislativa, com alguns ajustamentos, assume todos os princípios eleitorais de 1992 em termos de aqui continuarmos a decidir politicamente o que nos respeita e continuarmos a apostar na nossa capacidade criativa.

Vamos continuar ao longo de 1996 a dar substância ao prosseguimento do desenvolvimento sócio-económico desta Região e continuar a defender de uma forma determinada o nosso projecto de autonomia.

Para isso, vamos continuar a contar com os mais e com os menos jovens, com todas as estruturas associativas da nossa sociedade, em suma, com todo o povo desta Região.

Com esta determinação e um revigoramento consequente do mandato deste novo Governo, estamos de partida para o prosseguimento das grande linhas de acção iniciadas pelo V Governo Regional, e fazer por continuar a merecer a plena confiança da nossa população.

A política de Juventude deste VI Governo continuará a basear-se numa aposta clara, nos jovens açorianos, privilegiando as acções propostas por estes ou instituições que realizam trabalho com eles.

O Governo vai continuar a devolver à juventude açoriana todo o protagonismo necessário, acreditando fundamentalmente que a energia, o inconformismo, a irreverência e a vontade de vencer dos jovens açorianos, dinamizará os vectores que continuarão a fazer com que os Açores sejam uma terra de oportunidades, de realização pessoal e qualidade de vida.

O associativismo continuará a ser entendido como um nobre meio de participação e promoção social.

A prevenção das toxicodependências, nas suas três vertentes, continuará a constituir uma grande prioridade da política de juventude. Um grande esforço continuará a ser feito para incentivar a criação de Centros de Atendimento e Aconselhamento de Toxicodependentes e Famílias, em paralelo com as unidades de desintoxicação junto dos hospitais da Região.

Mas todos sabemos que a prevenção passa mais por alterações de comportamentos do que por informação.

Então, se assim é, vamos intensamente apoiar a divulgação e a promoção dos desportos chamados radicais, os quais modernamente são considerados como um óptimo meio de promover estilos de vida saudáveis e aliciantes.

A ocupação dos tempos livres dos jovens, tem constituído desde há muito uma grande preocupação do Governo Regional, e o OTLJ tem registado uma adesão interessantíssima.

Numa região insular, os intercâmbios e a mobilidade juvenil são um instrumento poderoso ao serviço dos jovens.

O Governo Regional insistirá em potenciar os actuais programas, "Descobre os Açores", "Portugal ao Vivo" e "Juventude para a Europa", alargando simultaneamente a rede de Pousadas de Juventude, com a elaboração do projecto da Pousada de Juventude da Horta.

Numa pequena economia, os jovens empresários, com o seu entusiasmo e iniciativa, revelam-se muito importantes, e no seguimento dos apoios e incentivos já

concedidos, o Governo quer continuar a garantir condições para o investimento, incentivando assim a criação do primeiro Ninho de Empresas dos Açores.

A habitação para jovens será entendida como um incremento à consolidação da sociedade açoriana, promovendo a família como a célula mais importante para o desenvolvimento social.

Muito embora nos últimos meses se tenha vindo a verificar uma estabilização nas taxas de desemprego na Região, a situação vai continuar a merecer cuidada atenção. Sobretudo se se tiver em consideração algumas importantes franjas sociais onde a vida em família conhece limiares de pobreza.

E, é por isso que vai continuar a ser prioritário, para além da criação, líquida de postos de trabalho, a majoração dos incentivos à colocação de mulheres no mercado de trabalho, bem como de desempregados de longa duração, de deficientes ou de grupos sócio-profissionais desfavorecidos.

A formação profissional daqueles sectores, como forma de combate à mão-de-obra indiferenciada e como meio privilegiado de reinserção, vão continuar a merecer especial atenção.

Todavia, será ainda necessário operar mais no "terreno", de modo a aproximar os utentes das estruturas de emprego e com o propósito de prestar às populações, melhor informação e encaminhamento das suas pretensões em matéria de emprego e formação. Para tal, afigura-se-nos como necessário uma mais efectiva cooperação com as autarquias que melhor do que ninguém são conhecedoras dos reais problemas sócio-económicos da comunidade respectiva.

O diálogo colectivo, assente no tripartismo e onde o CRCS constitui sede privilegiada, continuará a merecer da nossa parte uma intenção muito peculiar.

Por outro lado, não descuidaremos o cumprimento das disposições legais relativas às condições de Trabalho, nomeadamente nas matérias relativas às de Higiene, Segurança e Saúde, bem como no que respeita ao sistema de protecção no emprego e no desemprego dos trabalhadores.

O cooperativismo, bem vivo entre nós e como importante expressão de associativismo, continuará a merecer o nosso apoio, também como factor

congregador de potencialidades e esforços imprescindíveis num universo produtivo, fragmentado e de dimensão reduzida como é o universo açoriano.

O Governo Regional tem vindo a implementar, numa dimensão sem precedentes, uma política de formação profissional que tem constituído o garante de uma progressiva valorização dos seus Recursos Humanos.

Através da formação profissional, vamos continuar a dar especial relevo à integração sócio-profissional dos deficientes.

Com os novos horizontes que se abrem agora a muitos jovens açorianos, através dos recém criados cursos de Aprendizagem no Centro de Formação Profissional dos Açores, vão estes, passar a poder adquirir habilitações académicas e profissionais, como alternativa ao não prosseguimento de estudos superiores.

No domínio da política governamental de formação, vamos continuar a efectuar a recuperação de áreas profissionais em desuso ou com tendência à extinção, por forma a garantir a sua continuidade, no sentido da preservação dos valores históricos e etnográficos da Região.

A crescente abertura dos mercados, a inovação tecnológica e as alterações verificadas nos hábitos e padrões de consumo, obrigam as empresas comerciais a um maior esforço de adaptação às novas condições de concorrência que hoje caracterizam o ambiente empresarial. Torna-se assim indispensável, ponderar factores de importância estratégica, como a informação, a formação profissional, a organização interna, o reapetrechamento técnico e tecnológico, a qualidade e o marketing.

O papel que é hoje atribuído à distribuição comercial, nomeadamente o de possibilitar um maior entrosamento entre a produção e o consumo, torna inadiável que se incentivem o aumento da produtividade e os níveis de competitividade nas empresas. Para esta situação irão certamente concorrer, de forma bastante positiva, os novos sistemas de incentivos recentemente implementados para este sector de actividade.

O PROCOM, irá por certo desempenhar um contributo assinalável para a reestruturação do tecido empresarial do comércio, não só através dos apoios que estimulam a modernização do parque comercial, como também por intermédio dos estímulos que poderão ser concedidos a diversas formas de cooperação empresarial,

tão necessária à criação de sinergias nas empresas açorianas de reduzida dimensão e ainda pelas ajudas destinadas a reforçar as estruturas associativas do sector.

Por outro lado, o SIRAA, criado exclusivamente para os Açores, tem em conta as características peculiares das nossas empresas.

Vamos continuar a assegurar um desenvolvimento equilibrado das diversas modalidades de comércio, criando condições para uma harmonia entre as novas formas de distribuição e o comércio dito tradicional. Vai, assim, continuar a ser necessário garantir uma estrutura comercial equilibrada e moderna, evitando situações de abuso de posição dominante, muito embora sem proteccionismos injustificados que distorçam uma sã concorrência.

O Governo continuará a implementar medidas que conduzam à revitalização do pequeno comércio, nomeadamente através de campanhas, com as quais se redinamizem esta forma de distribuição, pois o comércio exercido em estabelecimentos de reduzida dimensão constitui, indubitavelmente, a coluna vertebral do sector.

Prosseguiremos com a política de promoção externa da Região, conducente à divulgação das nossas potencialidades económicas em mercados considerados prioritários, através de uma conjugação de esforços com as associações empresariais do sector. As trocas comerciais com os nossos parceiros económicos vão continuar a ser estimuladas pela concessão de apoios à exportação de produtos regionais.

Continuaremos a prestar a maior atenção à defesa do consumidor em matéria económica e de saúde pública, privilegiando o diálogo com as entidades representativas dos interesses dos consumidores.

Relativamente à indústria, a estratégia a adoptar para a reestruturação do tecido empresarial do sector, deverá assentar na dinamização dos factores dinâmicos da competitividade. São estes, a inovação e desenvolvimento tecnológico, qualidade e design industrial, recursos humanos altamente qualificados e criação de uma imagem de marca para os produtos regionais, associada às excelentes condições naturais e ambientais dos Açores.

Por isso, a política industrial a desenvolver visará proporcionar os meios pelos quais o sector privado possa apresentar flexibilidade de adaptação às novas formas de concorrência e ao emergir de novas oportunidades de investimento.

Neste sentido, o PEDIP II, ao apoiar projectos estruturantes, irá dinamizar o crescimento sustentado da competitividade do tecido industrial, reforçando a sua capacidade de resposta às rápidas mutações tecnológicas e de mercado. Por outro lado, o SIRAA vai continuar a consolidar a nossa estrutura produtiva, fortalecendo as pequenas indústrias regionais, assim como fomentar o aparecimento de novas iniciativas na área da indústria, estimulando a valorização dos recursos endógenos, a fixação das populações, a diversificação da oferta de bens e serviços e a criação de empregos.

Mas, não assume menor importância a envolvente financeira das indústrias, sobretudo se tivermos em conta que a descapitalização das empresas constitui um dos principais problemas com que se debate o sector. Por isso, a par de apoios no âmbito de sistemas de incentivos direccionados para as áreas da tecnologia, qualidade, infraestruturas e da gestão, o Governo vai continuar a ser o motor de aproximação das instituições financeiras à indústria, como forma de reforçar a estrutura financeira do tecido industrial, apoiando o saneamento financeiro das empresas do sector.

A política de investigação na indústria, vai continuar a merecer uma especial atenção, com a atribuição de apoios à realização de projectos conducentes a um aproveitamento crescente do potencial endógeno regional.

O Governo procurará, igualmente, desencadear uma estratégia de captação do investimento externo, privilegiando-se os projectos que valorizem mão-de-obra e matérias-primas locais, gerando um significativo valor acrescentado para a Região.

Continuaremos também a promover uma política de ordenamento industrial, com a qual se concretize uma racionalização da distribuição espacial do nosso aparelho produtivo.

O artesanato, vai continuar a merecer uma cuidada atenção na valorização das nossas artes e ofícios tradicionais.

A energia assume uma importância significativa, como factor condicionante do desenvolvimento regional, devendo as medidas de política energética procurar

minimizar os efeitos negativos resultantes das características inerentes a uma região insular e ultraperiférica.

Pode-se mesmo referir que a energia desempenha um papel essencial no progresso económico e, por conseguinte, na melhoria do nível de vida e de bem estar dos açorianos.

Tendo em conta os constrangimentos com que se debate o sector da energia na Região, o Governo pretende diagnosticar o sistema energético regional de uma forma integrada e sistematizada, reflectindo sobre as melhores opções a tomar neste domínio, em função das previsões de desenvolvimento sócio-económico dos Açores.

Continuaremos a defender uma crescente autonomia do sector, incentivando a utilização de recursos energéticos endógenos, na medida em que tal seja considerado económica e estrategicamente viável e aconselhável.

O desenvolvimento do sector deve também processar-se sem causar impactos ambientais negativos, pelo que procuraremos reforçar a integração das políticas energética e ambiental.

Vamos prosseguir com a beneficiação das redes de transporte e distribuição, no sentido de levar a todos os açorianos energia eléctrica com a melhor qualidade possível.

A utilização racional de energia, continuará a ser uma prioridade da política energética regional, pretendendo-se fomentar medidas conducentes a uma maior eficiência energética.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apresentámos aqui as nossas principais propostas nas áreas que nos estão confiadas, com os mesmos propósitos feitos há cerca de três anos.

Propósitos esses, que novamente assentam numa expressiva e revigorada vontade de ultrapassagem de dificuldades e concretização de projectos.

Quer os ligados à valorização dos nossos recursos humanos, quer os ligados à modernização e fortalecimento da nossa actividade económica.

A única forma de continuarmos a dar plena satisfação às expectativas que o povo dos Açores continua a depositar no nosso Governo legítimo, e para o ano de 1996, será:

- Numa forma de trabalho coeso;

- Numa forma de trabalho humilde mas vigoroso;
- Numa forma de encarar os problemas de frente;
- Mas, sobretudo uma forma assente, numa vontade de bem servir.

Após a discussão deste programa de Governo nesta Casa mãe do nosso sistema autonómico, vamos partir daqui mais motivados para a concretização dos nossos objectivos.

Vamos governar, e bem, para submissão do nosso trabalho ao veredicto do nosso povo.

Estamos convencidos que este povo vai continuar a confiar nas nossas propostas, como aquelas que melhor servem os seus legítimos interesses.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Luís.

Deputado Rui Luís (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostaria de repor aqui uma pequena injustiça, antes de fazer algumas perguntas ao Sr. Secretário da Juventude.

Algumas intervenções têm sido feitas aqui iniciando-se pela congratulação da eleição do nosso novo Presidente e para reparar a injustiça acima mencionada, queria saudar o até agora eleito Vice-Presidente da Assembleia que tem sido esquecido e não gostaria que ele saísse daqui sem um voto público de congratulação.

Dirigindo-me agora ao Sr. Secretário, ontem fiz aqui algumas considerações de carácter genérico sobre a juventude, mas gostaria de colocar algumas questões.

A primeira questão tem a ver com o programa da construção de Pousadas de Juventude e como nós sabemos, já foi concluído nas cidades de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo. Este programa já vinha do anterior programa do Governo e agora volta a ser referido.

Gostaria que o Sr. Secretário me desse o ponto da situação relativamente às duas Pousadas que já estão construídas e em funcionamento, qual a adesão e o movimento de jovens que elas têm recebido?

Por outro lado, gostaria também, no âmbito da Pousada de Juventude, perguntar mais especificamente, em que ponto está o projecto da Pousada de Juventude da Horta. Se já se sabe quando é que este projecto será terminado e para quando se prevê o início da sua construção?

Eram estas as perguntas que tinha para a área da Pousada da Juventude.

O Sr. Secretário referiu na sua intervenção e também consta do Programa do Governo, a páginas 11, relativamente aos jovens empresários, a criação de novos incentivos.

A questão que lhe colocava é se esses novos incentivos serão apenas de âmbito regional ou se se enquadrarão nos programas de incentivos que com certeza irão fazer parte do todo regional como aconteceu no ano passado? Por outro lado, se tiver tempo, gostaria que me desse mais algumas explicações do que será esse "ninho de empresas" que aqui vem mencionado e que também referiu na sua intervenção?

Para finalizar, gostaria de me congratular pelo facto do programa do Governo fazer uma referência tão notória e abrangente à questão da toxicodependência, já que também a JSD apresentou um projecto nesta Casa, via Grupo Parlamentar do PSD, que visava as áreas da prevenção e de informação, área do apoio através de uma linha SOS e área do tratamento e vem bem explícita no programa do Governo esta preocupação, aquando a páginas 12, refere e cito "... da necessidade de criação de atendimento e aconselhamento de toxicodependentes e famílias, bem como de unidades de desintoxicação junto dos hospitais da Região."

A questão que lhe punha é em que fase se encontra essa questão da instalação do Centro de Aconselhamento e Prevenção, para que se pudesse ficar com uma ideia do andamento dessa questão.

Por agora era só.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao usar pela primeira vez nesta Casa da palavra como representante eleito pelo povo de uma parcela desta Região, gostaria, em primeiro lugar, de saudar o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, extensivo a todos os deputados que fazem parte desta Casa.

Igualmente gostaria também de saudar o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, saudação essa também extensiva a todos os Srs. Secretários Regionais que compõem este VI Governo e desejar as maiores felicidades para eles que, com a aprovação do seu programa, ficarão perfeitamente legitimados para o exercício das funções da governação desta Região.

Gostaria de agradecer a todos aqueles que tiveram palavras simpáticas para comigo como iniciante das funções de deputado integrado no Grupo Parlamentar do PSD e afirmar, aqui, que o meu espírito de dedicação, vontade, empenhamento e disponibilidade com que exerci o cargo de secretário regional nos IV e V Governos, será esse mesmo espírito de dedicação, empenhamento, disponibilidade e vontade que terei no Grupo Parlamentar do PSD na defesa dos interesses do povo açoriano.

Sr. Secretário Regional, gostaria de manifestar a minha satisfação por ter tido conhecimento que hoje mesmo e pela primeira vez, foi nomeado um representante da Direcção Regional da Juventude nesta Ilha, que resulta da alteração da recente orgânica da sua Secretaria e que era uma antiga aspiração da juventude faialense.

Registo isto, pela coincidência de na altura em que se está a discutir o programa do VI Governo, ter ocorrido esta nomeação facto que, sem dúvida alguma, é importante para a nossa camada mais jovem desta ilha.

Gostaria de lhe colocar duas ou três questões, Sr. Secretário Regional.

Em primeiro lugar, julgo ser de todos reconhecido o excelente trabalho que tem vindo a ser feito ao longo de vários anos pelo Centro de Formação Profissional dos Açores. É um trabalho digno de registo, não só pela quantidade de jovens e adultos que permitiu dar formação, permitindo-lhes assim ter uma maior integração no mundo do trabalho e também valorizarem a sua profissão.

Sem dúvida alguma que vários têm sido os cursos que, ano após ano, se têm iniciado e também várias têm sido as obras e a melhoria das condições que se têm registado naquele Centro de Formação.

O Centro de Formação Profissional dos Açores iniciou-se com vários cursos e com um processo que consistia no alojamento dos jovens que frequentavam o Centro de Formação Profissional. Foi isso que aconteceu salvo erro até há bastante tempo e com certeza por fortes razões deixou de passar a haver o internamento nesse Centro.

Para compensar as despesas que teriam que efectuar os formandos, a Secretaria Regional e muito bem, resolveu apoiar através da concessão de um pequeno subsídio para fazer face às despesas de alojamento e de alimentação.

Por aquilo que algumas pessoas me têm manifestado, julgo que esse valor pecuniário que é atribuído não é o suficiente para compensar esses custos.

Gostaria de lhe colocar a seguinte questão:

De facto, as razões que levam a que deixasse de ser feito o internamento no Centro de Formação são tão fortes que por isso não vale a pena pensar em voltar a esse processo de alojamento?

Em caso negativo, porque tenhamos em consideração que há jovens que frequentam o Centro de Formação Profissional que tendo terminado o 9.º ano, são muito jovens, têm necessidade da sua inserção na nova sociedade, mudança de ambiente, se efectivamente será possível a vir a aumentar esse apoio pecuniário, se é insuficiente como efectivamente algumas pessoas me têm referido?

Por outro lado, Sr. Secretário, gostaria de registar também o facto do programa do VI Governo prever a transformação do actual Centro de Formação Profissional dos Açores em Instituto Público, de modo a conseguir autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira e uma maior descentralização da sua acção.

Registo também, de uma forma muito positiva, este facto e gostaria se o Sr. Secretário pudesse dar mais alguns esclarecimentos sobre quais serão os efeitos imediatos e qual será a consequência prática dessa situação que como disse é de registar.

Finalmente, Sr. Secretário, gostaria de lhe colocar uma questão que se prende com o abastecimento de combustíveis à Ilha do Faial e, nomeadamente do abastecimento do gasóleo.

O porto da Horta é procurado por muitas embarcações, quer de recreio, quer de frota de pesca longínqua, para abastecimento de gasóleo em regime daquilo que é conhecido por regime de gasóleo desalfandegado.

Verifica-se, contudo, que devido ao facto de o fornecimento de combustível para a Ilha do Faial ser feito do navio que se desloca do Continente para São Miguel, é acrescido o custo do transporte desta ilha para o Faial.

Gostaria de saber da possibilidade de o navio que hoje em dia já abastece o porto de Ponta Delgada e o Porto da Praia da Vitória, também poder vir a abastecer gasóleo à Ilha do Faial, permitindo dessa forma que um conjunto de embarcações que demandam este porto, pudesse também aqui abastecer-se praticamente ao mesmo preço daquele que é praticado nestes dois outros portos que referi, sendo certo que muitas das embarcações chegam a desviar-se para outros portos que não portos da Região para abastecimento e isso significa um prejuízo para a economia da Região no seu todo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (*Gaspar da Silva*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Foram-me colocadas um conjunto de questões às quais eu procurarei responder com a melhor celeridade, uma vez que o tempo que o Governo dispõe creio que não será muito, tentarei de alguma forma responder a tudo com objectividade, no sentido de poder proporcionar os melhores esclarecimentos possíveis a estas questões.

O Sr. Deputado Rui Luís colocou algumas questões na área da juventude, nomeadamente Pousadas da juventude, jovens empresários e "ninho de empresas".

Em relação à primeira questão, devo informar o Sr. Deputado e os Srs. Deputados presentes que o processo das Pousadas de Juventude de Angra e Ponta Delgada estão na verdade, e pelo menos até aqui, desde o dia 12 de Julho em que foi inaugurada a primeira pousada e a segunda em Setembro passado, a exceder todas as expectativas que depositávamos, sobretudo nesta fase inicial do seu funcionamento. Até ao final do mês de Outubro, estas duas pousadas já proporcionaram cerca de 2 147 dormidas,

das quais, 1 106 foram jovens estrangeiros, 786 jovens do restante espaço nacional e 255 jovens da nossa Região.

Pousada da Juventude da Horta:

Nós temos vindo a desenvolver o seu projecto que está praticamente na sua fase terminal.

Esta manhã estive em contacto com a técnica e com o gabinete que está a elaborar a fase final do projecto, o qual pensamos que nos próximos três, quatro meses, possa estar concluído, embora dependa de algumas negociações que, neste momento, decorrem com um terreno que se localiza ao lado do edifício onde se presume vir a instalar a Pousada de Juventude da Horta.

Nessa negociação, estamos a encontrar algumas dificuldades, uma vez que parte dos seus proprietários não residem na Região e as situações complicadas que todos esses processos implicam bem como os atrasos. Prevemos que isso se possa concluir nestes próximos meses para que, até meados do próximo ano, possamos ter esse processo concluído e de alguma forma antever o lançamento de todo o projecto de concurso, para integrar no próximo plano a médio prazo a partir de 1997. De qualquer modo, com uma preocupação: que toda essa componente de estudos, ante-projecto, projecto definitivo, caderno de encargos, fique preparada até 1996.

Em relação aos jovens empresários, nós temos vindo a desenvolver todo o processo legal, legislativo e adaptação do sistema nacional, ou seja, o SIJE II que foi recentemente implementado a nível nacional no que se refere à sua adaptação à Região Autónoma dos Açores.

Este processo está em fase terminal e dentro de poucos dias será objecto de auscultação à Associação dos Jovens Empresários desta Região, para estes também emitirem a sua opinião e podermos fazer a sua aplicação na Região Autónoma dos Açores.

Em relação a uma outra componente e que está em consonância com o SIRAA, recentemente aprovado nesta Assembleia, nós estamos a desenvolver as linhas de um SIRAA jovem - Sistema de Incentivos da Região Autónoma dos Açores - para os jovens empresários, que poderá contemplar uma faixa dos investimentos que não estão contemplados no sistema nacional e como tal, podermos ter aqui uma

complementaridade de sistemas de incentivos para os jovens empresários em relação àqueles projectos que não tenham enquadramento e de acordo com a legislação nacional não sejam possíveis de aplicar na Região Autónoma dos Açores.

Em devido tempo, esta matéria também será apreciada no seio do Governo através de Decreto Regulamentar e de acordo com o Decreto Legislativo aqui aprovado será, de facto, objecto de alguns jovens empresários.

"Ninho de Empresas":

Esta é uma matéria que já vimos a desenvolver há algum tempo a esta parte.

Neste momento, existe um projecto da Associação de Jovens Empresários da Região Autónoma dos Açores que, oportunamente, será apresentada candidatura aos fundos comunitários. Com certeza que nós estamos também a participar neste processo como uma forma de potenciar o nascimento de jovens empresas, com jovens empresários nesta Região até a uma determinada fase da sua vida empresarial, para depois as mesmas, após as condições para voarem para fora destes ninhos, isso poder ser concretizado.

Neste momento, estamos a desenvolver esse projecto que ao longo de 1996, começará o seu epílogo em termos de projecto.

Sr. Deputado Eugénio Leal, também colocou algumas questões em relação à formação profissional, nomeadamente no que se refere ao sistema de internar pelo CFPA.

Neste momento, não existem quaisquer problemas no sentido destes ou aqueles jovens que usufruíam do sistema de internamento no Centro no que se refere à anterior situação e à actual.

Com isto quero dizer que para além da bolsa de formação que eles recebem e que é equivalente a 50% do salário mínimo nacional, nós pagamos as despesas com as deslocações diárias, o pequeno almoço, o almoço, o jantar e ainda um subsídio equivalente a 50% do salário mínimo.

Obviamente, não podemos dar qualquer valor pecuniário para o tabaco, para os vícios, etc.

Em relação à acção descentralizada do instituto, devo dizer que os efeitos imediatos disso serão numa perspectiva de podermos ter uma estrutura descentralizada noutros

pontos da Região e, através de delegações para o efeito, podermos elaborar os seus planos de formação evitando obviamente que os jovens de outras ilhas se desloquem para São Miguel, neste caso, e submetam-se a acções de formação na sua ilha ou mais perto dela.

Sistema de abastecimento de combustíveis:

Estamos precisamente a trabalhar esta possibilidade.

Ela não depende exclusivamente de nós. Há um sistema diferente e diz respeito a uma petrolífera da Região, no que concerne ao abastecimento do Faial.

Mesmo que fossemos nós a suportar essa diferença, essa petrolífera nunca daria a garantia deste efeito se poder repercutir no consumidor para o caso do gasóleo, que é o chamado gasóleo das bancas.

Em relação a essa questão da possibilidade do navio, no sentido de poder haver aqui um outro figurino de abastecimento, nós estamos a estudar e a equacionar essa mesma questão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No texto do programa do Governo, no capítulo da energia, propõe-se dinamizar a tendência energética dos produtos derivados do petróleo.

O Sr. Secretário Regional, na sua intervenção, falou em maior autonomia energética.

No programa do V Governo, onde o Sr. Secretário também era responsável por esta matéria, falava-se no aproveitamento dos recursos energéticos próprios, visando maior autonomia energética. Depois, especificava-se que nas ilhas mais pequenas ir-se-ia procurar aproveitar os recursos solares, hídricos, das ondas, etc...

A pergunta que gostaria de fazer ao Sr. Secretário refere-se, concretamente, ao aproveitamento da energia hídrica nas Flores que desde há muito tem vindo a ser falado e que constou de vários planos de desenvolvimento. Gostaria de saber se durante o próximo ano vai haver naquela ilha aumento da energia alternativa, porque antes da autonomia, já se estava a fazer o aproveitamento da energia hídrica.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia

(Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente para responder à questão colocada pelo Sr. Deputado

Paulo Valadão, em relação à questão das energias alternativas.

Com efeito, temos todo um processo em marcha para que, no ano de 1996, se efectue um conjunto de investimentos na Ilha das Flores, de acordo com os nossos compromissos em relação às energias alternativas.

Objectivamente, em relação ao projecto no seu todo, não lhe posso dar a garantia, nem poderia fazer isso aqui, que vai ser todo concluído, porque conforme eu disse nesta Casa há três anos, é um projecto, uma envergadura, que aponta para valores superiores a 800 mil contos.

Lembro-me de ter referido este valor, mas de qualquer modo vamos iniciar a primeira fase desse processo em 1996.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, saúdo V. Ex^a. pela sua eleição para a presidência da Assembleia Legislativa Regional, bem como o Sr. Vice-Presidente, Sr. Deputado Jorge Valadão, com os quais terei muito gosto em partilhar os trabalhos da Mesa da Assembleia Legislativa Regional.

Saúdo também os novos membros do Governo e muito em especial o Sr. Presidente do Governo a quem me ligam laços de amizade e de muita cordialidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Compete à instituição parlamentar, de acordo com o ordenamento jurídico que nos rege, investir o Governo Regional nas suas funções através da aprovação do seu Programa. Como oportunamente fizemos referência, não existem razões para perturbar ou suscitar dúvidas em matéria de legitimidade, sempre que haja uma maioria parlamentar para aquele efeito.

Por essa razão - e se isso se verificar - o Partido Socialista não colocará em causa, como não colocou, a continuidade da actual proposta governativa até ao final do mandato adquirido nas últimas eleições regionais.

A procura de uma saudável alternância e de uma indispensável mudança começaria bem mal se se fundasse num atropelo sem sustentação legal ou num desejo de sofreguidão incontida pelo poder.

Assim, em plena normalidade, sem que se tenha perdido nada que a afecte, mas também sem que se tenha ganho algo que a beneficie, podemos apreciar o Programa de investidura deste VI Governo para o último quarto do mandato eleitoral do partido que o gerou e o suporta.

Agindo, como era de esperar, no seguimento do Programa do V Governo, corroborando, como era de prever, a função que o PSD atribuiu a si próprio na sociedade açoriana, o VI Governo, tal como os que no mesmo partido aspiram a presidir a um VII, são cópias imperfeitas de um original a que nos opusemos e de uma política a que nos opomos.

As horas de debate que já se verificaram nesta Assembleia revelaram-nos, até agora, três diferenças face ao anterior governo: este Programa tem menos páginas, este governo tem menos titulares e o PSD tem cada vez menos tempo.

Só um tímido sinal de proposta de diálogo com a oposição parlamentar, perturbou a continuidade. Ou talvez não! No fundo, o Governo sempre procurou a oposição apenas nos casos em que dela teria de depender. No passado, os casos paradigmáticos de revisão do Estatuto Político-Administrativo, no presente, a emergência de uma nova orientação política do Governo da República.

Talvez ainda outro sinal de diferenciação, mas, também este, mais originado pela fraqueza do que pela franqueza: o Governo Regional, finalmente, ou melhor, pela primeira vez, tornou público, com um rigor aceitável, a situação das finanças públicas regionais.

A descrição, ainda que sumária, da situação das finanças públicas, na sequência, aliás, do desafio formulado nesse sentido pelos partidos parlamentares, e necessária, também, perante o Governo da República, ilustrou a justeza das observações e estimativas que já tínhamos feito sobre o seu montante, a impropriedade do

desmentido a esse respeito feito pelo anterior Presidente do Governo e as gravíssimas responsabilidades que o PSD acumulou sobre essa matéria durante os últimos dez anos.

A dívida consolidada dos Açores, sendo tecnicamente preocupante, revela, sobretudo, pelo seu ritmo de crescimento, uma situação potencial de ingovernabilidade.

O PSD, no Governo da República e desde sempre no Governo Regional, é o único responsável por essa derrapagem, tendo sempre recusado a concertação legal quanto aos seus meios de financiamento, tendo sempre optado pela negociação política conjuntural e casuística com o Governo da República, tendo sempre comprometido qualquer acordo estável - designadamente através da teimosia inútil que revelou ao longo do tratamento do contencioso com a Caixa Geral dos Depósitos - tendo sempre prosseguido uma política de conhecida falta de rigor na despesa pública, desbaratando invariavelmente recursos financeiros, sem produtividade, sem estratégia, sem alcance social e sem controlo.

Mesmo tarde, tão tarde que não deixaremos de sofrer algumas consequências inevitáveis e recessivas, há que iniciar imediatamente um diálogo profundo que vise, em simultâneo, quer o saneamento financeiro da Região, quer a estabilização dos níveis das suas receitas provenientes da solidariedade nacional, quer, ainda, com coragem e apurado sentido de racionalidade, uma redistribuição de funções e responsabilidades, que associe, de uma forma nova, o exercício da Autonomia à complementaridade do Estado.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O PS/AÇORES, neste debate, como nos documentos que ilustraram a sua apresentação nas eleições para a Assembleia da República, já deu indicações suficientes neste aspecto, ao contrário, aliás, do PSD e até agora do VI Governo Regional.

Defendemos que o diálogo não se deve limitar à conveniência cosmética do discurso. Entendemos que nesta vertente, inteiramente condicionante do futuro dos Açores, há que tomar a iniciativa e há que fazê-lo num ambiente de partilha entre a Assembleia,

o Governo e os parceiros sociais adequados na Região. Se o Governo pensar que esta questão se resolverá, com proveito para os Açores, com uma iniciativa unilateral ou com iniciativas ocultas, seguirá um mau caminho e não obterá os melhores resultados.

A situação intercalar que, no domínio do apoio financeiro do Governo Central, se terá de viver em 1996 está a ser objecto do nosso melhor acompanhamento, tendo o Ministro das Finanças, ainda ontem, declarado o seu empenhamento na defesa do interesse dos Açores, o seu apoio financeiro e a sua disponibilidade para conferir um tratamento fiscal favorável ao desenvolvimento económico regional. O PS não condiciona o seu empenhamento na defesa dos interesses dos Açores a conjunturas pré ou pós-eleitorais e, com essa orientação, terei, eu mesmo, na próxima segunda-feira, oportunidade de explicar ao Sr. Primeiro Ministro a nossa posição.

Descanse o PSD e o Governo: nós somos diferentes.

Nenhum, mas mesmo nenhum dos compromissos eleitorais do Governo da República, ficará por cumprir com a nossa omissão ou com o nosso silêncio. Nenhum.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Não é só no caso do relacionamento financeiro com o Governo da República que se impõe a mudança.

Toda a prática política e governativa destes últimos anos necessita de uma profunda alteração que, nem este Governo, nem o seu programa, nem o seu discurso parlamentar, nem o partido que o suporta, promoverá ou sequer indicia.

O processo clientelar de gestão e governação é algo que está para o PSD como a unha para a carne. É a sua lógica vivencial. É, porém, um perigoso modo de vida. Para já, uma dolorosa realidade para muitos açorianos.

Quantas vezes não recebo pessoas que com as lágrimas nos olhos e a sua consciência magoada me dizem que os filhos tiveram de se filiar no PSD para ter emprego ou para ter acesso a uma habitação de custos controlados?

Deputado João Cunha (PSD): Deve ser algum engano!

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Quantos comerciantes também não têm feito o mesmo para obterem o estatuto de fornecedor de repartições públicas? Quantos pequenos investidores não se vêem obrigados a encomendar estudos de viabilidade económica a empresas laranjas tidas como apêndices das triagens governamentais, para alcançarem subsídios ou participações previstos na lei? Quantos candidatos a empregos públicos não iniciam as suas provas de acesso sabendo antecipadamente quem será admitido?

O PSD e o Governo não têm a menor ideia ou sensibilidade de que os privilégios arbitrários que assim espalham não têm comparação com a dimensão brutal das injustiças e da viciação social que instalam.

É preciso ter da política social e da solidariedade uma dimensão humanista e não funcional.

Deputado João Cunha (PSD): Os Srs. não têm!

O Orador: A solidariedade não é objecto de deferimentos ocasionais, e é impensável destituí-la do desígnio prioritário e permanente do poder político moderno. Todavia, nem a proliferação, que nos últimos anos se verificou, de alarmantes fenómenos de exclusão social, por vezes associados aos níveis de desemprego e sempre associados a níveis incomportavelmente irrisórios dos rendimentos de famílias, fizeram o Governo rectificar a sua intervenção, transferindo-a para as áreas e segmentos populacionais objectivamente carenciados. A política de habitação foi, apesar da enorme despesa pública, um caso paradigmático. A política de apoio às pescas, como ficou provado nesta Assembleia, não perderia em racionalidade económica o que necessita de ganhar em alcance social.

Mudança, rápida, reclama-se também no domínio da política económica e do papel das empresas. Uma mudança que este Governo não anuncia promover e que o PSD, pela complexa teia de interesses em que mergulham as raízes do seu comportamento actual e próximo-futuro, nem tão cedo será capaz de promover.

É fundamental romper com as políticas isolacionistas do protagonismo da administração pública na economia, caminhando decididamente no rumo inverso da concentração de funções nos sectores empresarial e administrativo do Governo Regional. Importa associar, cuidadosa mas firmemente, num processo generalizado

de abertura, o investimento e a presença dos sectores privados a novas oportunidades de intervenção empresarial e prestação de serviços na Região que o Governo hoje monopoliza.

As nossas empresas estão a morrer da cura. Sobrevivem precária e indirectamente dos subsídios ao consumo, dependem de qualquer flutuação do investimento público e desenvolvem a sua actividade num corredor apertado de mercados e oportunidades que não se alargará enquanto esse espaço for ocupado por um "poder político empresário". As empresas, que nós desejamos fortes, geradoras de empregos estáveis, lucrativas para os seus titulares e criadoras de riqueza para a Região, necessitam desse novo espaço, inclusive em áreas de prestação de serviço público, onde podem desenvolver uma actuação mais dinâmica e contratualizada com o Governo para os fins colectivos entendidos necessários. As privatizações ou o concessão de serviços públicos a agentes privados, não se devem ficar pelo actual sector público empresarial. Devem ir mais longe.

Nós, como socialistas, não negligenciamos a função do Estado, mas não paramos no tempo: insistimos que serviço público não é sinónimo de sector público.

Deputado Fernando Lopes (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: O PSD e o Governo, sujeitos a um regime de influências e instalados no aparelho governamental, não compreendem esta visão, nem abandonam o predomínio pessoal que a actual situação lhes confere.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PS sabe o que quer para os Açores. Com a ajuda dos cidadãos que, com ou sem filiação partidária, estão dispostos a cooperar activa e influentemente num projecto de mudança, estou confiante que iremos mudar os Açores. Para melhor. Para todos.

Não seremos, porém, cúmplices de novos actores em cena com o mesmo argumento.

Não confiamos no VI Governo Regional dos Açores.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Olha que descoberta!

O Orador: Disse. Obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos César: O Sr. Deputado usa com alguma frequência, e permita-me que lhe diga com uma grande dose de demagogia, um argumento que é preciso ser provado para ser válido, ou seja, no Governo sob a responsabilidade do PSD, para se arranjar emprego na Administração Regional e para trabalhar nos seus serviços, é obrigatório os candidatos inscreverem-se...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): É melhor!...

O Orador: ... no PSD. São obrigados, são induzidos ou são conduzidos a essa inscrição para poderem arranjar emprego.

Gostaria de lhe fazer uma pergunta, muito concreta: desafiá-vo, não hoje se não tiver esses elementos, mas em reunião posterior, a dizer-me no caso concreto dos 11 anos que levo de Governo, - 4 anos como Secretário da Administração Pública e quase 8 como Secretário Regional da Saúde e Segurança Social - dos mais de 3 mil funcionários que tenho à minha responsabilidade, quais foram os funcionários ou pessoas que foram obrigados a inscreverem-se no PSD, para conseguirem ser contratados, entrarem nos quadros, ou serem nomeados para lugares de chefia? Quero casos concretos.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Tem 24 horas para fazer isso!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Todos os vogais dos Conselhos de Administração, dos Centros de Saúde da Região, são do PSD. Eu não conheço nenhum que não seja!

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Carlos César tem o mesmo nível daquelas com que nos vem habituando e de quem tem uma cultura de oposição. É uma intervenção de

grande demagogia, de grande inverdade, própria de quem não tendo alternativas, se limita a afirmar, quantas vezes infundadamente, críticas fáceis, críticas já gastas.

Nesta Câmara, sempre que lhe são colocadas questões, sempre que se exige da parte de um líder da oposição uma intervenção, mais fundamentada, refugia-se na crítica fácil e quantas vezes sem qualquer conteúdo.

É muito pouco para quem quer ser o futuro Presidente do Governo Regional dos Açores.

A fraqueza é na sua postura como o discurso que teve nesta Câmara.

Para um líder da oposição, criticar um programa do Governo, apenas porque tem menos páginas e menos titulares, é francamente muito pouco, Sr. Deputado!

Por outro lado, o Sr. afigura-se, desde há alguns dias a esta parte e até nalguns órgãos da comunicação social, como o procurador da Região junto do Governo da República insinuando muitas vezes, que vai junto do Sr. Primeiro-Ministro, em desprezo e em desconsideração pelos órgãos do Governo próprio da Região.

É essa postura, Sr. Deputado Carlos César, que demonstrou aqui com a sua intervenção e que em nada, em termos de fundamentação, da sua posição relativamente ao Programa do Governo, trouxe de acréscimo a esta Câmara.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há alturas em que uma pessoa fica na dúvida se está a ouvir um discurso sério, actual, trabalhado, pensado, ou se, por outro lado, está a ouvir um discurso feito há dias, independentemente dos esclarecimentos, das prestações e dos diálogos feitos durante esta apreciação do Programa do Governo.

Eu fico com a sensação que o Sr. Deputado Carlos César fez esse discurso aí há 3 ou 4 dias, independentemente do que ouviu aqui, dos esclarecimentos que a sua bancada aqui pediu, dos esclarecimentos prestados pelo Governo, do diálogo que houve, do debate de ideias.

V. Exa. fez disto tudo uma tábua rasa e assume uma crítica contundente, sobre tudo e todos, sem dar pelos menos a oportunidade a este Governo de governar uma semana, 15 dias, um mês, três meses.

À partida, decapita-se toda e qualquer intenção de melhoria de actuação do VI Governo dos Açores. "Tira-se o tapete" na dúvida se este Governo realmente terá ou não bons propósitos para aplicar, nos Açores, a curto e a médio prazo os seus propósitos.

No seu discurso, o Sr. Deputado contrasta um pouco com outros discursos da sua bancada, que até se congratularam pela forma frontal, directa e dialogante com que o VI Governo se apresentou a esta Câmara para a sua investidura parlamentar na sequência da aprovação do seu programa.

Contrasta e o que ouvimos do seu discurso, fazendo tábua rasa de tudo o que aqui foi dito, é uma referência a pessoas que derramam lágrimas para ir ter com V. Exa..

V. Exa. com esta imagem, fez-me recordar um consultor espiritual ou recordar um confessor de velhinhas muito assustadas por terem esquecido uma Avé-Maria no Rosário e dá cabo da política de pescas, da habitação, dá cabo de tudo e mais alguma coisa. Vem novamente com a demagogia fácil, tão ao gosto de alguns jornalistas especulativos, da habitação, da explosão social, etc., etc., etc..

Sr. Deputado Carlos César, quando V. Exa. faz uma referência de que para a semana vai esclarecer tudo isso numa conversa que vai ter com o Sr. Primeiro-Ministro, eu olho para esta bancada e para o Governo e digo cá comigo: - "afinal enganei-me, eu estou na oposição!"

Acabo de ouvir quase um Presidente do Governo Regional a dizer que vai a Lisboa falar com o Primeiro-Ministro, para esclarecer umas coisas. Fico na dúvida se estou no Governo ou na oposição.

Afinal, V. Exa. com a vitória nacional do seu partido, já começa a aumentar os tacões dos seus sapatos para se pôr mais alto!

V. Exa. tantas vezes nesta Casa veio denunciar a arrogância do Partido Social Democrata, veio denunciar a arrogância dos sucessivos Governos dos Açores. V. Exa., hoje, foi exactamente o contrário daquilo que tem defendido. Foi arrogante, injusto e acima de tudo, - eu tenho a palavra para dizer, mas pelo respeito humano que tenho por V. Exa. vou evitá-la - aquilo que se costuma dizer a um homem negativo, um político irresponsável porque em 20 anos, o Governo dos Açores instaurou a máquina administrativa, bem ou mal, mas está instalada. Arrancou aos

Açores séculos de atraso e subdesenvolvimento. Criou infraestruturas que estão à vista de todos, e vai legar à próximas gerações uma Região Autónoma onde vale a pena viver.

Houve problemas, houve acidentes de percurso, mas isso é óbvio. Só quem nada faz, Sr. Deputado, é que não erra e Vs. Exas., que nunca fizeram nada até hoje, mesmo assim já erraram!

Ficarei à espera, Sr. Deputado, de ouvir as suas declarações à saída da audiência com o Sr. Primeiro-Ministro para ver se me convenço, afinal, se estou na oposição ou se estou no poder.

Muito obrigado Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César. Informo que dispõe de dois minutos.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para tentar subordinar-me a este tempo.

Quanto à lista das admissões não tenho tempo. Ela é tão grande, tão grande, tão grande...

Deputado Carlos Morais (PSD): O Sr. prove!

O Orador: ... que o nosso tempo é completamente impossível.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: De qualquer modo, já ouvimos um nome que é bem conhecido.

Em segundo lugar, sejamos absolutamente claros, porque eu já o fui em ocasião anterior. A responsabilidade que o PS/Açores tem face à mudança política que se operou no País, é, naturalmente, maior do que aquela que tinha antes.

Essa responsabilidade, em nome do interesse dos Açores, em nome da cooperação com todos os órgãos que se envolveram na defesa desse interesse, deve ser assumida responsável, clara e publicamente pelo PS/Açores!

Deputado Dionísio do Sousa (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Como Presidente do PS/Açores, eu sinto em primeiro lugar a obrigação de cooperar numa boa relação, de cooperar na resolução dos problemas dos Açores...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Não parece!

O Orador: ... intervindo ao nível da minha influência, daquela que eu posso ter e daquela que certamente eu tenho, como o tive em tempo pré-eleitoral.

Nesse enquadramento, devem todos aqueles que estão empenhados realmente na defesa do interesse dos Açores, fazer votos, independentemente de serem socialistas ou não, que qualquer iniciativa que tenha de diálogo neste domínio seja coroada de êxito, porque aqueles que receberão os resultados deste êxito, seremos todos nós, independentemente da sua filiação partidária.

Já disse e repito, e esta não é a primeira vez nem a segunda, que o Partido Socialista não é um intermediário entre o Governo Regional e o Governo da República. O Partido Socialista é uma instituição com utilidade pública e com responsabilidades públicas e como tal deve ser ele também um interlocutor, ao seu nível, com as instituições representativas da Região ou do povo português.

É preciso ser muito claro. Ou se prossegue a política anterior, ou se muda em relação à política anterior.

O diagnóstico do PS/Açores, face ao VI Governo, é que não há sinais de mudança. A consequência evidente desse diagnóstico é que nós opomo-nos a um Governo, perante o qual já nos tínhamos oposto.

Não fui nem agressivo, nem injusto. Fui claro e justo. Coloquei o PS onde ele está, coloquei o PSD onde penso que ele continua a estar.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Madruga da Costa): Sr. Presidente, Sr. Deputados:

Quero ser muito breve e apenas precisar aqui algumas coisas.

Não é a primeira vez que, nesta Casa, se fala ao centavo da dívida pública. No debate do Programa do Governo em 1992, o então Secretário Regional das Finanças, teve oportunidade de mencionar ao centavo.

Que fique aqui claro que esta matéria foi colocada aqui pela Secretária das Finanças com toda a verdade, mas que fique também claro, e que seja suportado como verdade, que os Governos anteriores trataram as questões financeiras com clareza e com lisura.

Também ficou claro ontem que a referência feita pelo anterior Presidente do Governo, e devo dizê-lo por uma questão de verdade, ao montante da dívida directa da Região, andava, rigorosamente, pelos montantes que aqui foram citados, à volta dos cento e poucos milhões de contos, contando já com a dívida à Caixa Geral de Depósitos resultante das questões decorrentes das bonificações à habitação.

Gostaria também de referir, Sr. Deputado Carlos César, que o facto de ontem termos exposto as questões financeiras da Região, não resulta de fraqueza. Resulta de integridade de carácter, resulta de uma direiteza de procedimentos e também da forma que tenho procurado ter na vida, procurando que seja a forma habitual pelo qual pauto o meu comportamento e procuro que aqueles que trabalham comigo sigam este caminho.

Não se trata de fraqueza. Trata-se de uma coisa que provavelmente assusta muita gente, que é tratar as coisas com verdade e com simplicidade e daqui não arredarei pé!

Por outro lado, Sr. Deputado, gostaria também de o tranquilizar no seguinte: Várias vezes tem sido, nesta Casa, agitado o fantasma do clientelismo e poucas vezes se tem definido, claramente, o que são cargos de confiança política para este Governo, e há-os em todos os governos, e havemos de ver na próxima leitura do Diário da República o que é que isto vai levar. Os cargos que são de quadro, que são profissionais, têm direito a todo o respeito e à igualdade de oportunidades.

Tenho nos meus 20 anos de serviço público desta Região, a minha consciência tranquila e vai continuar tranquila.

Também gostaria de dizer que não me faz nenhuma diferença que o Sr. Deputado Carlos César, enquanto Presidente do PS/Açores, contacte com as entidades que entender.

Espero bem que essas entidades percebam, quando contactarem com o Sr. Deputado, com quem é que estão contactando e quando contactarem com os titulares dos órgãos de Governo próprio da Região tenham o mesmo entendimento.

Quero deixar aqui claro para que não haja qualquer possibilidade de dúvida, que não estou nem ressentido, nem diminuído, nem acrescentado!

Entrei com a modéstia dos meus talentos e vou procurar sair com a mesma modéstia, ao serviço desta Região.

Não tenho problema de espécie alguma, ninguém me faz sombra, nem me tira nenhum pedaço!

Espero bem que no tratamento destas questões, se definam, claramente, quem são os interlocutores e quem são as pessoas interessadas que podem apoiar, ajudar e clarificar situações.

Era só isso que queria dizer Sr. Deputado . Queria dizê-lo hoje, porque percebi que o Sr. Deputado vai estar segunda-feira em Lisboa, portanto não estará aqui na Assembleia, naturalmente. Podia tê-lo dito na minha intervenção final, mas prefiro fazê-lo na sua frente.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

Presidente: Sr. Deputado Carlos César, ontem acabámos os trabalhos à 13.20 horas. Portanto prolongámos os trabalhos na hora de almoço e recomeçámos meia hora mais tarde, pela mesma razão. Até dei-lhe a palavra mesmo. Portanto, Sr. Deputado, estou a utilizar o máximo de imparcialidade.

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

Ó Sr. Deputado, faça-me justiça. Eu já lhe disse que o deixava usar da palavra, por um minuto ou dois, para se justificar se assim o entender.

Deputado Carlos César (PS): Eu não sei se vou reagir a qualquer ofensa à minha honra, porque esta ainda não foi ofendida.

Presidente: O Sr. Deputado Victor Cruz pretende usar da palavra?

Deputado Victor Cruz (PSD): Pretendo sim, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou ser rápido e comedido, até porque o Sr. Deputado Carlos César não tem tempo para me responder, mas há uma coisa que resulta da sua intervenção que, pelo menos na sua presença eu não posso deixar de clarificar.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado que ao contrário do que diz, não foi nada claro na resposta que deu ao Sr. Secretário da Saúde.

Disse que não apresentava provas das acusações graves que fez, porque os cargos eram muitos. Então nós pedimos uma versão reduzida dos casos e esperamos, com algum rigor, que apresente as acusações que fez.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Tem 24 horas!

O Orador: Em segundo lugar, queria dizer-lhe que o Presidente do Governo respondeu muito bem à questão do relacionamento com o Governo da República.

Sem dúvida que respondendo bem, subscrevo o que o Sr. Presidente do Governo diz. Mas acrescentava apenas um pequenino pormenor: se o Sr. Deputado tem todo o direito, e até talvez obrigação partidária, de dialogar com o Sr. Primeiro-Ministro, este é que tem obrigação institucional de não favorecer politicamente o seu partido, naquilo que deveria fazer através das instituições regionais.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isto não é uma acusação. É apenas uma perspectiva, uma antevisão, um aviso que faço, porque se isso acontecer, da nossa parte, a leitura institucional que fazemos do relacionamento com o Governo da República, ao Sr. Primeiro Ministro, será a de mais profunda censura.

Em terceiro lugar, queria dizer-lhe Sr. Deputado que ao contrário do que diz, os seus deputados, por diversas vezes, no debate do Programa do Governo, expressaram, nota clara, no sentido de que este Governo pelo menos uma coisa tinha de diferente, a sua postura parlamentar. Isso, eu não vi o Sr. Deputado sublinhar.

Em quarto lugar, e por último, quero dizer-lhe que este Governo não tenta ser uma cópia infiel do original.

O original bastou para o Partido Social Democrata ver bem sucedido o seu projecto político. Talvez qualquer cópia bastasse, mas quem está de facto a copiar alguém, é o Sr. Deputado a tentar copiar os métodos do Eng. Guterres.

Mas posso-lhe dizer que mesmo que fosse uma cópia fiel, nos Açores, o Sr. Deputado nunca ganharia, porque o Eng. Guterres, nos Açores, não ganhou as eleições!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos.

Vamos recomeçar na próxima segunda-feira às 15 horas.

Obrigado pela vossa colaboração no decorrer dos trabalhos.

Boa noite.

Eram 20.15 horas.

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - Carlos César, José Nascimento Ávila; **PP** - Alvarino Pinheiro)*

*(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** - Artur Martins, Fátima Oliveira; **PS** - Mário Machado).*

A Redactora de 2.^a Classe: *Maria da Conceição Fraga Branco*